



Actas Completas e Resumos do Encontro Ibero-americano das Diversidades **DIVERSITÀ | 2025**

Org.
Thiago S. Reis
Maria Ferreira

**ACTAS COMPLETAS E RESUMOS DO ENCONTRO
IBERO-AMERICANO DAS DIVERSIDADES
DIVERSITÀ - 2025**

Editora Cravo

Comité Científico

Jorge Chinea
(Wayne State University - EUA)

Keila Grinberg
(Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - Brasil)

Leonardo Rosa Ramos
(Università Pontificia Salesiana - Itália)

Marcia Calainho
(Instituto Jurídico Luso Brasileiro - Portugal)

Márcia Maria Menendes Motta
(Universidade Federal Fluminense - Brasil)

Monique Montenegro
(Instituto Ensinar Brasil - Brasil)

Thiago de Souza dos Reis
(Universidade Estácio de Sá/Universidade Veiga de Almeida - Brasil)

Yanina Benitez
(Instituto de Filosofía Ezequiel de Olaso/Centro de Investigaciones Filosóficas - Argentina)

**Thiago S. Reis
Maria Ferreira
(Org)**

**Actas Completas e Resumos do Encontro
Ibero-americano das Diversidades
DIVERSITÀ - 2025**



Copyright © 2025 Editora Cravo

Título: **Actas Completas e Resumos do Encontro Ibero-americano das Diversidades - DIVERSITÀ - 2025**

Direção Editorial: Lou Calainho

Edição e Diagramação: Equipa Editora Cravo

Projeto gráfico e capa: Cida Santos

Grafismo: Sofia Ferreira

ISBN 978-989-9037-80-9

Conselho Editorial

Lou Calainho

Magno F. Borges

Maria Auxiliadora B. dos Santos

Dados para Catalogação da Obra

Encontro Ibero-americano das Diversidades - DIVERSITÀ
(2025 : Porto, Portugal).

Actas Completas e Resumos do Encontro Ibero-americano das Diversidades
- DIVERSITÀ - 2025 [recurso eletrónico] / Thiago S. Reis, Maria Ferreira
(org.). – Porto : Editora Cravo, 2025.

E-book (pdf): 2.3Mb

ISBN 978-989-9037-80-9

1. Ciências Sociais e Humanas - Congressos. 2. Ensino Superior. 3.
Investigação Científica. 4. Encontro Científico. I. Reis, Thiago S.. II.
Ferreira, Maria. III. Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à
Cultura. IV. Título.

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desse livro pode ser utilizada ou reproduzida sob quaisquer meios existentes sem autorização
por escrito dos editores e autores.



**Actas Completas e Resumos do Encontro
Ibero-americano das Diversidades
DIVERSITÀ - 2025**

Organização:



Apoio:



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....11

RESUMOS

O LUGAR DOS QUILOMBOLAS DE RIO DE CONTAS - BA ANA JÚLIA SILVA SANTOS	13
POR POLÍTICAS CURRICULARES PLURIVERSAIS NOS ESPAÇOS EDUCATIVOS/FORMATIVOS: DESCENTRANDO PROJEÇÕES E DESVINCULANDO IDENTIDADES CÍNTIA APARECIDA OLIVEIRA DE MEDEIROS	14
CONCEPÇÕES DE DIVERSIDADE NO CURRÍCULO ESCOLAR: UMA ANÁLISE DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR DO BRASIL DORIVALDO ALVES SALUSTIANO ELIANE FERNANDES GADELHA ALVES MIRTES APARECIDA ALMEIDA SOUSA	15
QUAIS OS USOS QUE AS/OS ESTUDANTES FAZEM DO CHATGPT EM SEUS PROCESSOS FORMATIVOS? FELIPE CARVALHO DAMIÃO ROCHA	16
POLÍTICAS DE SOCIOEDUCAÇÃO NO RIO DE JANEIRO: CONJUNTURA POLÍTICA E O VIÉS PENALISTA DO DEGASE FERNANDA BOTTARI LOBÃO DOS SANTOS	17
DESAFIOS DOS CUIDADOS DE SAÚDE PERANTE A DIVERSIDADE CULTURAL HELGA TEIXEIRA MARTINS JOÃO FREITAS ELVIO NUNO SILVA ANDRADE PAULA VAZ PINTO	18
ESTADO DE DIVERSIDADE: POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PROTEÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL À EDUCAÇÃO DE ADOLESCENTES LGBTQIAP+ ISRAEL DA SILVA GUIMARÃES GABRIELA ANDRADE FERNANDES	19
PERFORMANCES CIBERCORPORAIS DE JOVENS MULHERES NO TIKTOK: QUANDO A REDE É PALCO DE DANÇAS E NORMAS JÉSSICA COELHO PARREIRA DA SILVA DILTON RIBEIRO COUTO JUNIOR FELIPE CARVALHO	20
VULNERABILIDADE SOCIAL, RESILIÊNCIA E ESPIRITUALIDADE: UMA VISÃO TRIDIMENSIONAL DA SAÚDE DAS CRIANÇAS MIGRANTES JOANA MARQUES ROMEIRO	21
REPRESENTAÇÕES DA VELHICE FEMININA NA MÍDIA IMPRESSA DO MARANHÃO (BRASIL) DOS ANOS 1990 JOSÉ CARLOS LIMA COSTA	22

AS CUSTAS JUDICIAIS E O ACESSO À JUSTIÇA EM MOÇAMBIQUE	
JUSTINO MANUEL SIGAUQUE	23
PESQUISADORES DE ADMINISTRAÇÃO E OS PROBLEMAS SOCIAIS: COMPREENDENDO A REPRODUÇÃO DO RACISMO NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO	
KARINA FRANCINE MARCELINO MÁRIO CÉSAR BARRETO MORAES	24
A GENTE VAI TENTANDO CONSTRUIR ALGO NOVO: RESISTÊNCIAS E POTENCIALIDADES DA COLABORAÇÃO ENTRE UMA INSTITUIÇÃO DE REFERÊNCIA À INCLUSÃO E UMA ESCOLA PÚBLICA DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO DO ESTADO DA PARAÍBA, BRASIL	
LEIDIANE SILVA DE OLIVEIRA DORIVALDO ALVES SALUSTIANO	25
DESENVOLVIMENTISMO NO VALE DO JEQUITINHONHA (MG, BRASIL): MEMÓRIA E NARRATIVAS MIDIÁTICAS NA SÉRIE DE REPORTAGENS O PROGRESSO CHEGANDO AO VALE DA FOME (O ESTADO DE S. PAULO, 1977)	
LÍVIA RODRIGUES CANABRAVA JOSÉ ALVES DIAS	26
CHOCADEIRAS: A CANÇÃO DE TRADIÇÃO ORAL COMO SUPERFÍCIE DE CRIAÇÃO	
MADALENA RASSLAN FISCHER	27
PROCESSOS IDENTITÁRIOS E DEMANDAS POR DIREITOS TERRITORIAIS ENTRE CIGANOS CALON NA CIDADE DE SOUSA-PB	
MARIA PATRÍCIA LOPES GOLDFARB	28
DIVERSIDADE RELIGIOSA EM UM ESTADO LAICO	
MIRIAN REJANE FLORES CERVEIRA	29
DIVERSIDADE, CURRÍCULO E MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA NO BRASIL	
MIRTES APARECIDA ALMEIDA SOUSA ELIANE FERNANDES GADELHA ALVES	30
ESTUDANDO A DEFICIÊNCIA A PARTIR DA PERSONAGEM TOPH DE AVATAR	
PEDRO HENRIQUE CARVALHO BAPTISTA AMANDA CASTRO	31
MULHERES NA ANIMAÇÃO: REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO EM SHE-RA E BORUTO	
PEDRO HENRIQUE CARVALHO BAPTISTA AMANDA CASTRO	32
A DIVERSIDADE NO ENSINO DE TEORIAS DO JORNALISMO: UMA ABORDAGEM TEÓRICA DAS EPISTEMOLOGIAS CONTRA HEGEMÔNICAS	
RAFAEL RODRIGUES PEREIRA	33
GORDANÇA: REMEXER AS VIOLÊNCIAS E CELEBRAR A CORPORALIDADE GORDA	
RENATA TEIXEIRA FERREIRA DA SILVA	34

MULHERES (RE)EXISTENTES? UMA ANÁLISE SOBRE A REPRESENTAÇÃO DE MULHERES QUILOMBOLAS, INDÍGENAS E CIGANAS EM MATERIAIS ESCOLARES BRASILEIROS	
ROGÉRIA CRISTINA ALVES	35
EDUCAÇÃO ANTIDISCRIMINATÓRIA E FORMAÇÃO DOCENTE: UMA EXPERIÊNCIA INTERDISCIPLINAR SOBRE DIVERSIDADE	
SARAI PATRICIA SCHMIDT	36
EXPLOSÃO GORDA: A VIOLENCIA GORDOFÓBICA DE GÊNERO COMO OBSTÁCULO À DIVERSIDADE E INCLUSÃO	
TAÍS PRASS CARDOSO	37
O NEGRO E O RACISMO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO	
TAMIRIS ANTONIA DA SILVA TERRA	38

TEXTOS COMPLETOS

AS CUSTAS JUDICIAIS E O ACESSO À JUSTIÇA EM MOÇAMBIQUE	
JUSTINO MANUEL SIGAÚQUE	40
PESQUISADORES DE ADMINISTRAÇÃO E OS PROBLEMAS SOCIAIS: COMPREENDENDO A REPRODUÇÃO DO RACISMO NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO	
KARINA FRANCINE MARCELINO MÁRIO CÉSAR BARRETO MORAES	52
GORDANÇA: REMEXER AS VIOLENCIAS E CELEBRAR A CORPORALIDADE GORDA	
RENATA TEIXEIRA FERREIRA DA SILVA	72
O NEGRO E O RACISMO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO	
TAMÍRIS ANTÔNIA DA SILVA TERRA	78
DESAFIOS DOS CUIDADOS DE SAÚDE PERANTE A DIVERSIDADE CULTURAL	
HELGA MARTINS JOÃO FREITAS NUNO ANDRADE PAULA PINTO	85
POR POLÍTICAS CURRICULARES PLURIVERSAIS NOS ESPAÇOS EDUCATIVOS/FORMATIVOS: DESCENTRANDO PROJEÇÕES E DESVINCULANDO IDENTIDADES	
CÍNTIA APARECIDA OLIVEIRA DE MEDEIROS	94
MULHERES (RE)EXISTENTES: A REPRESENTAÇÃO DE MULHERES QUILOMBOLAS, INDÍGENAS E CIGANAS EM MATERIAIS ESCOLARES BRASILEIROS	
ROGÉRIA CRISTINA ALVES	105
VULNERABILIDADE SOCIAL, RESILIÊNCIA E ESPIRITUALIDADE: UMA VISÃO TRIDIMENSIONAL PARA A SAÚDE DAS CRIANÇAS MIGRANTES	
JOANA ROMEIRO	115
REPRESENTAÇÕES DA VELHICE FEMININA NA MÍDIA IMPRESSA DO MARANHÃO (BRASIL) DOS ANOS 1990	
JOSÉ CARLOS LIMA COSTA	119



DIVERSITÀ

Encontro Ibero-americano das Diversidades

17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal

2025

Realização.



Apoio.



APRESENTAÇÃO

O DIVERSITÀ | 2025 é um evento virtual e assíncrono, com propósitos académicos, voltado à exposição de investigações, relatos de experiência e revisões bibliográficas de pessoas envolvidas com a investigação científica que desejam partilhar seus projetos e resultados com a comunidade científica internacional.

O mundo é diverso e o nosso objetivo é construir conhecimento de modo interdisciplinar. Portanto, serão acolhidas propostas de comunicação oral de todas as áreas que busquem tratar do tema da diversidade nos seus aspectos sociais, políticos, culturais, econômicos, artísticos e/ou religiosos. Também consideramos importantes propostas que tratem sobre os debates relacionados à discriminação, género, comportamento, racismo, xenofobia, busca por direitos, instituições de representação e defesa de direitos, saúde e educação de grupos periféricos, corporeidades, entre outras tantas temáticas do nosso quotidiano.

A presente coletânea de textos apresenta parte dos resultados que alcançamos ao longo de nosso encontro. Esperamos que o público possa compartilhar de nossas experiências!

11



Actas Completas e Resumos do Encontro Ibero-americano das Diversidades - DIVERSITÀ - 2025

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-80-9

RESUMOS

DIVERSITÀ

Encontro Ibero-americano das Diversidades
17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal

Realização.

Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Apoyo.


O LUGAR DOS QUILOMBOLAS DE RIO DE CONTAS - BA

ANA JÚLIA SILVA SANTOS

Resumo:

A presente monografia trata da categoria lugar e dos povos remanescentes de quilombo no município de Rio de Contas- BA. A correlação entre os termos consiste na verificação da presença de pertencimento e consolidação identitária de tais povos onde habitam. Para a realização do estudo, serão levadas em consideração as condições para a realização de suas atividades culturais, manejo com a terra e produção de alimentos, além da análise de direitos garantidos e exercidos por esses povos. Sendo isto, a motivação do presente trabalho, que consiste na investigação em constatar a vivência plena dos quilombolas com seus direitos constitucionais, ou se os mesmos são burlados. Para tanto, cabe de início esboçar a definição dos termos já citados para uma melhor compreensão do estudo. No presente trabalho, o foco entre os conceitos que compreendem o chamado espaço geográfico, será dado ao lugar, ao passo que o mesmo denota pertencimento e consolida a identidade do indivíduo ali residente. Tal conceito, porém, não é analisado de forma isolada, mas sim em conjunto com os demais conceitos geográficos. Correlação essa, que pode ser identificada na paisagem: se esta confere um cenário que se aproxima dos gostos identitários da população, haverá um sentimento de pertencimento, se tendo assim uma significância do lugar. Não sendo diferente com a região, ao passo que o mesmo remete à economia do lugar, caso a mesma seja favorável, haverá uma maior relação afetiva para com o mesmo. Para sustentar esse sistema geográfico, o lugar e as pessoas se fazem como protagonistas e agentes do mesmo. Ainda que as condições paisagísticas, de região e dos demais conceitos determinam o pertencimento e a identidade, é só a partir da relação das pessoas com o lugar que os demais conceitos serão determinados para sua conservação ou mudança a depender de gostos e interesses. Na análise da pesquisa em questão, se faz mais adequado correlacionar lugar a povo, ao passo que se refere não a um conceito descritivo, mas claramente operacional. Sendo assim, correlacionado a quilombo, em que a coletividade e a união, são responsáveis não apenas por sua formação, mas também por sua continuidade.

13



Actas Completas e Resumos do Encontro Ibero-americano das Diversidades - DIVERSITÀ - 2025

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-80-9

DIVERSITÀ

Encontro Ibero-americano das Diversidades
17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal

Realização.

Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Apóio.


POR POLÍTICAS CURRICULARES PLURIVERSAIS NOS ESPAÇOS EDUCATIVOS/FORMATIVOS: DESCENTRANDO PROJEÇÕES E DESVINCULANDO IDENTIDADES

CÍNTIA APARECIDA OLIVEIRA DE MEDEIROS

Resumo:

Por políticas curriculares pluriversais nos espaços educativos/formativos: descentrando projeções e desvinculando identidades O presente texto faz parte de reflexões e atravessamentos de uma pesquisa de doutoramento em educação, desenvolvidas a partir do percurso formativo de aprendizagem, pensando os desafios contemporâneos das pesquisas em periferias. Com isso, problematizará e desestabilizará certos discursos pedagógicos que fazem ressoar e animar pretensões universais nas políticas de currículo da educação básica e da formação de professores, que buscam a formação de sujeitos universais, emancipados e carregados de sentidos idealistas e essencialistas de educação, alimentando expectativas do controle e da transparência. Como aporte teórico-metodológico, essa discussão alinha-se a partir de um enfoque pós-estrutural e pós-fundacional com a Teoria do Discurso, proposta por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2015), buscando estratégias para des-sedimentar processos discursivos nas política curriculares que se apresentam de forma naturalizadas e cristalizadas. O eixo central de argumentação focalizará em algumas reflexões mobilizadas por diferentes frentes de produção discursiva divulgadas pelo Ministério da Educação (MEC) – (Brasil, 2017, 2019, 2024), que disputam sentidos e significados em torno de uma educação universal para o alcance da educação de qualidade para todos os estudantes da educação básica. Evidencia-se que os discursos propalados pelas políticas em questão, são caracterizados pelo consenso baseados em atos de exclusão. Reivindica-se, com base nos autores que sustentam esse estudo, a aposta numa pluralidade de sentidos, admitindo à educação como espaço-tempo político em que o inesperado, o diferir e a abertura radical ao imprevisto emergem.

14



DIVERSITÀ

Encontro Ibero-americano das Diversidades
17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal

2025

Realização.



Apoio.



CONCEPÇÕES DE DIVERSIDADE NO CURRÍCULO ESCOLAR: UMA ANÁLISE DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR DO BRASIL

DORIVALDO ALVES SALUSTIANO
ELIANE FERNANDES GADELHA ALVES
MIRTES APARECIDA ALMEIDA SOUSA

Resumo:

Este trabalho apresenta resultados de uma pesquisa de mestrado cujo objetivo central buscou investigar as concepções de diversidade presentes na Base Nacional Comum Curricular, anos iniciais do ensino fundamental. A investigação adotou como base os referenciais teórico-metodológicos da abordagem qualitativa de pesquisa e da análise documental, recorrendo à técnica de análise temática de conteúdo para interpretação dos dados. A análise dos dados evidenciou que a BNCC se caracteriza como texto prescritivo, definidor de conteúdos, competências e habilidades na organização do trabalho didático-pedagógico em todas as instituições educacionais do Brasil. Os dados evidenciam três concepções de diversidade presentes no texto da BNCC: universalista, celebratória e crítico-discursiva, analisadas a partir de cinco categorias centrais: diversidade cultural, diversidade linguística, inclusão de pessoas com deficiência, currículo comum e diversificado e competências. O documento curricular oficial brasileiro apresenta predominância das concepções universalista e celebratória, o que o caracteriza como padronizador dos conhecimentos e dos sujeitos. Concluímos que a BNCC se constitui como política curricular que prioriza ensino baseado em competências, conhecimentos essencializadores e universalistas, ao atribuir-lhes destaque em relação aos conhecimentos diversificados.

15



Actas Completas e Resumos do Encontro Ibero-americano das Diversidades - DIVERSITÀ - 2025

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-80-9



DIVERSITÀ

Encontro Ibero-americano das Diversidades

17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal

2025

Realização.



Apoio.



QUAIS OS USOS QUE AS/OS ESTUDANTES FAZEM DO CHATGPT EM SEUS PROCESSOS FORMATIVOS?

FELIPE CARVALHO
DAMIÃO ROCHA

Resumo:

Este resumo é um desdobramento de uma pesquisa realizada com estudantes universitários brasileiros no contexto da disciplina de Informática na Educação. Nossa objetivo é compreender que usos eles fazem do ChatGPT em seus processos formativos. Realizamos esta pesquisa com base em estudos da cibercultura, subjetividade, epistemologias das práticas e pesquisa-com a experiência. Como achado (resultado), reconhecemos que estão usando o ChatGPT não apenas para o copiar e colar, mas sim o utilizando criticamente para diferentes finalidades e atribuindo-lhe diferentes papéis. Utilizando-o rotineiramente, resolver problemas, planejar atividades, traduzir e resumir textos, parceiro, coautor, para apoiar a construção de conteúdos, substituto das buscas na web, professor particular.

16



Actas Completas e Resumos do Encontro Ibero-americano das Diversidades - DIVERSITÀ - 2025

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-80-9



DIVERSITÀ

Encontro Ibero-americano das Diversidades
17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal



Realização.
 Conjugare
Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura
Apelo.
 Editora Cravo

POLÍTICAS DE SOCIOEDUCAÇÃO NO RIO DE JANEIRO: CONJUNTURA POLÍTICA E O VIÉS PENALISTA DO DEGASE

FERNANDA BOTTARI LOBÃO DOS SANTOS

Resumo:

A política socioeducativa fluminense foi marcada por importantes mudanças desde o ano de 2019, como foi analisado na minha tese de doutorado. Com ameaças de que “esbarraria” no Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990), o governo estadual do Rio de Janeiro prometeu a construção de novas unidades para o Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE). Em uma evidente proposta de priorização da segurança pública e do aumento do Estado penal, as políticas sociais e os direitos já legalmente garantidos ficam em segundo plano. No mesmo ano de 2019, um Habeas Corpus do Supremo Tribunal Federal impede a superpopulação das unidades socioeducativas de alguns estados, Rio de Janeiro incluso. Paralelamente, ocorreram avanços importantes nas pautas dos agentes de segurança socioeducativa, como a mudança de sua nomenclatura, a entrada do DEGASE no rol de segurança pública na Constituição Estadual do Rio de Janeiro e as lutas pelo porte de armas de fogo. Apesar das legislações voltadas para o afastamento do penalismo das medidas socioeducativas e do DEGASE estar vinculado à Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro, como pode a socioeducação fluminense ter um caráter penal tão forte? O presente trabalho visa uma análise da conjuntura política do DEGASE desde 2019, apontando os fatores que contribuíram para o recrudescimento do viés penal na socioeducação fluminense.

17



DIVERSITÀ

Encontro Ibero-americano das Diversidades
17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal

Realização.

Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Apelo.


DESAFIOS DOS CUIDADOS DE SAÚDE PERANTE A DIVERSIDADE CULTURAL

HELGA TEIXEIRA MARTINS
JOÃO FREITAS
ELVIO NUNO SILVA ANDRADE
PAULA VAZ PINTO

Resumo:

Atualmente, vivemos numa era de mobilidade sem precedentes, com cerca de 214 milhões de migrantes internacionais. Na última década, a proteção dos direitos humanos dos migrantes, incluindo o direito à saúde, tornou-se uma preocupação global. Para cumprir obrigações legais internacionais e nacionais, muitos governos integraram as necessidades e vulnerabilidades dos migrantes nas suas políticas de saúde. Esta investigação visa identificar os desafios nos cuidados de saúde face à diversidade cultural em Portugal. Adotou-se uma metodologia qualitativa, exploratória e descritiva, baseada em pesquisa bibliográfica. Os resultados evidenciam que Portugal é uma sociedade multiétnica e multicultural, onde diversas comunidades constroem a sua vida profissional e familiar. Esta realidade impõe novos desafios ao sistema de saúde, exigindo mudanças de mentalidade por parte dos profissionais. Nos últimos anos, foram implementadas medidas para promover a igualdade, justiça social e solidariedade, redefinindo políticas para reduzir desigualdades e barreiras no acesso à saúde. A colaboração entre o Estado e a sociedade civil tem permitido avanços significativos. Acreditamos que estes resultados são relevantes para as organizações de saúde, contribuindo para uma maior compreensão da heterogeneidade do país e promovendo a reflexão sobre a eficiência dos cuidados prestados, com impacto positivo na sua qualidade.

18



DIVERSITÀ

Encontro Ibero-americano das Diversidades
17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal

Realização.

Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Apóio.


ESTADO DE DIVERSIDADE: POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PROTEÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL À EDUCAÇÃO DE ADOLESCENTES LGBTQIAP+

ISRAEL DA SILVA GUIMARÃES
GABRIELA ANDRADE FERNANDES

Resumo:

No Brasil, existe uma carência e/ou interdição à promoção de uma agenda pública efetiva que verse sobre a discriminação institucional e social de adolescentes e jovens LGBTQIAP+ ou não heteronormativos dentro das instituições de ensino. Problemática que, por sua vez, incide negativamente na garantia constitucional do direito à educação com tratamento igualitário e condições reais de permanência para estes sujeitos. Partindo, pois, desta hipótese, pretendeu-se neste trabalho realizar pesquisa bibliográfica sobre a existência de ações estatais neste sentido em municípios e estados brasileiros, bem como identificar a realidade destas políticas públicas no município de Vitória da Conquista/Ba. Com o presente estudo, foi possível constatar que existem dificuldades, entre os profissionais da educação, para identificar, abordar e problematizar o tema, as quais estão associadas à falta de conhecimento, resultado da ausência desses debates na formação inicial e continuada, além de outros fatores que desestimulam a busca por informações, como influências ideológicas. Esse cenário acaba favorecendo a persistência de preconceitos, tanto velados quanto explícitos, que se manifestam em práticas LGBTfóbicas no ambiente escolar. Nesse ínterim, emerge a necessidade da implementação de políticas públicas e ações político-pedagógicas acerca de temas correlatos a sexualidade e gênero para formação e conscientização dos profissionais da educação básica e da comunidade escolar como um todo para a consolidação do direito constitucional à educação e dos direitos humanos em sua integralidade, contribuindo, enfim, para a consolidação de um Estado de diversidade.

19





DIVERSITÀ

Encontro Ibero-americano das Diversidades

17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal

2025

Realização.



Apoio.



PERFORMANCES CIBERCORPORAIS DE JOVENS MULHERES NO TIKTOK: QUANDO A REDE É PALCO DE DANÇAS E NORMAS

JÉSSICA COELHO PARREIRA DA SILVA
DILTON RIBEIRO COUTO JUNIOR
FELIPE CARVALHO

Resumo:

O TikTok consolidou-se como uma das principais plataformas digitais entre as/os jovens, tornando-se um espaço de expressão e compartilhamento cultural. O fenômeno das danças reflete tendências culturais e serve como uma potente forma de expressão identitária, permitindo que criadoras compartilhem suas performances, o que também as torna alvo de vigilância. Em tempos de cibercultura, configurados pela mediação do digital em rede (Lemos, 2021), os cibercorpos emergem como arenas de significação (Nolasco-Silva; Maddalena, 2022), nas quais marcadores de gênero e sexualidade atravessam a constituição das subjetividades juvenis femininas. Por meio da cartografia online (Carvalho; Pocahy, 2023), a pesquisa de mestrado em andamento investiga os cibercorpos femininos em danças no TikTok, acompanhando a produção de comentários violentos que objetificam e sexualizam as jovens na rede. O percurso cartográfico evidencia que os cibercorpos femininos não apenas enfrentam assédio, mas também desafiam normas de gênero e sexualidade (Butler, 2019). Embora marcados por um regime patriarcal e heteronormativo (Preciado, 2014), tais comentários também abrem brechas para a constituição de estratégias de resistência. Nesse contexto, reconhecer e problematizar essas interações é essencial para ressignificar a presença feminina no ciberespaço e ampliar as possibilidades de agência e liberdade das jovens Tiktokers.

20



Actas Completas e Resumos do Encontro Ibero-americano das Diversidades - DIVERSITÀ - 2025

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-80-9



DIVERSITÀ

Encontro Ibero-americano das Diversidades
17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal

2025

Realização.
 Conjugare
Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura
Apelo.
 Editora Cravo

VULNERABILIDADE SOCIAL, RESILIÊNCIA E ESPIRITUALIDADE: UMA VISÃO TRIDIMENSIONAL DA SAÚDE DAS CRIANÇAS MIGRANTES

JOANA MARQUES ROMEIRO

Resumo:

O fenómeno migratório global sofreu profundas alterações e dinâmicas resultantes de uma série de transformações geopolíticas, económicas e sociais, com um efeito inevitável nos fluxos migratórios na Europa. Este trabalho pretende suscitar a discussão sobre a dimensão social da saúde e como esta é incipiente, particularmente entre as populações migrantes, em termos do impacto no bem-estar espiritual, na qualidade de vida e na resiliência e possíveis repercuções que podem ser desencadeadas na saúde das crianças. As desigualdades sociais em saúde são observadas como disparidades no estado de saúde dos indivíduos associadas a critérios de diferenciação social. Consequentemente, as posições na hierarquia social determinam a dinâmica saúde-doença. Neste processo, existe uma interação entre a vulnerabilidade social, a resiliência e a espiritualidade que deve ser elevada. As repercuções profundas, inegáveis e invisíveis da vulnerabilidade social no panorama intra e interpessoal estimulam uma abordagem do aspeto transpessoal consistente com o impacto diferencial da saúde e da doença nos diferentes grupos sociais. Por exemplo, a mãe migrante que carrega o seu filho no ventre e a saúde e o desenvolvimento saudável da criança migrante exigem uma abordagem interdisciplinar, embora escassa e subjetivamente reconhecida na prática.

21





DIVERSITÀ

Encontro Ibero-americano das Diversidades

17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal

2025

Realização.
Conjugare
Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura
Apóio.
Editora Cravo

REPRESENTAÇÕES DA VELHICE FEMININA NA MÍDIA IMPRESSA DO MARANHÃO (BRASIL) DOS ANOS 1990

JOSÉ CARLOS LIMA COSTA

Resumo:

Este estudo analisa representações da velhice feminina na mídia impressa do Maranhão, Brasil, durante os anos 1990, investigando como concepções de envelhecimento influenciaram a educação dos corpos. Objetivou-se compreender interações entre cultura, educação e padrões estéticos no contexto local, além de relações entre noções de envelhecimento, dinâmicas de poder e discursos que moldavam identidades femininas. Analisou-se como tais perspectivas impactaram processos de subjetivação no século XX, considerando gênero, raça e classe. Ancorada na História Social (BURKE, 2012), a análise mobilizou representação social (SOUSA; CHAVES, 2023), memória (LE GOFF, 2013) e interseccionalidade (AKOTIRENE, 2019), vista como "sensibilidade analítica" para examinar identidades. A mídia produziu estereótipos que normalizaram visões biológicas e cronológicas do envelhecimento, reforçando padrões estéticos hegemônicos e negligenciando diversidade. Tais discursos consolidaram hierarquias e reproduziram desigualdades, atuando como ferramentas de poder que vinculam envelhecimento a declínio físico, em detrimento de experiências plurais.

22



Actas Completas e Resumos do Encontro Ibero-americano das Diversidades - DIVERSITÀ - 2025

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-80-9



DIVERSITÀ

Encontro Ibero-americano das Diversidades

17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal

2025

Realização.
 Conjugare
Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura
Apoyo.
 Editora Cravo

AS CUSTAS JUDICIAIS E O ACESSO À JUSTIÇA EM MOÇAMBIQUE

JUSTINO MANUEL SIGAUQUE

Resumo:

As custas judiciais são um meio através do qual o Estado exige a contribuição para a satisfação das necessidades colectivas, visando o provimento deste serviço importante que é a justiça. O nível precário das condições económicas de maior parte da população moçambicana em relação ao valor das custas processuais nos tribunais, traduz barreira socialmente intransponível de acesso à justiça. Neste âmbito, este artigo tem como objectivo geral analisar o impacto das custas judiciais no acesso à justiça.

23



DIVERSITÀ

Encontro Ibero-americano das Diversidades
17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal

Realização.

Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Apóio.


PESQUISADORES DE ADMINISTRAÇÃO E OS PROBLEMAS SOCIAIS: COMPREENDENDO A REPRODUÇÃO DO RACISMO NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

KARINA FRANCINE MARCELINO
MÁRIO CÉSAR BARRETO MORAES

Resumo:

Este artigo visa compreender de que forma o racismo se manifesta nos Programas de Pós-Graduação stricto sensu em Administração. A estratégia utilizada foi um estudo qualitativo de casos múltiplos, junto a Programas de Pós-Graduação stricto sensu em Administração nas Universidades Públicas do Estado de Santa Catarina, Brasil. Os dados foram coletados por meio de questionário e analisados com técnicas de análise descritiva e interpretativa. Os principais resultados mostram que os Programas são compostos majoritariamente por pessoas que se autodeclararam como brancas. Embora a maioria dos participantes afirmam não presenciar atos racistas nos ambientes acadêmicos, os sujeitos negros majoritariamente relataram ter sido vítima de racismo nesses espaços. Apesar significativa parcela dos respondentes apoiar políticas de inclusão e permanência dos negros, a maioria dos programas não possui a institucionalização dessas políticas. As principais contribuições deste estudo residem em reconhecer o racismo como um problema que permeia todos as estruturas sociais, incluindo os Programas de Pós-graduação em Administração; compreender as lacunas existentes na formação dos futuros profissionais da área; e identificar as desigualdades no acesso.

24





DIVERSITÀ

Encontro Ibero-americano das Diversidades
17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal

2025

Realização.

Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura
Apóio.


**A GENTE VAI TENTANDO CONSTRUIR ALGO NOVO:
RESISTÊNCIAS E POTENCIALIDADES DA COLABORAÇÃO
ENTRE UMA INSTITUIÇÃO DE REFERÊNCIA À INCLUSÃO E
UMA ESCOLA PÚBLICA DE ENSINO FUNDAMENTAL E
MÉDIO DO ESTADO DA PARAÍBA, BRASIL**

LEIDIANE SILVA DE OLIVEIRA
DORIVALDO ALVES SALUSTIANO

Resumo:

A busca por educação inclusiva tem estimulado propostas que promovem o trabalho colaborativo entre docentes da educação regular e profissionais da educação especial. Essa atuação articulada se apresenta como alternativa aos modelos excludentes historicamente presentes nas escolas. Este estudo, oriundo de uma pesquisa de mestrado, teve como objetivo analisar as possibilidades e os desafios da colaboração entre uma escola pública e uma instituição de referência à inclusão da pessoa com deficiência, situadas no Nordeste brasileiro. Os dados, obtidos por meio de entrevistas semiestruturadas e analisados com base na análise temática de conteúdo e em referenciais teóricos da educação inclusiva, revelaram que, apesar das iniciativas voltadas à colaboração entre profissionais de ambas as instituições, predominam ações isoladas devido à falta de planejamento compartilhado e formação continuada. Potenciais de colaboração foram evidenciados em projetos como a horta coletiva, esporte adaptado, artes cênicas e mobilizações sociais, baseados na escuta, na corresponsabilidade e no diálogo. Os achados evidenciam a necessidade de políticas públicas que favoreçam o fortalecimento das redes de apoio e reafirmam a inclusão como uma construção coletiva, situada e em constante movimento.

25





DIVERSITÀ

Encontro Ibero-americano das Diversidades

17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal

2025

Realização.



Apoio.



DESENVOLVIMENTISMO NO VALE DO JEQUITINHONHA (MG, BRASIL): MEMÓRIA E NARRATIVAS MIDIÁTICAS NA SÉRIE DE REPORTAGENS O PROGRESSO CHEGANDO AO VALE DA FOME (O ESTADO DE S. PAULO, 1977)

LÍVIA RODRIGUES CANABRAVA
JOSÉ ALVES DIAS

Resumo:

A manchete do Jornal o Estado de Minas destaca, “corrida do lítio promete fazer do Jequitinhonha o vale da prosperidade”. A retórica que exalta o lítio, na atualidade, como vetor de prosperidade para o Vale do Jequitinhonha reflete discursos passados sobre o desenvolvimento regional. Em 1977, O Estado de S. Paulo publicou a série O Progresso Chegando ao Vale da Fome, que abordava os impactos do reflorestamento com eucalipto em terras consideradas devolutas pelo Estado. Estes dois processos históricos citados compartilham a promessa de progresso como justificativa para grandes projetos econômicos. Nesse contexto, a memória torna-se essencial para analisar os conflitos sociais no Vale, ajudando a compreender suas dinâmicas históricas e culturais. Parafraseando Pollak (1992), a memória constrói identidades individuais e coletivas, garantindo continuidade e coerência ao longo do tempo. Os jornais, por sua vez, são lugares de memória, registrando e influenciando a percepção social dos eventos, moldando a opinião pública e preservando testemunhos históricos. Assim, este texto busca analisar como a imprensa participa da construção da memória do desenvolvimentismo no Vale do Jequitinhonha, revelando padrões recorrentes na forma como o progresso é representado e legitimado ao longo do tempo.

26



Actas Completas e Resumos do Encontro Ibero-americano das Diversidades - DIVERSITÀ - 2025

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-80-9



DIVERSITÀ

Encontro Ibero-americano das Diversidades
17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal

Realização.
 Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura

Apoio.
 Editora Cravo

CHOCADEIRAS: A CANÇÃO DE TRADIÇÃO ORAL COMO SUPERFÍCIE DE CRIAÇÃO

MADALENA RASSLAN FISCHER

Resumo:

Este trabalho se dedica à análise do processo de criação do espetáculo OVO produzido pelo grupo Auê no ano de 2023, que foi composto por canções da tradição oral. A análise é feita a partir de vídeos gravados nos ensaios durante o processo, apresentação em teatro e também entrevistas com componentes do grupo. A construção desse espetáculo foi produzida pelo interior das memórias das participantes criando assim uma história, uma espécie de dramaturgia para a montagem. Ao utilizar os conceitos que fundamentam este trabalho, a saber, memória, voz/corpo/escuta e narrativas, inspirada pelos estudos de Antonio Bispo e Leda Martins sobre memória, voz-corpo, escuta e narrativas, faço uma análise do processo de construção do espetáculo tendo a canção de tradição oral como objeto principal deste estudo. As canções de tradição oral sugerem uma sensação de pertencimento, de ser brasileiro. Segundo as análises realizadas, concluo parcialmente que o conhecimento passado oralmente nunca é algo estático. As canções de tradição oral não estão escritas para serem reproduzidas da mesma forma, mas mantém-se em constante mudança. Portanto, escolher trabalhar com tal material é tomar uma posição estética, ética e política, percebendo toda complexidade desse processo que tem a própria canção como carne da dramaturgia. Ela funciona como palavra cantada, repleta de sentidos e significações.

27



Actas Completas e Resumos do Encontro Ibero-americano das Diversidades - DIVERSITÀ - 2025

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-80-9



DIVERSITÀ

Encontro Ibero-americano das Diversidades

17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal

2025

Realização.



Apoio.



PROCESSOS IDENTITÁRIOS E DEMANDAS POR DIREITOS TERRITORIAIS ENTRE CIGANOS CALON NA CIDADE DE SOUSA-PB

MARIA PATRÍCIA LOPES GOLDFARB

Resumo:

Este trabalho resulta de pesquisa realizada entre 2022-2023 junto a comunidade cigana de etnia Calon, residentes na cidade de Sousa-PB, região Nordeste do Brasil. Trata-se de uma comunidade formada por diferentes grupos de famílias que vivem no âmbito periférico da cidade desde o início dos anos 80. Propomos-nos a realizar uma análise das formas de manutenção da identidade étnica e a eficácia de seus traços diacríticos, selecionados e transformados mediante as modificações econômicas, políticas e sanitárias no Brasil; com ênfase para as demandas por direitos territoriais. Foi realizado um trabalho etnográfico, com entrevistas e análise de documentos relativos aos processos de disputas territoriais entre ciganos e não ciganos. As demandas territoriais entre os ciganos ultrapassam a noção que iguala cígaros ao nomadismo, buscando responsabilizar os gestores públicos pela negação ao acesso a direitos fundamentais. A apreensão territorial passa pelos processos de territorialização, pois o território ocupado serve como espaço de morada, de reprodução de suas vidas coletivas, necessário para o lazer, os afazeres domésticos, a circulação dos vizinhos e socialidade, bem como para as futuras unidades domésticas.

28



Actas Completas e Resumos do Encontro Ibero-americano das Diversidades - DIVERSITÀ - 2025

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-80-9



DIVERSITÀ

Encontro Ibero-americano das Diversidades

17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal

2025

Realização.
 Conjugare
Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura
Apoyo.
 Editora Cravo

DIVERSIDADE RELIGIOSA EM UM ESTADO LAICO

MIRIAN REJANE FLORES CERVEIRA

Resumo:

A diversidade religiosa em um Estado laico é um reflexo da convivência harmoniosa entre diferentes crenças, em que o governo não favorece ou promove nenhuma religião específica, garantindo a liberdade religiosa a todos os cidadãos. Esse modelo de Estado visa assegurar que todas as religiões sejam tratadas de forma igualitária, sem imposições ou discriminações, e com a proteção do direito de cada indivíduo em praticar sua fé livremente. Embora a diversidade religiosa possa gerar desafios, como tensões sobre a presença de símbolos religiosos em espaços públicos ou conflitos entre práticas religiosas e normas sociais, ela também oferece oportunidades valiosas. A diversidade traz um enriquecimento cultural, social e espiritual à sociedade, promovendo uma troca mútua de valores e ensinamentos, e contribuindo para o desenvolvimento de uma convivência pacífica. Além disso, as práticas religiosas muitas vezes desempenham um papel importante em ações sociais, como apoio a comunidades vulneráveis e promoção do bem-estar coletivo. A educação é uma ferramenta fundamental para lidar com a diversidade religiosa em um Estado laico, sendo responsável por promover a tolerância, o respeito e a compreensão entre as diferentes tradições religiosas. A escola, ao ensinar sobre as várias crenças do mundo, pode combater a intolerância e os preconceitos religiosos, criando um ambiente de aceitação. Dessa forma, a educação ajuda a construir uma sociedade mais inclusiva e coesa. Em resumo, a laicidade do Estado e o respeito à liberdade religiosa, quando bem implementados, são essenciais para uma convivência pluralista, que valoriza as diferenças e fomenta uma sociedade mais justa e igualitária para todos.

29



Actas Completas e Resumos do Encontro Ibero-americano das Diversidades - DIVERSITÀ - 2025

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-80-9

DIVERSITÀ

Encontro Ibero-americano das Diversidades
17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal

Realização.

Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Apelo.


DIVERSIDADE, CURRÍCULO E MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA NO BRASIL

MIRTES APARECIDA ALMEIDA SOUSA
ELIANE FERNANDES GADELHA ALVES

Resumo:

Nosso estudo apresenta resultados de uma pesquisa documental e empírica sobre a diversidade no currículo da educação básica no Brasil e suas relações com as mediações pedagógicas. O objetivo do trabalho foi compreender como a estrutura curricular formal existente nas escolas aborda a questão da diversidade. A investigação adotou uma abordagem qualitativa. Realizamos uma pesquisa com professoras que lecionam numa escola pública municipal do ensino fundamental, mediante a aplicação de questionários, entrevistas e observações de aulas. No percurso do nosso trabalho percebemos que mesmo com a existência de um currículo padronizado a ser seguido há questões culturais, sociais e políticas que sempre repercutem no processo da mediação pedagógica. Não há como existir neutralidade nas relações pedagógicas que envolvem a educação e a formação dos sujeitos que fazem parte da nossa sociedade. E estes sujeitos cada vez mais diversos lutam para ter seu espaço no currículo e conquistarem visibilidade. Assim, o grande desafio da escola hoje é pensar numa proposta curricular que abranja todas as especificidades que existem na realidade social da qual os alunos fazem parte. Supõe também reconhecer que o acolhimento do diferente, do plural, implica no desconforto de redefinir posicionamentos perante a sociedade. Portanto, entendemos que a mediação docente é primordial para a construção de conhecimentos que envolvem a reflexão sobre a importância da diversidade no currículo escolar.

30





DIVERSITÀ

Encontro Ibero-americano das Diversidades

17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal

2025

Realização.
 Conjugare
Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura
Apoyo.
 Editora Cravo

ESTUDANDO A DEFICIÊNCIA A PARTIR DA PERSONAGEM TOPH DE AVATAR

PEDRO HENRIQUE CARVALHO BAPTISTA - T1
AMANDA CASTRO

Resumo:

O artigo analisa as conexões entre os estudos da deficiência e a personagem Toph Beifong das animações Avatar - A Lenda de Aang e A Lenda de Korra. A pesquisa examina nove episódios em que Toph se destaca, organizando-os em quatro seções temáticas. O estudo discute como a personagem subverte estereótipos capacitistas, sendo um ícone de orgulho para pessoas com deficiência. A análise aborda teorias como o modelo médico e social da deficiência, além da perspectiva feminista. A pesquisa se utiliza de conceitos elaborados pelos estudos da deficiência para demonstrar como a personagem representa um marco na luta anticapacitista destacando a independência e a interdependência nas relações da personagem. O trabalho acadêmico conclui que Avatar representa a deficiência de forma única, sem reduzi-la à superação ou tragédia, contribuindo para uma narrativa mais anticapacitista.

31





DIVERSITÀ

Encontro Ibero-americano das Diversidades

17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal

Realização.
Conjugare
Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura
Apoyo.
Editora Cravo

MULHERES NA ANIMAÇÃO: REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO EM SHE-RA E BORUTO

PEDRO HENRIQUE CARVALHO BAPTISTA - T2
AMANDA CASTRO

Resumo:

O artigo analisa o papel social atribuído às mulheres nas animações She-Ra e as Princesas do Poder e Boruto: Naruto Next Generations, explorando como suas narrativas refletem os valores culturais de suas regiões de origem—Ocidente e Oriente, respectivamente. A pesquisa evidencia que She-Ra apresenta personagens femininas mais ativas na trama, bem como conta com um elenco mais diverso, rompendo com estereótipos tradicionais, enquanto Boruto mantém padrões patriarcais, retratando mulheres como frágeis, secundárias ou hipersexualizadas. Utilizando referências teóricas sobre gênero e representatividade, o estudo discute como as animações podem tanto reforçar quanto desafiar normas sociais. O trabalho conclui que, apesar de não haver uma relação de causalidade direta entre cultura e preconceitos de gênero nas animações, suas narrativas são influenciadas pelo meio social e contribuem para a formação de percepções sobre o papel da mulher.

32





DIVERSITÀ

Encontro Ibero-americano das Diversidades

17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal

2025

Realização.
Conjugare
Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

Apoio.
Editora Cravo

A DIVERSIDADE NO ENSINO DE TEORIAS DO JORNALISMO: UMA ABORDAGEM TEÓRICA DAS EPISTEMOLOGIAS CONTRA HEGEMÔNICAS

RAFAEL RODRIGUES PEREIRA

Resumo:

A análise das intersecções entre os estudos pós-coloniais, feministas e queer e as teorias do jornalismo é fundamental para compreender como o jornalismo pode perpetuar ou desafiar estruturas opressoras. O jornalismo, como campo de conhecimento consolidado, tem um papel central na construção de estereótipos de gênero, raça e sexualidade (GONÇALVES, 2018), mas também possui o potencial de ser um agente transformador, questionando as formas de opressão estrutural. Este estudo adota uma abordagem de Jornalismo Interseccional para explorar essa dualidade, destacando a complexidade das experiências humanas na mídia. A perspectiva interseccional também nos permite refletir sobre os mecanismos de validação do conhecimento e as formas de violência epistêmica presentes nos sistemas coloniais de gênero, raça e sexualidade. A violência epistêmica envolve a exclusão e marginalização de certos saberes, perpetrada por estruturas de poder dominantes (GONÇALVES, 2018). A metodologia adotada é uma revisão bibliográfica, que promove o diálogo interdisciplinar entre os Estudos de Gênero, Feministas, Queer e as Teorias do Jornalismo. O objetivo principal é identificar abordagens teórico-pedagógicas alternativas que desafiem parcialidades e questionem os sistemas de dominação, favorecendo uma aprendizagem inclusiva que amplie as possibilidades para um corpo discente diversificado. Em um momento histórico que exige inclusão e respeito a todas as identidades, a educação deve ser um espaço democrático, capaz de reconhecer e incorporar as experiências de pessoas negras, mulheres, LGBTQIA+ e outros grupos historicamente marginalizados.

33



Actas Completas e Resumos do Encontro Ibero-americano das Diversidades - DIVERSITÀ - 2025

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-80-9



DIVERSITÀ

Encontro Ibero-americano das Diversidades

17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal

2025

Realização.



Apoio.



GORDANÇA: REMEXER AS VIOLÊNCIAS E CELEBRAR A CORPORALIDADE GORDA

RENATA TEIXEIRA FERREIRA DA SILVA

Resumo:

Este estudo, realizado no âmbito do doutorado do PPG Artes Cênicas da UFRGS, explora a relação entre a corporalidade gorda e as violências que afetam as pessoas gordas no campo da dança. Através de uma abordagem metodológica que combina elementos autobiográficos e pesquisa guiada-pela-prática, analisamos a criação cênica "Gordança: uma palestra dançada" (2023) como uma proposta de resistência e celebração da corporalidade gorda. Em diálogo com as pesquisadoras Jussara Belchior dos Santos, Daniela Ricarte, Bru Diogo e Gaia Colzani, identificamos que as pessoas gordas enfrentam violências múltiplas, mas também desenvolvem estratégias de resistência e insurgência. A corporalidade gorda é um campo de luta contra as violências, e a celebração da gordura é uma forma de despadronização dos corpos na dança e de promoção da diversidade e inclusão.

34



Actas Completas e Resumos do Encontro Ibero-americano das Diversidades - DIVERSITÀ - 2025

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-80-9



DIVERSITÀ

Encontro Ibero-americano das Diversidades

17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal

2025

Realização.
 Conjugare
Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura
Apelo.
 Editora Cravo

MULHERES (RE)EXISTENTES? UMA ANÁLISE SOBRE A REPRESENTAÇÃO DE MULHERES QUILOMBOLAS, INDÍGENAS E CIGANAS EM MATERIAIS ESCOLARES BRASILEIROS

ROGÉRIA CRISTINA ALVES

Resumo:

A proposta desta comunicação é apresentar o projeto de pesquisa “Mulheres (Re) existentes? ...” que analisa materiais didáticos, em especial aqueles direcionados para o ensino fundamental, na educação pública brasileira, na busca por representações femininas dos povos e comunidades tradicionais, nomeadamente as mulheres quilombolas, as indígenas e as ciganas. Afinal, há representatividade sobre essas mulheres nos atuais materiais didáticos? Se há, como são mencionadas? Existe uma preocupação, do ponto de vista educacional, em torno da (re)existência dessas mulheres? Essa investigação, promovida através de uma busca ativa por essas referências em materiais didáticos, publicados e utilizados no Brasil, nos últimos dois anos, vai de encontro a algumas normativas educativas que dizem da necessária presença de mulheres nos materiais didáticos, como os editais do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD). E nesse sentido, também dialoga com a atualíssima lei nº 14.986, de 25 de setembro de 2024, que torna obrigatória a inclusão de abordagens fundamentadas nas experiências e nas perspectivas femininas, nos conteúdos curriculares, a partir do próximo ano.

35





DIVERSITÀ

Encontro Ibero-americano das Diversidades
17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal

2025

Realização.



Apoio.



EDUCAÇÃO ANTIDISCRIMINATÓRIA E FORMAÇÃO DOCENTE: UMA EXPERIÊNCIA INTERDISCIPLINAR SOBRE DIVERSIDADE

SARAI PATRICIA SCHMIDT

Resumo:

A investigação aborda a relação entre mídia, violências e direitos humanos a partir do olhar dos/as docentes sobre essas questões. O estudo discute numa perspectiva interdisciplinar a construção de pedagogias antidiscriminatórias, tendo como foco a descrição e análise da experiência do convênio Educação Antidiscriminatória por meio da parceria da Universidade Feevale e a rede pública municipal de ensino de Novo Hamburgo, RS, Brasil. O texto apresenta uma pesquisa qualitativa e exploratória, incluindo o relato da experiência da formação docente do convênio e uma revisão literária a respeito do tema. Considerando o contexto brasileiro quando está em pauta a relação discriminação, educação e infâncias emerge a necessidade de desenvolver estratégias para impulsionar uma abordagem antidiscriminatória no cotidiano escolar, produtor da diferença onde as formações docentes se destacam como ferramentas cruciais. A metodologia foi construída a partir de revisão bibliográfica e numa segunda etapa o corpus de análise toma como base o relato de professores/as quanto às práticas de educação antidiscriminatória promovidas nas escolas entre 2021 e 2022. O estudo usa como referencial teórico autores como Paulo Freire, Bell Hooks, Judith Butler, Guacira Lopes Louro, Carla Akotirene, entre outros. O intuito da investigação é problematizar os efeitos da cultura da mídia analisando a função da escola e o papel do professor na mediação dos conteúdos midiaticamente consumidos pelos estudantes.

36



Actas Completas e Resumos do Encontro Ibero-americano das Diversidades - DIVERSITÀ - 2025

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-80-9



DIVERSITÀ

Encontro Ibero-americano das Diversidades

17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal

2025

Realização.



Apoio.



EXPLOSÃO GORDA: A VIOLÊNCIA GORDOFÓBICA DE GÊNERO COMO OBSTÁCULO À DIVERSIDADE E INCLUSÃO

TAÍS PRASS CARDOSO

Resumo:

A gordofobia, enquanto uma violência estrutural que afeta principalmente as mulheres, ainda permanece muito ausente do debate social e político, apesar de produzir diariamente efeitos concretos de desigualdade, exclusão e sofrimento. Sob a ótica da interseccionalidade situada, o presente estudo objetiva analisar como a gordofobia, enquanto uma forma invisibilizada de violência de gênero, permanece sendo obstáculo à construção de uma sociedade mais diversa e inclusiva. Trata-se de uma pesquisa de natureza básica, que adota a metodologia observacional descritiva. Sob o ponto de vista dos procedimentos técnicos é bibliográfica e documental, com um enfoque qualitativo em sua análise e discussão. Foram examinados documentos institucionais e políticas públicas que abordam o tema da diversidade corporal e das violências de gênero no Brasil e da Espanha. Os resultados indicam para a urgência na ampliação da compreensão sobre os marcadores da diferença e as formas contemporâneas de violência de gênero, a fim de visibilizar uma opressão que se manifesta tanto de forma simbólica quanto institucionalizada.

37



Actas Completas e Resumos do Encontro Ibero-americano das Diversidades - DIVERSITÀ - 2025

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-80-9



DIVERSITÀ

Encontro Ibero-americano das Diversidades

17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal

2025

Realização.
 Conjugare
Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura
Apoyo.
 Editora Cravo

O NEGRO E O RACISMO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

TAMIRIS ANTONIA DA SILVA TERRA

Resumo:

Pauta frequente na Sociologia Brasileira, racismo é um tema que vem sendo discutido há muito no cenário nacional e internacional. O histórico colonial escravocrata justifica bastante a necessidade de estudos constantes sobre o assunto, principalmente com o intuito de desmentir teorias contraditórias como a democracia racial de Gilberto Freyre, por exemplo. Com base em sociólogos brasileiros que dedicam suas análises à questão racial e estabelecendo comparações com expressões artísticas nacionais contemporâneas que também abordam essa temática, este estudo busca evidenciar a atualidade e a relevância desses pensadores e de suas teorias. Com base nas obras de Florestan Fernandes, Virgínia Leone Bicudo e Lélia González, este estudo examina a sociedade brasileira em dois períodos distintos: de 1945 a 1980, considerando as datas de publicação das referidas obras, e do final da década de 1990 até 2020. Para a análise do período mais recente, a pesquisa se apoia predominantemente em músicas e composições de rappers nacionais.

38



Actas Completas e Resumos do Encontro Ibero-americano das Diversidades - DIVERSITÀ - 2025

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-80-9

TEXTOS COMPLETOS

DIVERSITÀ 2025

Encontro Ibero-americano das Diversidades

17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal

Realização.

Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura
Apoyo.


AS CUSTAS JUDICIAIS E O ACESSO À JUSTIÇA EM MOÇAMBIQUE

Justino Manuel Sigaúque¹

Introdução

²As custas judiciais são um meio através do qual o Estado exige a contribuição para a satisfação das necessidades colectivas, visando o provimento deste serviço importante que é a justiça. O nível precário das condições económicas de maior parte da população moçambicana em relação ao valor das custas processuais nos tribunais, traduz barreira socialmente intransponível de acesso à justiça. Neste âmbito, este artigo tem como objectivo geral analisar o impacto das custas judiciais no acesso à justiça.

Após à Declaração de Independência Nacional em 25 de Junho de 1975, o Conselho de Ministros de Moçambique, para sanar os problemas do sistema judicial, deliberou pela proibição do exercício liberal da advocacia, tida como estranha a “uma justiça ao serviço das largas massas do povo moçambicano” (Cfr. Lei 4/75, art.2).

Dotado de autonomia institucional e funcional, livre da dependência da PGR, o Instituto Nacional de Assistência Jurídica (INAJ) “marcou o desenvolvimento do sistema de assistência pública, cabendo-lhe o exercício do mandato judicial.

O “mandato judicial e a actividade de consulta e assistência jurídica serão onerosos, devendo os honorários serem fixados por tabela própria, sem prejuízo da prestação gratuita a quem dela carecer” (Cfr. Lei n.º 3/86, art.2).

Desta feita, conforme o apontado linhas acima, denota-se que somente uma parcela da sociedade, aquela que detinha melhores condições financeiras, possuía meios para se valer e tornar verdadeiramente efectivo este acesso à justiça. É possível relacionar o pensamento contemporâneo do acesso à justiça com a ideia da primeira dimensão dos direitos fundamentais, onde cabe ao Estado simplesmente uma limitação, um não agir, e não a criação

40

¹ Justino Manuel Sigaúque, Licenciado pela Universidade Pedagógica, Delegação de Quelimane no curso de Ensino Básico com Habilitação em Administração e Gestão da Educação, Docente na área das artes na Escola Comunitária São Vicente de Paulo em Chókwe, Mestrando no curso de Direitos Humanos, Justiça e Paz, na Universidade Católica de Moçambique, Extensão de Xai-Xai, 2º Ano, 2025. E-mail: justinosigauque@gmail.com

(2) BOLETIM DA REPÚBLICA, I Série n.º 23. Imprensa Nacional de Moçambique. Lei n.º 4/75, de 16 de Agosto, *Lei que Adopça providéncias legislativas destinadas a facilitar aos tribunais a exercício da função que lhes é atribuída*. Acessado em 21 de Jun. 2024. Disponível em: <https://gazettes.africa/archive/1975/mz-g>.

(3) BOLETIM DA REPÚBLICA, I Série n.º 16. Imprensa Nacional de Moçambique. Lei n.º 3/86 de 16 de Abril. *Lei que Cria o Instituto Nacional de Assistência Jurídica*. Acessado em 21 de Jun. 2024. Disponível em: <https://gazettes.africa/archive/mz-governm>.





DIVERSITÀ 2025

Encontro Ibero-americano das Diversidades

17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal



Realização.
Conjugare
Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura
Apóio.
Editora Cravo

de mecanismos para uma efectivação. Assim, tendo em vista que somente uma parte da população possuía o efectivo acesso à justiça, o Estado passa a perceber que não basta uma não intervenção somente, mas que é preciso uma actuação para que este direito possa ser efectivado. Surge então o que foi denominado como direitos fundamentais de segunda dimensão, com a criação dos direitos sociais, saindo o Estado daquela situação de impassibilidade, tomando carácter de garantidor.

³“O Estado garante o acesso dos cidadãos aos tribunais e garante aos arguidos o direito de defesa e o direito à assistência jurídica e patrocínio judiciário ” (Cfr. art. 62 da CRM).

Decerto, ao visitar-se o Código das Custas Judiciais verifica-se um acumular de instituições que se beneficiam do valor das custas judiciais, tornando a Justiça muito cara para a maioria dos cidadãos. O desiderato constitucional de patrocínio e assistência jurídica acaba sendo relegado, afinal, para plano secundário, a favor de um grande interesse em arrecadar receitas para os cofres dos tribunais e de muitos outros. É neste contexto que se pretende responder a seguinte pergunta essencial: Até que ponto as custas judiciais influenciam no acesso à justiça em Moçambique?

Ora, esta pergunta, leva-nos a fazer uma abordagem sobre o Código das Custas Judiciais em Moçambique, aprovado pelo Decreto nº 43809, de 20 de Julho de 1961. Este Código foi alterado pelo Decreto nº 48/89, de 28 de Dezembro de 1989, tendo em conta a actualização dos impostos de justiça e demais encargos processuais. Em paralelo foram criados outros instrumentos jurídicos complementares. Em vista ao Código das Custas Judiciais, o cidadão submete uma petição inicial e para ser apreciada ele deve pagar a taxa de preparo inicial. O cidadão pode conseguir pagar esse preparo inicial, mas no decurso do processo este cidadão deve pagar uma taxa para o julgamento. E, existe ainda dentro do processo civil a taxa de contestação. Nenhum processo sobe sem que todas as taxas se encontrem regularmente pagas. Portanto, este artigo, para responder à pergunta de partida tem como objectivos específicos: explicar o funcionamento do Instituto do Patrocínio e Assistência Jurídica; identificar o impacto das Custas Judiciais no acesso à justiça em Moçambique.

Entende-se que os tribunais têm estado a dar primazia no despacho de processos àqueles que proporcionam maior bolo de participação emolumentar em detrimento daqueles processos com menor valor e ainda em detrimento da observância da ordem de entrada para despacho. Desta maneira, a Justiça moçambicana fica e está encarecida. Aliás, os próprios actores da Administração da Justiça têm vindo ao público reclamar da onerosidade da Justiça moçambicana. Porém, tem faltado o interesse de aprofundar as causas que tornam as custas judiciais bastante onerosas, o que resultaria na produção de recomendações concretas de ordem legal e de procedimentos para tornar a Justiça moçambicana menos onerosa e mais acessível. No entanto, este estudo ao nível metodológico, trata-se de um estudo qualitativo.

41

(4) BOLETIM DA REPÚBLICA, I Série n.º 51. Imprensa Nacional de Moçambique. *A Constituição da República de Moçambique*, 2004. Acessado em 21 de Jun. 2024. Disponível em:<https://www.masa.gov.mz/uploads/2018/01>

DIVERSITÀ 2025

Encontro Ibero-americano das Diversidades

17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal

Realização.

Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura
Apoyo.

Editora Cravo

Para a colecta de dados usou-se a entrevista dirigida aos técnicos de justiça do IPAJ e do Tribunal Judicial do Distrito de Chókwè-Gaza, por ser bastante adequada para a obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem, crêem, esperam, sentem, desejam, pretendem fazer ou fizeram, bem como acerca das suas explicações ou razões a respeito dos casos precedentes e, para a abordagem de conteúdo, usou-se o método indutivo, pois pretendíamos partir de experiências específicas relacionadas com o código das custas judiciais para desenhamos uma proposta de sugestões que visam reduzir as custas judiciais e garantir o acesso à justiça para os cidadãos. Porém, utilizou-se o método hermenêutico que se assentou na interpretação do código das custas judiciais para a consequente análise do seu impacto na vida dos cidadãos.

A criação do sistema de assistência jurídica pública

⁴O sistema judicial colonial recusou acesso aos chamados “indígenas” (negros) e privilegiou os “cidadãos” (brancos, mistos, indianos e assimilados). Ou seja, a máquina judicial revestia um dualismo racial que deveria ser eliminado pelo novo ideário trazido com a revolução.

O “mandato judicial e a actividade de consulta e assistência jurídica serão onerosos, devendo os honorários serem fixados por tabela própria, sem prejuízo da prestação gratuita a quem dela carecer” (Cfr. Lei n.º 3/86, art.2)

O sistema judicial foi elitista e a advocacia privada onerosa e para uma minoria. Esta situação foi naturalmente conflituante com a nova narrativa socializante, na qual as conquistas do povo deveriam ser usufruídas por todos sem discriminação.

Entretanto, havia necessidade de garantir tutela a “justiça para as massas”, daí que é criado um Serviço Nacional de Consulta e Assistência Jurídica (SNCAJ), que materializou a institucionalização de um sistema de assistência jurídica pública (Cfr. Art.2 da Lei 4/75).

O SNCAJ ficaria na dependência da Procuradoria-Geral da República (PGR), pois qualquer outra opção implicaria o reconhecimento de autonomia institucional, o que seria duplamente paradoxal: por um lado, por contender com o modelo centralizado e unitário que caracterizava o Estado vigente na 1.ª República e, por outro, porque seria o reconhecimento material da advocacia privada, que se repudiava.

Dotado de autonomia institucional e funcional, livre da dependência da PGR, o INAJ “marcou o desenvolvimento do sistema de assistência pública, cabendo-lhe o exercício do mandato judicial ou função de consulta pública, prestada por três categorias distintas de

42

(5) BOLETIM DA REPÚBLICA, I Série n.º 23. Imprensa Nacional de Moçambique. Lei n.º 4/75, de 16 de Agosto, *Lei que Adota providências legislativas destinadas a facilitar aos tribunais a exercício da função que lhes é atribuída*. Acessado em 21 de Jun. 2023. Disponível em:<https://gazettes.africa/archive/1975/mz-g>.

(6)BOLETIM DA REPÚBLICA, I Série n.º 16. Imprensa Nacional de Moçambique. Lei n.º 3/86 de 16 de Abril. *Lei que Cria o Instituto Nacional de Assistência Jurídica*. Acessado em 21 de Jun. 2024. Disponível em: <https://gazettes.africa/archive/mz-governm>.



DIVERSITÀ 2025

Encontro Ibero-americano das Diversidades

17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal

Realização.
Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Apóio.
Editora Cravo

defensores: os advogados com licenciatura em Direito, os técnicos jurídicos, com bacharelato em Direito e os assistentes jurídicos, com formação específica” (OAM, 2013).

A consulta e o patrocínio judicial feitos pelo Instituto Nacional de Assistência Jurídica (INAJ) “ eram a título oneroso, segundo preçários previamente fixados, podendo até os defensores constituir gabinetes destinados a fornecer serviços onerosos de consultoria e assistência jurídica” (Chambal et al (2021, p.25).

⁵Portanto, esta possibilidade de prestação onerosa, em certa medida descharacterizava a essência de um serviço público de assistência jurídica que se pretendia, ainda que também se previa o patrocínio gratuito para os cidadãos carenciados de meios financeiros.

Os novos desafios decorrentes das mudanças no sistema político-económico, marcado pela ruptura do modelo de economia baseada na propriedade do Estado e na planificação para uma economia de mercado publicamente regulada e socialmente comprometida, teve impactos no domínio da litigância que impunha um sistema judicial a altura. O caminho a seguir teve por base o reconhecimento constitucional do acesso à justiça como um direito de caráter fundamental, inaugurando a segunda fase no plano da implementação do sistema de assistência jurídica pública.

A constitucionalização do livre acesso dos cidadãos aos tribunais do direito de defesa e do direito de assistência e patrocínio judiciário e a extinção do INAJ propiciaram a criação do IPAJ, subordinado ao ministério que tutela a Justiça, com mandato para garantir a materialização do direito de defesa e para fornecer assistência jurídica e judiciária gratuita ao cidadão mais desfavorecido. No entanto, com o IPAJ consolida-se plenamente o sistema de assistência jurídica pública, com a função de coordenar todo o patrocínio judiciário e assistência jurídica prestado pelos seus membros. Diferentemente do que sucedia com o INAJ, apenas compõem a categoria de defensores públicos.

43

A constitucionalização do direito de acesso à justiça

“O Estado garante o acesso dos cidadãos aos tribunais e garante aos arguidos o direito de defesa e o direito à assistência jurídica e patrocínio judiciário ” (Cfr. art. 62 da CRM).

Decerto, “ muitas vezes se tem o acesso ao Judiciário, como se fosse o verdadeiro acesso à justiça. O simples acesso ao Judiciário não pode ser considerado acesso à justiça. O acesso à justiça é a saída, com o direito satisfeito” (Amaro et al, 2012, p. 233-234, apud Da Silva & Barbosa, 2016, p.14).

(7) BOLETIM DA REPÚBLICA, I Série n.º 51. Imprensa Nacional de Moçambique. *A Constituição da República de Moçambique*, 2004. Acessado em 21 de Jun. 2024. Disponível em:<https://www.masa.gov.mz> › uploads › 2018/01

(8) CHAMBAL, Hermenegildo; PAUNDE Ângelo; LAICE Celso & CHIAU Manafá, (2021) *Avaliação da Capacidade do IPAJ de Fornecer Assistência Jurídica e Patrocínio Judiciário*. Edição Peter Caughlin, Maputo. Acessado em 21 de Jun. 2024. Disponível em: <https://www.undp.org> › migration › IPAJsReport



DIVERSITÀ 2025

Encontro Ibero-americano das Diversidades

17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal

Realização.

Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Apoyo.

Editora Cravo

⁶Conforme o exposto, só existe acesso à justiça quando o mérito é apreciado. Em Moçambique, ao andar pelas ruas é possível visualizar desigualdade social, onde muitas pessoas encontram-se em condições de extrema pobreza. Em todos os centros é possível encontrar pessoas nas ruas buscando o sustento para o seu dia, através de poucas moedas lhes dadas no semáforo. " Sem prejuízo do desenvolvimento equilibrado, o Estado garante a distribuição da riqueza nacional, reconhecendo e valorizando o papel das zonas produtoras" (Cfr. art. 96 CRM).

Actualmente, a Constituição impõe como um de seus fundamentos a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sociais e regionais com a aprovação da lei de criação do Fundo Soberano de Moçambique com as receitas do gás no dia 15 de Dezembro de 2023 com vista a garantir a distribuição da riqueza. Não obstante, a redução da desigualdade não é sinónima de distribuição de renda somente. Porém, proporcionar aos cidadãos um efectivo acesso à justiça também faz com que as desigualdades sociais sejam amplamente reduzidas.

Infelizmente, esta desigualdade vem acarretando a limitação dos direitos das pessoas com menores condições financeiras que enxergam o Poder Judiciário como o principal meio de se efectivar o acesso à justiça. Portanto, é neste contexto que considera-se limite ao acesso à justiça os elevados valores a título de custas processuais e ausência de uma defesa técnica digna aos menos favorecidos, já que não possuem condições de arcar com os custos de um advogado com técnica tão boa quanto da parte contrária.

O Instituto do Patrocínio e Assistência Jurídica (IPAJ)

O Instituto do Patrocínio e Assistência Jurídica adiante designado por IPAJ, "é uma instituição do Estado que visa garantir a concretização do direito de defesa constitucionalmente consagrado, proporcionando ao cidadão economicamente desprotegido, o patrocínio judiciário e assistência jurídica de que carecer" (Cfr. Decreto n.º 15/2013, art.2).

⁷A característica fulcral e definidora do IPAJ resulta do patrocínio judiciário e assistência jurídica prestados aos cidadãos carenciados conforme ao seu papel institucional de garantir

44

(9) BOLETIM DA REPÚBLICA, I Série n.º 51. Imprensa Nacional de Moçambique. *A Constituição da República de Moçambique*, 2004. Acessado em 16 de Dez. 2023. Disponível em:<https://www.masa.gov.mz> › uploads › 2018/01

(10) BOLETIM DA REPÚBLICA, I Série n.º 34. Imprensa Nacional de Moçambique. Decreto n.º 15/2013: Aprova, o Estatuto Orgânico do Instituto do Patrocínio e Assistência Jurídica. Acessado em 21 de Jun.2024. Disponível em: <https://www.cfjj.gov.mz> › storage › 2019/08

(11) DA SILVA, Guilherme Barbosa & BARBOSA, Amanda Querino dos Santos, (2016). *Acesso à Justiça e Desigualdade Social*. Revista de Direito Penal. Brasília, Acessado em 21 de Jun.2024. Disponível em <https://indexlaw.org> › article › download › pdf_

(12) BOLETIM DA REPÚBLICA, I Série n.º 34. Imprensa Nacional de Moçambique. Resolução 9/88:



DIVERSITÀ 2025

Encontro Ibero-americano das Diversidades

17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal



Realização.
Conjugare
Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura
Apoyo.

Apoio.
Editora Cravo

a materialização do direito constitucional. No entanto, o IPAJ encara difíceis obstáculos orçamentais e da distribuição geográfica da clientela, pois funciona essencialmente na base de fundos do Orçamento do Estado.

Para Chambal et al (2021):

O valor alocado pelo IPAJ por via de outras receitas, mormente a proveniente dos Cofres dos Tribunais, e o modelo de gestão e distribuição pelas diversas delegações, na maioria dos casos, as delegações utilizam estes fundos para prover as necessidades de funcionamento (rendas e aquisição de material de escritório) e a verba proveniente do Orçamento do Estado atribui muito inadequado para formação e capacitação (p.30).

“Toda a pessoa tem direito a que a sua causa seja atendida, o direito a defesa incluindo o facto da se fazer assistir por um defensor da sua escolha e o direito de ser julgado num prazo razoável por uma jurisdição imparcial” (Cfr. Art.7 da Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos).

Em vista ao exposto, Moçambique é desafiado a criar condições de reduzir assimetrias na seara jurisdicional, proporcionando aos cidadãos menos favorecidos iguais possibilidades de ter justiça. Desse mesmo instrumento, decorre a obrigação do Estado moçambicano de criar condições de reduzir assimetrias na dimensão jurídico-processual, devendo criar condições para a assistência gratuita de cidadãos vulneráveis. O direito de acesso à justiça, mormente à assistência jurídica e judiciária, é intrinsecamente ligado à dignidade de cada humano. Portanto, o seu reconhecimento através de instrumentos internacionais de direitos humanos, mormente convenções e tratados validamente ratificados, irradiam e servem como fundamento ético de sustentação dos ordenamentos jurídicos.

⁸O Estado moçambicano um Estado de direito democrático, o legislador constituinte estabelece que “a República de Moçambique é um Estado de direito baseado no pluralismo

45

Ratifica, a *Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos*. Acessado em 21 de Jun. 2024. Disponível em: <https://gazettes.africa/archive/1988/mz-g...>

(13) CHAMBAL, Hermenegildo; PAUNDE Ângelo; LAICE Celso & CHIAU Manafá, (2021) *Avaliação da Capacidade do IPAJ de Fornecer Assistência Jurídica e Patrocínio Judiciário*. Edição Peter Caughlin, Maputo. Acessado em 21 de Jun. 2024, Disponível em: <https://www.undp.org/migration/IPAJsReport>

(14) BOLETIM DA REPÚBLICA, I Série n.º 51. Imprensa Nacional de Moçambique. *A Constituição da República de Moçambique, 2004*. Acessado em 21 de Jun. 2024. Disponível em: <https://www.masa.gov.mz/uploads/2018/01>

(15) PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, (2019). *Relatório de Desenvolvimento Humano, 2019: Além do Rendimento, Além das Médias, Além do Presente: Desigualdades no Desenvolvimento Humano no Século XXI*. Portugal. Acessado em 21 de Jun. 2024. Disponível em: <https://hdr.undp.org/documents/hdr2019ptpdf>

(16) CHAMBAL, Hermenegildo; PAUNDE Ângelo; LAICE Celso & CHIAU Manafá, (2021) *Avaliação da Capacidade do IPAJ de Fornecer Assistência Jurídica e Patrocínio Judiciário*. Maputo. Edição Peter Caughlin. Acessado em 21 de Jun. 2024, Disponível em: <https://www.undp.org/migration/IPAJsReport>



DIVERSITÀ 2025

Encontro Ibero-americano das Diversidades

17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal

Realização.
 Conjugare
Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura
Apoyo.
 Editora Cravo

de expressão, na organização política, democrática no respeito e garantia dos direitos fundamentais do homem” (Cfr. art.7 da CRM).

Moçambique está entre os dez países mais baixos ao nível de desenvolvimento socioeconómico (PNUD, 2019).

Embora haja redução dos níveis de pobreza, os níveis de desigualdade económica tem estado a aumentar, dado que o crescimento se torna cada vez menos inclusivo.

Neste contexto socioeconómico em que uma boa parte da população moçambicana vive no limiar da pobreza e onde faltam recursos financeiros para satisfação de necessidades básicas de sobrevivência, os cidadãos nessa situação não podem suportar os encargos judiciais inerentes a um processo judicial.

Procedimento para o acesso à assistência judiciária DO IPAJ

No cumprimento da sua missão de garantir o direito à justiça, os defensores públicos e membros do IPAJ confrontam inúmeras dificuldades.

⁹Para beneficiar da assistência judiciária do IPAJ, “os utentes têm que ser elegíveis segundo o procedimento de inscrição e qualificação. Portanto, importa escrutinar os procedimentos e avaliar a sua eficácia e justiça” (Chambal et al 2021, p.34).

Desta feita, conforme o apontado linhas acima, a vítima que tem poucos recursos, para a primeira entrada, é sujeita a pagamento do imposto. Portanto, as vítimas que tentam ir ao fundo pedindo o atestado de pobreza acabam gastando dinheiro nos locais onde passam. No chefe de 10 casas, no secretário do bairro, no próprio município, elas têm que pagar algum dinheiro.

“ Compete ao Ministério que superintende a área social, atestar a situação de carência económica” (Cfr. Decreto n.º 15/2013, art.25).

¹⁰Pode-se referir que a dificuldade deriva do silêncio da lei e da ausência de mecanismos regulamentares definidos. Embora tenha sido relegado ao ministério que superintende a área social a competência para atestar a situação de carência económica, nunca até à presente data mereceu concretização regulamentar.

Diante deste quadro, abre-se campo para interpretações dúbias e conflitos entre as instituições, visto que para suplantar esta indefinição, o IPAJ tem pugnado por considerar

46

(17) BOLETIM DA REPÚBLICA, I Série n.º 34. Imprensa Nacional de Moçambique. Decreto n.º 15/2013: Aprova, o Estatuto Orgânico do Instituto do Patrocínio e Assistência Jurídica. Acessado em 21 de Jun.2024. Disponível em:

<https://www.cfjj.gov.mz/storage/2019/08>

(18) CHAMBAL, Hermenegildo; PAUNDE Ângelo; LAICE Celso & CHIAU Manafá, (2021) *Avaliação da Capacidade do IPAJ de Fornecer Assistência Jurídica e Patrocínio Judiciário*. Maputo. Edição Peter Caughlin. Acessado em 21 de Jun. 2024, Disponível em: <https://www.undp.org/migration/IPAJsReport>



DIVERSITÀ 2025

Encontro Ibero-americano das Diversidades

17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal

Realização.

Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Apoyo.

Editora Cravo

como carenciado o cidadão com um rendimento abaixo de três salários mínimos. Assim, para garantir a isenção dos encargos e a concretização do princípio da gratuidade na sua máxima amplitude nos processos em que utente esteja envolvido, o cidadão é acompanhado de um certificado de indigência ou certificado de pobreza.

A prática demonstra que, pelo menos nas acções cíveis, o tribunal tem pugnado, amiúde, pelo indeferimento destes pedidos, considerando a ausência de procedimentos prévios de aferição da condição de pobre que é atestada, o que é uma violação do princípio da igualdade das partes e impede o tratamento diferenciado do cidadão e, sobretudo, a preterição dos mecanismos processuais para concessão do benefício da dispensa, total ou parcial, de preparos e do pagamento de custas.

Parece ser, de todo, incontornável que a solução passe, em primeiro lugar, por uma intervenção legislativa ou regulamentar e sem descurar a hipótese de estabelecimento de normas de procedimento interno. Ademais, a problemática das custas judiciais é tão séria que leva os cidadãos a desistirem dos seus processos por estas serem proibitivamente caras. A dificuldade em pagar custas é reforçada pelo honorário cobrado por um advogado. Tendo em conta que a maioria da população não pode pagar esses valores proibitivos.

¹¹O IPAJ é um órgão público, composto por defensores do Estado, mas não conseguem promover a isenção ao nível do tribunal. " Se pode não pagar no IPAJ, mas no tribunal paga-se sempre" (Chambal et al 2021, p.44).

Decerto, o entrave para o efectivo desempenho da assistência jurídica e judiciária é a falta de uniformidade ou de uma lei que define os critérios de qualificação do cidadão beneficiário dos serviços do IPAJ. Contudo, as insuficiências técnicas de tramitar o procedimento que possa habilitar o cidadão beneficiário da assistência do IPAJ a obter isenção ou redução dos encargos judiciais junto dos tribunais reduzem, inevitavelmente, a qualidade da assistência jurídica e judiciária oferecida. Urge, portanto, a harmonização da disciplina legal relativa aos procedimentos de obtenção de isenção de custas.

As custas judiciais

Dentre inúmeros problemas que impedem o efectivo acesso ao poder judiciário, está o que concerne às custas judiciais. Uma discussão judicial abrange inúmeros gastos, dentre a quais, custas processuais e honorários advocatícios, sem enumerar outros gastos como perícias, diligências de oficial de justiça, dentre outros. É garantia do exercício dos direitos

(19) CHAMBAL, Hermenegildo; PAUNDE Ângelo; LAICE Celso & CHIAU Manafá, (2021) *Avaliação da Capacidade do IPAJ de Fornecer Assistência Jurídica e Patrocínio Judiciário*. Maputo. Edição Peter Caughlin. Acessado em 16 de Dez. 2023, Disponível em: <https://www.undp.org/migration/IPAJsReport>

(20) CENTRO PARA DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS, (2023). *Conferência Nacional sobre o Acesso à Justiça e ao Direito*. V. n.º 494. Maputo. Acessado em 17 de Dez. 2023. Disponível em: <https://cddmoz.org/uploads/2020/07/Custa...>





DIVERSITÀ 2025

Encontro Ibero-americano das Diversidades

17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal

Realização.
 Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Apoyo.
 Editora Cravo

fundamentais da pessoa humana. Todavia, para muitos ou para a grande maioria da população é apenas uma formalidade, sem efectividade, sem eficácia social.

Segundo, CDD (2023), João Nhampossa, advogado de direitos humanos aduziu que:

Uma das coisas que contestamos é: por que é que o cidadão tem de pagar para o seu processo andar? Se não paga, o processo não anda, morre. Nem sequer se abre uma excepção para o processo continuar enquanto o cidadão arranja maneira de pagar. E os prazos para o pagamento são muito apertados: 48 horas, cinco dias. E há tribunais que nem sequer notificam o cidadão para efectuar o pagamento: deixam correr o prazo de pagamento para depois notificar o cidadão a pagar com uma multa de 100%. Quer dizer, o tribunal faz esquema para o cidadão falhar e ser cobrado uma multa de 100%. Que justiça é essa que faz depender o acesso ao tribunal ao pagamento de dinheiro pelo cidadão? (p.4).

¹²Moçambique conta actualmente com um Código das Custas Judiciais aprovado pelo Decreto nº 43809, de 20 de Julho de 1961. Este Código foi alterado pelo Decreto nº 48/89, de 28 de Dezembro de 1989, tendo em vista a actualização dos impostos de justiça e demais encargos processuais. Em paralelo foram criados outros instrumentos jurídicos complementares.

É isenta de custas a parte do processo que tiver de repetir-se em virtude da decisão que, em recurso, julgue procedente qualquer nulidade da sentença ou acórdão, seja qual for o tribunal em que a repetição se der; mas a parte vencida pagará as despesas de deslocação e as remunerações e indemnizações devidas a pessoas estranhas ao tribunal, as quais serão adiantadas pelo cofre do tribunal, (Cfr. art. 5.º do CCJ, 1961).

Se o imposto, acréscimos e custas, ou só estas, não forem pagos no prazo legal, o escrivão informará no processo, no prazo de dez dias, se o devedor possui bens que possam ser executados ou se, não os tendo, poderá, apesar disso, pagar o imposto em dívida. (Cfr. art. 163.º do CCJ, 1961).

A “legislação complementar ao Código das Custas Judiciais veio incorporar na conta para o cálculo das custas judiciais a Ordem dos Advogados de Moçambique, cabendo-lhe 3% do bolo emolumentar, e o Instituto de Assistência e Patrocínio Jurídico, cabendo-lhe 15%” (CIP, 2017, P.2).

48

(21) CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA, (2017). *Custas Judiciais em Moçambique: Um Verdadeiro Entrave para o Direito de Acesso à Justiça*. Maputo. Edição n.º 24. Acessado em 18 de Dez.2023. Disponível em: <https://www.cipmoz.org › 2017/05/23 › custas-judiciai...>

(22) CÓDIGO DAS CUSTAS JUDICIAIS, Série I de 1961-07-20. Ministério do Ultramar, Direcção-Geral de Justiça. Acessado em 17 de Dez.2023. Disponível em: <https://dre.tretas.org › dre › decreto-43809-de-20-de-j...>
(23) BOLETIM DA REPÚBLICA. Série I , n.º 20. Imprensa Nacional de Moçambique. Decreto n.º 14/96: actualiza, o Código das Custas Judiciais. Acessado em 17 de Dez. 2023. Disponível em: <https://gazettes.africa › archive › 1996 › mz-g...>

DIVERSITÀ 2025

Encontro Ibero-americano das Diversidades

17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal

Realização.

Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura
Apoyo.

Editora Cravo

Aquele que requerer o prosseguimento de processo parado mais de dois meses por culpa das partes e por tal motivo contado, pagará um quarto do imposto correspondente ao processo, o qual será depositado no prazo de vinte e quatro horas, a contar da apresentação do requerimento, sob pena de este não ter seguimento, e adicionado ao que for devido em conta posterior (Cfr. art. 42 do CCJ, 1996).

Certamente, os cidadãos são prejudicados no pagamento das custas judiciais que constituem indubitavelmente uma barreira no acesso à justiça e ao Direito por parte dos cidadãos

Discussão dos resultados

Em vista ao Código das Custas Judiciais vigente, o qual, pode ser citado como limite ao acesso à justiça pelos elevados valores estabelecidos e a ausência de uma defesa técnica digna concedida pelo IPAJ aos menos favorecidos, já que não possuem condições de arcar com os custos de um advogado com técnica tão boa quanto da parte contrária. Aliás, a aquisição do atestado de pobreza exigido pelo IPAJ praticamente envolve alguns valores monetários, situação que constrange de alguma forma o interessado em aceder aos serviços desta instituição.

Portanto, “o Estado garante o acesso dos cidadãos aos tribunais e garante aos arguidos o direito de defesa e o direito à assistência jurídica e patrocínio judiciário” (Cfr. art. 62 da CRM).

Em vista a este trecho da Constituição da República de Moçambique, importa realçar que, os tribunais ainda se encontram geograficamente distantes de muitos cidadãos, associado ao formalismo processual que exige a comparecência às audiências do tribunal por longos dias até à conclusão do processo, isto acaba por acarretar custos de deslocação, podendo fazer com que alguns cidadãos se subtraiam de recorrer às instâncias judiciais para a resolução de diferendos sociais abrindo campo para a justiça com as próprias mãos. Porém, a eliminação ou pelo menos a redução dos constrangimentos no acesso à justiça no país poderão ser garantidos através do estabelecimento de um quadro legal e institucional favorável à realidade social, política, cultural e económica do país.

Na jurisdição cível, “a existência de um Código de Custas Judiciais anacrónico, confuso e de um inadmissível sistema de contagem de custas que beneficia os magistrados e os oficiais de justiça, tem sido uma das razões por que continuamos a ter um crescente nível de processos pendentes” (CIP, 2017).

Conforme o exposto, sugere-se a reforma do Código das Custas Judiciais por ter sido produzido no tempo colonial, mostrando-se, ultrapassado e desajustado à realidade actual. Os tribunais recebem, anualmente, uma dotação orçamental do Estado para funcionamento e investimentos, ou seja, o Orçamento do Estado suporta em grande medida os encargos para o funcionamento dos tribunais, não fazendo sentido que ao cidadão se continue, em sede do tribunal, a cobrar taxas e impostos supérfluos que são depois canalizados para os

49



Actas Completas e Resumos do Encontro Ibero-americano das Diversidades - DIVERSITÀ - 2025

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-80-9

DIVERSITÀ 2025

Encontro Ibero-americano das Diversidades

17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal

Realização.

Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura
Apoyo.

Editora Cravo

cofres dos tribunais, Ministério Público, IPAJ, OAM e outros. Ademais, o Estado, através do Governo e parceiros de cooperação, tem custeado o pagamento das infra-estruturas dos Tribunais e Procuradorias, reduzindo-lhes as despesas nessa área.

Conclusão

Conclui-se que o acesso à justiça não se trata mais de possibilitar a alguém uma sentença de mérito como resolução de seu problema. Hoje o acesso à justiça é muito mais abrange do que simplesmente abrir as portas do Poder Judiciário ao povo. Pode-se afirmar que há acesso à justiça quando se possibilita a dispensa do pagamento das custas processuais, a partir dos trâmites de aquisição do atestado de pobreza para o acesso à assistência jurídica pelo IPAJ ou ainda, quando há nomeação de um advogado dativo para a defesa dos interesses de determinado indivíduo. Entretanto, tal acesso é ineficaz quando, por exemplo, a defesa nomeada se mostra deficiente. Se quando um indivíduo considerado pobre é atendido de modo diferente ou possui uma defesa técnica inferior àquela realizada para um indivíduo com melhores condições financeiras, pode-se afirmar que o Estado falhou em sua proteção e que não houve efectivo acesso à justiça.

O Código das Custas Judiciais carece de reformas que devem ser acompanhadas de outras acções paralelas visando dotar os órgãos da Administração da Justiça de competências para análise e verificação da conta de modo a tornar o processo transparente e livre de quaisquer suspeitas de ilegalidade.

50

Referência

BOLETIM DA REPÚBLICA, I Série n.º 23. Imprensa Nacional de Moçambique. Lei n.º 4/75, de 16 de Agosto, *Lei que Adopta providéncias legislativas destinadas a facilitar aos tribunais a exercício da função que lhes é atribuída*. Acessado em 21 de Jun. 2024. Disponível em:<https://gazettes.africa/archive/1975/mz-g..>

_____, I Série n.º 16. Imprensa Nacional de Moçambique. Lei n.º 3/86 de 16 de Abril. *Lei que Cria o Instituto Nacional de Assistência Jurídica*. Acessado em 21 de Jun. 2024. Disponível em: <https://gazettes.africa/archive/mz-governm..>

_____, I Série n.º 51. Imprensa Nacional de Moçambique. *A Constituição da República de Moçambique, 2004*. Acessado em 21 de Jun. 2024. Disponível em:<https://www.masa.gov.mz/uploads/2018/01>

_____, I Série n.º 34. Imprensa Nacional de Moçambique. Decreto n.º 15/2013: Aprova, *o Estatuto Orgânico do Instituto do Patrocínio e Assistência Jurídica*. Acessado em 21 de Jun. 2024. Disponível em:<https://www.cfjj.gov.mz/storage/2019/08>





DIVERSITÀ

Encontro Ibero-americano das Diversidades

17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal

2025

Realização.
Conjugare
Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

Apoio.
Editora Cravo

_____, I Série n.º 34. Imprensa Nacional de Moçambique. Resolução 9/88: Ratifica, *a Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos*. Acessado em 21 de Jun. 2024. Disponível em: <https://gazettes.africa/archive/1988/mz-g...>

_____, I Série , n.º 20. Imprensa Nacional de Moçambique. Decreto n.º 14/96: actualiza, *o Código das Custas Judiciais*. Acessado em 21 de Jun. 2024. Disponível em: <https://gazettes.africa/archive/1996/mz-g...>

CENTRO PARA DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS, (2023). *Conferência Nacional sobre o Acesso à Justiça e ao Direito*. Maputo, v. n.º 494. Acessado em 21 de Jun. 2024. Disponível em: <https://cddmoz.org/uploads/2020/07/Custa...>

CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA, (2017). *Custas Judiciais em Moçambique: Um Verdadeiro Entrave para o Direito de Acesso à Justiça*. Maputo Edição n.º 24. Acessado em 21 de Jun. 2024. Disponível em: <https://www.cipmoz.org/2017/05/23/custas-judiciai...>

CHAMBAL, Hermenegildo; PAUNDE Ângelo; LAICE Celso & CHIAU Manafá, (2021) *Avaliação da Capacidade do IPAJ de Fornecer Assistência Jurídica e Patrocínio Judiciário*. Maputo. Edição Peter Caughlin,. Acessado em 21 de Jun. 2024, Disponível em: <https://www.undp.org/migration/IPAJsReport>

CÓDIGO DAS CUSTAS JUDICIAIS, Série I de 1961-07-20. Ministério do Ultramar, Direcção-Geral de Justiça. Acessado em 21 de Jun. 2024. Disponível em: <https://dre.tretas.org/dre/decreto-43809-de-20-de-j...>

DA SILVA, Guilherme Barbosa & BARBOSA, Amanda Querino dos Santos. *Acesso à Justiça e Desigualdade Social*. Revista de Direito Penal. Brasília, Acessado em 21 de Jun. 2024. Disponível em https://indexlaw.org/article/download/pdf_

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, (2019). *Relatório de Desenvolvimento Humano, 2019: Além do Rendimento, Além das Médias, Além do Presente: Desigualdades no Desenvolvimento Humano no Século XXI*. Portugal. Acessado em 21 de Jun. 2024. Disponível em: <https://hdr.undp.org/documents/hdr2019ptpdf>

51



DIVERSITÀ 2025

Encontro Ibero-americano das Diversidades

17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal

Realização.

Conjugare
Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura
Apoyo.

Editora Cravo

PESQUISADORES DE ADMINISTRAÇÃO E OS PROBLEMAS SOCIAIS: COMPREENDENDO A REPRODUÇÃO DO RACISMO NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

Karina Francine Marcelino¹
Mário César Barreto Moraes²

INTRODUÇÃO

O racismo é uma forma sistemática de discriminação baseada na raça, que se manifesta por práticas conscientes ou inconscientes, gerando privilégios ou desvantagens conforme o grupo racial (Almeida, 2019). No século XIX, com o avanço das teorias racistas, buscou-se justificar, sob um viés pseudocientífico, a hierarquização racial com base em conceitos biológicos (Munanga, 2004). No Brasil, tais ideias se consolidaram com a colonização e a escravidão, fortalecendo discursos que inferiorizavam os negros e promoviam o ideal de branqueamento e a falsa noção de democracia racial (Marques, 2010; Munanga, 2004).

Atualmente, há um reconhecimento crescente do racismo como fenômeno estrutural, que ultrapassa ações individuais (Theodoro, 2022; Lourenço, 2023). Estudos mostram que racismo e discriminação racial são os principais fatores das desigualdades raciais no país (Skidmore, 1976; Hasenbalg, 1979; Guimarães, 1999; Bento, 2002; 2022; Telles, 2003). Essas desigualdades se evidenciam em diversas áreas, como renda, mercado de trabalho, saúde, moradia, educação e até nas taxas de natalidade e mortalidade (IBGE, 2022).

As universidades, por refletirem a diversidade social, abrigam múltiplas perspectivas e desafios relacionados ao racismo estrutural (Chauí, 2003). Apesar do compromisso legal com a inclusão, ainda enfrentam dificuldades em reduzir as desigualdades raciais (Gonçalves; Marcelino; Búrigo, 2022). A gestão desses espaços, com múltiplos atores e saberes, exige articulação com o Estado e a sociedade (Perardt; Búrigo, 2016). Cabe às universidades atuar na superação das injustiças sociais (Santos; Silva; Santos, 2022).

Contudo, o campo da Administração ainda carece de estudos empíricos que investiguem como o racismo é reproduzido nessa área, e como isso impacta estruturas organizacionais e relações de trabalho entre grupos marginalizados e dominantes.

Nesta perspectiva, questiona-se: como o racismo é reproduzido nos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* em Administração? A partir da problemática apresentada, este estudo

52

¹ Doutoranda em Administração. Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) - Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas (ESAG); Florianópolis – SC (Brasil); <https://orcid.org/0000-0002-4891-4202>; karinamarcelino@gmail.com.

² Doutor em Engenharia de Produção. Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) - Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas (ESAG); Florianópolis – SC (Brasil); <https://orcid.org/0000-0760-8444>; mario.moraes@udesc.br.



DIVERSITÀ 2025

Encontro Ibero-americano das Diversidades

17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal

Realização.
 **Conjugare**
Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura
Apóio.
 **Editora Cravo**

tem como objetivo compreender de que forma o racismo é reproduzido nos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* em Administração.

Para atingir o objetivo proposto, realizou-se uma pesquisa com pesquisadores vinculados a Programas de Pós-Graduação stricto sensu em Administração das universidades públicas de Santa Catarina. Dado que o acesso ao ensino superior e à carreira científica ainda é restrito, alcançar esse nível representa integrar uma elite acadêmica. No Brasil, a pós-graduação apresenta acentuada desigualdade racial: em 2018, 71% dos estudantes eram brancos, e apenas 27,5% negros, apesar de estes representarem 54% da população (Costa, 2022; Anpad, 2024).

Embora haja avanços, a presença negra nesses espaços ainda é marcada pela invisibilidade, tanto entre estudantes quanto entre docentes (Vanali; Silva, 2019). Como a pós-graduação forma os formadores, garantir a presença negra é essencial para a pluralidade, o ensino descolonizado e a educação antirracista.

Estudos apontam que o racismo estrutural também se manifesta nas práticas organizacionais brasileiras, muitas vezes de forma sutil, reforçando desigualdades em aspectos como salários e oportunidades de crescimento (Araújo et al., 2023). O sistema econômico atual se sustenta na exploração de marcadores como raça, gênero e classe.

Segundo o Conselho Federal de Administração (2023), os profissionais da área devem atender às demandas sociais, o que torna pertinente investigar como o racismo é reproduzido nos Programas de Pós-Graduação em Administração. O estudo parte de fundamentos teóricos sobre racismo, seguido da metodologia, análise dos dados e considerações finais.

Aportes basilares sobre o racismo

O estudo do racismo como fenômeno social ganhou força com pesquisas sobre a experiência afro-americana, que desafiaram teorias raciais científicas e noções de superioridade racial, além dos movimentos pelos direitos civis e investigações sobre desigualdades raciais (Fernandes, 1965; Skidmore, 1976; Hasenbalg, 1979; Gilroy, 2001; Seyferth, 1996). Trata-se de um fenômeno complexo e estrutural, que ultrapassa o preconceito individual. Conforme Almeida (2019), o racismo atravessa instituições e sistemas sociais, atuando de forma consciente e inconsciente, independentemente de classe social ou ancestralidade mista, que podem amenizar, mas não eliminar, a discriminação.

Em contextos específicos, múltiplas identidades sociais se cruzam, gerando formas particulares de discriminação (Gonzalez; Hasenbalg, 1982; Crenshaw, 1989; Moraes, 2020). Segundo Euclides (2017), raça, gênero e classe são dimensões indissociáveis na constituição identitária dos sujeitos. Para Mezan (2021), o racismo opera ideologicamente ao hierarquizar as raças humanas, posicionando a branca como superior e, portanto, detentora de privilégios e domínio sobre as demais.

Wiewiorka (1991) observa que, embora o racismo se manifeste de formas diversas, todas compartilham a naturalização ou demonização de certos grupos, com base em características

53



DIVERSITÀ

Encontro Ibero-americano das Diversidades

17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal

Realização.



Apoio.



físicas ou genéticas, criando hierarquias fictícias. Tal visão, desprovida de fundamento científico, perpetua desigualdades e estigmas sociais.

No contexto acadêmico, o racismo manifesta-se de formas diversas, como o institucional, estrutural e epistêmico. O racismo institucional ocorre por meio de práticas e sistemas que, mesmo indiretamente, privilegiam determinados grupos raciais (Almeida, 2019; Bento, 2022). Já o estrutural está enraizado nas estruturas sociais e perpetua desigualdades (Almeida, 2019). O epistêmico refere-se à desvalorização de saberes de indivíduos não brancos e de produções que rompem com cânones ocidentais (Nogueira, 2015).

Na universidade, discursos como o da democracia racial e da meritocracia sustentam essas desigualdades. O primeiro nega o racismo e iguala oportunidades de forma ilusória, encobrindo discriminações (Gomes, 2005). O segundo opera como mecanismo de exclusão ao atribuir o sucesso apenas ao mérito individual, desconsiderando as desigualdades estruturais (Vieira et al., 2013; Calbino et al., 2022; Bento, 2022), reforçando a dominação de elites e justificando privilégios herdados (Bourdieu, 1996).

A pós-graduação brasileira reflete esse cenário: marcada por exclusão e elitismo desde sua origem, com acesso desigual à produção científica (Nazareno; Herbetta, 2019). Apenas com políticas afirmativas, especialmente a partir dos anos 2000, iniciou-se uma mudança nesse panorama. A valorização de epistemologias diversas ainda é limitada, o que perpetua uma matriz eurocêntrica (Apinajé; Herbetta, 2018; Nazareno; Herbetta, 2019). Schwartzman (2022) destaca que os pós-graduandos, além de contribuir com conhecimento, também buscam preservar e ampliar seus privilégios sociais.

Conforme Santos (2003), o modelo de pós-graduação reproduz a lógica centro-periferia, mantendo-se elitista e pouco acessível a grupos minoritários. No entanto, a produção científica desses programas tem ganhado relevância, o que demanda um compromisso com uma ciência mais inclusiva, plural e conectada com as necessidades da sociedade (Moritz; Moritz; Melo, 2011; Nazareno; Herbetta, 2019).

Procedimentos metodológicos

Este estudo teórico-empírico adotou como estratégia metodológica o estudo de casos múltiplos, buscando compreender o racismo nos Programas de Pós-Graduação stricto sensu em Administração das universidades públicas catarinenses (Triviños, 1987; Flick, 2009; Stake, 2011). De natureza qualitativa, a pesquisa fundamenta-se em uma abordagem dialético-indutiva e dedutiva, apropriada para a análise de fenômenos sociais complexos (Triviños, 1987).

Apesar do uso de gráficos e porcentagens, o enfoque permanece qualitativo, valorizando a reflexividade e as subjetividades dos participantes, conforme proposto por Flick (2009). O estudo visa contribuir com um campo ainda marcado por lacunas quanto à compreensão do racismo (Gibbs, 2009).

54



DIVERSITÀ

Encontro Ibero-americano das Diversidades

17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal

Realização.



Apoio.



A coleta de dados foi realizada por meio de questionário aplicado a pesquisadores vinculados à UDESC, UFSC e FURB. O instrumento contou com perguntas abertas, fechadas e dependentes (Gil, 2009). A pesquisa foi divulgada via e-mail institucional entre 06/06/2023 e 28/08/2023, com envio de cinco lembretes. Por se tratar de um levantamento censitário, todos os públicos-alvo acessíveis foram convidados, compondo uma amostra não probabilística, sem cálculo de erro amostral.

A referida pesquisa teve aprovação do Comitê de Ética em Pesquisas Envolvendo Seres Humanos (CEP) da universidade a qual à pesquisa estava vinculada, na Plataforma Brasil sob o nº 61196222.6.0000.0118. Os sujeitos respondentes foram 116 (cento e dezesseis) dentre discentes e servidores docentes e técnicos vinculados aos Programas das Universidades pesquisadas. Ressalta-se que os respondentes não foram identificados a fim de garantir o anonimato e a confidencialidade das informações.

Baseados na literatura, foram definidas as temáticas para o questionário, orientado a compreender de que forma o racismo é reproduzido e elaborado com base na problemática do presente estudo e na literatura subjacente, conforme apresentadas na Tabela 1.

Tabela 1: Temáticas para o questionário

Temáticas para o questionário

- Identificação da categoria: discente, docente ou técnico
- Autodeclaração racial
- Identificação do racismo na sociedade brasileira
- Entendimento sobre a democracia racial
- Entendimento sobre a perpetuação do racismo nas Universidades
- Manifestação do racismo nos Programas de Pós-graduação
- Entendimento sobre as políticas de inclusão e permanência
- Existência de grupos de estudos/pesquisas sobre questões étnico-raciais

Fonte: elaborado pelos autores, com base no referencial teórico (2024).

55

Por se tratar de um estudo de caso qualitativo, utilizou-se a análise descritiva (Gil, 1995; Rudio, 2010; Köche, 2015) combinada à análise interpretativa (Triviños, 1987). A análise descritiva teve como foco caracterizar o público-alvo e captar suas percepções sobre o racismo, considerando opiniões, atitudes e crenças (Gil, 1995; Gibbs, 2009).

A abordagem interpretativa, conforme Triviños (1987), integrou os resultados obtidos, o referencial teórico e a experiência dos pesquisadores. A elaboração dos gráficos foi realizada com o uso do Excel, enquanto a análise das respostas discursivas seguiu as temáticas definidas previamente (Tabela 1), sustentadas pela teoria e pelas vivências dos autores.



DIVERSITÀ

Encontro Ibero-americano das Diversidades

17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal

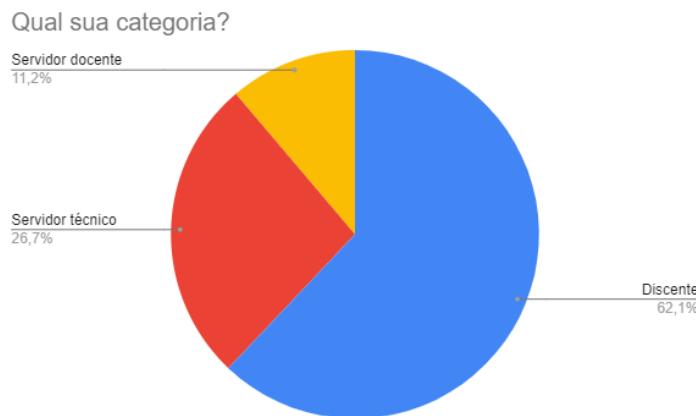
Realização.
Conjugare
Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura
Apóio.
Editora Cravo

Análise dos resultados

Os sujeitos respondentes foram 116 (cento e dezesseis) dentre discentes e servidores docentes e técnicos vinculados aos Programas das Universidades pesquisadas, conforme

Gráfico 1:

Gráfico 1 - Categorias dos respondentes



56

Fonte: elaborado pelos autores, com base nos resultados da pesquisa (2024).

Observa-se no

Gráfico 1 que os discentes correspondem a 62,1% do total de respondentes. Enquanto, os servidores docentes e técnicos correspondem a 11,2% e 26,7%, respectivamente. Em relação a autodeclaração racial dos respondentes, o Gráfico 2 ilustra de que forma se deu essa distribuição.

Gráfico 2 - Autodeclaração dos respondentes



Actas Completas e Resumos do Encontro Ibero-americano das Diversidades - DIVERSITÀ - 2025

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-80-9

DIVERSITÀ

Encontro Ibero-americano das Diversidades

17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal

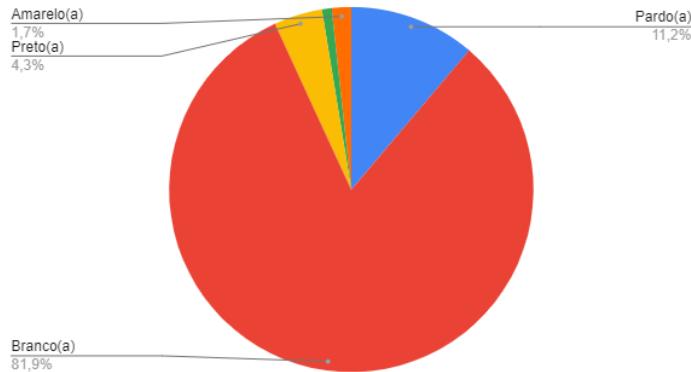
Realização.



Apoio.



Como você se autodeclara?



Fonte: elaborado pelos autores, com base nos resultados da pesquisa (2024).

Conforme observa-se no Gráfico 2, entre os respondentes, 81,9% autodeclararam-se como brancos, 11,2% como pardos, 4,3% como pretos, 1,7% como amarelos. Apenas 1 respondente autodeclarado como indígena está representado no gráfico pela cor verde.

Os resultados evidenciam a ausência de docentes negros. O questionário buscou identificar ainda como que os sujeitos identificam a manifestação do racismo na sociedade brasileira. 96,6% acreditam que há racismo no Brasil.

Os sujeitos tinham um espaço destinado para justificar suas respostas se julgassem necessário. Os comentários em grande parte foram ao encontro do que foi observado na fundamentação teórica: um racismo que se apresenta de múltiplas formas, que leva em consideração aspectos históricos, sociais e culturais e que está arraigado na sociedade brasileira. Os comentários demonstraram uma argumentação crítica em relação às questões raciais.

Entretanto, ressalta-se o comentário a seguir: “*A pergunta é complexa: a simples existência de uma pessoa brasileira racista - o que é inegável - já é o suficiente para se considerar que existe racismo no Brasil. Mas não considero que o racismo defina o brasileiro*”. Esse comentário reflete a ideia de que se reconhece a existência do racismo, porém não aceita ser considerado como tal (Oliveira; Barreto, 2003). É como se o racismo fosse algo distante, justamente por ser algo tão desprezível. Não é bonito ser racista, “todo brasileiro se sente como uma ilha de democracia racial, cercado de racistas por todos os lados” (Schwarcz, 1996, p.155).

Do total, 72,4% dos respondentes não acreditam na afirmação que vivemos em uma democracia racial. Sendo que:

- 83,3% são respondentes autodeclarados negros; e
- 70% são respondentes autodeclarados brancos e amarelos.

57



DIVERSITÀ

Encontro Ibero-americano das Diversidades
17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal

Realização.
Conjugare
Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura
Apoyo.
Editora Cravo

De modo geral, os comentários analisados neste estudo estão alinhados com a literatura e com os resultados da pesquisa nacional realizada em 2023, que investigou a percepção da população brasileira sobre o racismo e buscou subsidiar políticas públicas de enfrentamento (Nganga, 2023). Assim como neste estudo, 81% dos respondentes afirmaram que o Brasil é um país racista. No entanto, ainda há desconhecimento por parte de alguns sujeitos quanto às desigualdades raciais e sociais e à interseccionalidade desses marcadores.

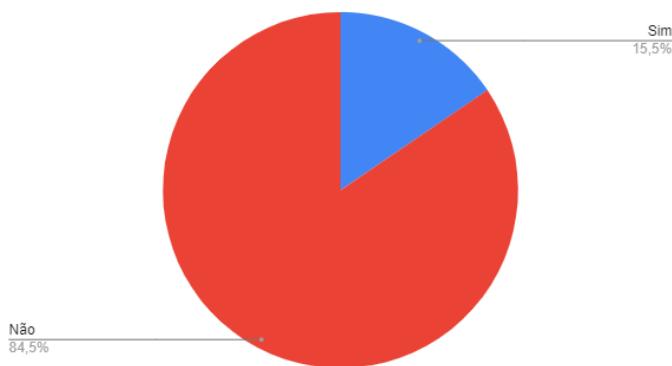
Apesar de avanços legais no combate às desigualdades, os indicadores mostram que, para a população negra, essas disparidades persistem ou se aprofundam. O sistema jurídico não alcança negros e brancos de forma equitativa, evidenciando uma estrutura de dominação baseada no racismo. Diante disso, torna-se urgente a construção de uma base jurídica emancipatória, inspirada no pensamento decolonial. A experiência da população negra no Brasil é marcada pela exclusão histórica e pela ausência de patrimônio herdado — um privilégio frequentemente associado à branquitude. Dessa forma, raça e classe se entrelaçam, reforçando múltiplas formas de discriminação.

O Gráfico 3 ilustra a percepção dos sujeitos em relação da manifestação do racismo dentro dos Programas de Pós-graduação.

Gráfico 3 - Atos racistas dentro do Programa

58

Você já presenciou algum ato racista dentro do Programa?



Fonte: elaborado pelos autores, com base nos resultados da pesquisa (2024).

Dos entrevistados, 84,5% dos respondentes nunca presenciaram atos racistas dentro do programa. Enquanto 15,5% já presenciaram atos racistas. Entre os respondentes autodeclarados negros, 58,8% já foram vítimas de racismo dentro dos espaços acadêmicos. Entre os respondentes, 76,7% concordam com as políticas de inclusão e permanência dos negros nas Universidades, sendo que:

- 58,6% concordam totalmente; e
- 18,1% concordam parcialmente.





DIVERSITÀ

Encontro Ibero-americano das Diversidades

17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal

2025

Realização.



Apoio.



10,3% discordam dessas políticas, sendo que:

- 6,9% discordam parcialmente; e
- 3,4% discordam totalmente.

O

59



Actas Completas e Resumos do Encontro Ibero-americano das Diversidades - DIVERSITÀ - 2025

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-80-9



DIVERSITÀ

Encontro Ibero-americano das Diversidades

17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal

2025

Realização.
 Conjugare
Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura
Apóio.
 Editora Cravo

Gráfico 4 ilustra se os Programas de Pós-graduação possuem políticas de ações afirmativas para ingresso.

60



DIVERSITÀ

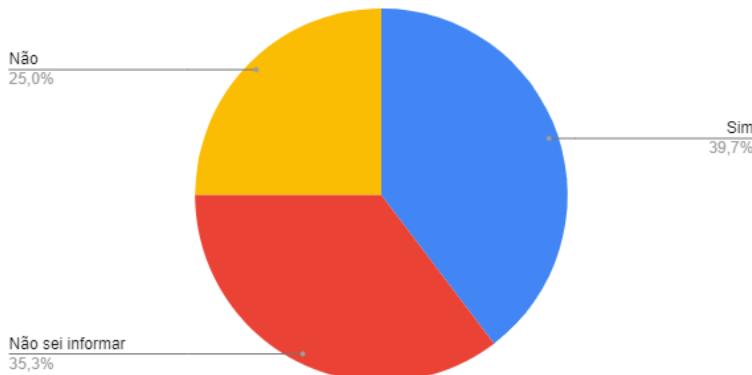
Encontro Ibero-americano das Diversidades

17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal

Realização.
Conjugare
Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura
Apoyo.
Editora Cravo

Gráfico 4 - Políticas de ações afirmativas para ingresso nos Programas de Pós-graduação

Seu Programa de Pós-graduação possui política de ações afirmativas para ingresso?



Fonte: elaborado pelos autores, com base nos resultados da pesquisa (2024).

Observa-se no

61



Actas Completas e Resumos do Encontro Ibero-americano das Diversidades - DIVERSITÀ - 2025

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-80-9



Gráfico 4 que 39,7% dos respondentes afirmam que seus respectivos Programas possuem políticas de ações afirmativas para ingresso. 35,3% dos respondentes não sabem informar se seus Programas possuem tais políticas enquanto 25% afirmam que não possuem. 33,3% dos respondentes autodeclarados negros afirmam que a existência das ações afirmativas foi importante para optar pelo Programa. 64,7% dos respondentes autodeclarados negros afirmam que não ingressaram por meio das ações afirmativas no Programa de Pós-graduação. Dos 35,3% que ingressaram por meio das ações afirmativas:

- 29,4% são das cotas para pessoas baixa renda; e
- 5,9% são das cotas para pessoas negras.

Apesar de todos os estudos e pesquisas retratarem a importância, validade e objetivo das políticas de ações afirmativas, observa-se ainda um desconhecimento desses fatores por parte de alguns sujeitos.

As ações afirmativas resultam de um diagnóstico sociocultural que evidencia, com base estatística, as desigualdades decorrentes de um histórico de discriminação, exigindo medidas reparatórias (Brasil, 2019). A política de cotas nas universidades públicas é um avanço no enfrentamento do racismo, ao reconhecer a desigualdade de oportunidades entre brancos e negros. Estudos como os de Munanga (2001), Moreira (2003) e Soares (2014) defendem as cotas raciais frente a críticas que já foram superadas juridicamente pela decisão do STF na ADPF 186, de 26/04/2012, que confirmou sua constitucionalidade.

Além de justas e necessárias, tais políticas têm impactos positivos sobre seus beneficiários, como ampliação da autoperccepção identitária, surgimento de novas oportunidades, empoderamento, acesso a empregos formais, projeção de novos sonhos educacionais e atuação como referência para suas comunidades (Buiatti; Jeffrey, 2022; Souza; Richter; Souza, 2022; Box1824 & Empodera, 2022).

O Gráfico 5 demonstra se os Programas de Pós-graduação oferecem acolhimento para os seus estudantes.

62

Gráfico 5 - Acolhimento nos Programas de Pós-graduação



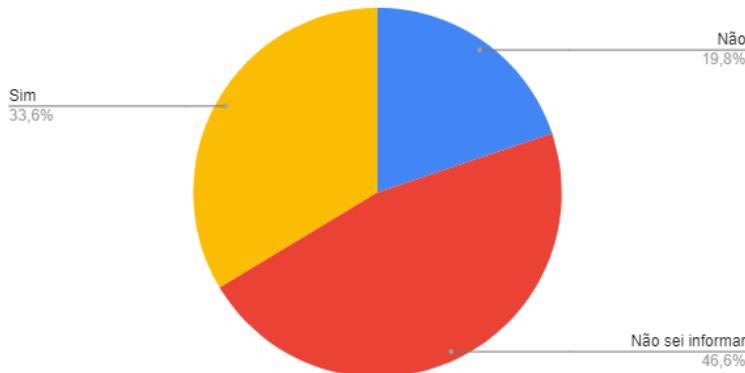
DIVERSITÀ 2025

Encontro Ibero-americano das Diversidades

17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal

Realização.
 Conjugare
 Centro Português de Apoio
 à Pesquisa Científica e à Cultura
 Apoio.
 Editora Cravo

Seu Programa de Pós-graduação oferece algum tipo de acolhimento para os estudantes?



Fonte: elaborado pelos autores, com base nos resultados da pesquisa (2024).

Observa-se que 46,6% respondentes não sabem informar se os Programas de Pós-graduação oferecem algum tipo de acolhimento para os estudantes. Enquanto, 33,6% afirmam que os Programas oferecem algum tipo de acolhimento e 19,8% afirmam que os Programas não oferecem. 52,9% dos respondentes autodeclarados negros informam que seu Programa de Pós-graduação não oferece nenhum tipo de acolhimento para os estudantes ingressantes por ações afirmativas. Enquanto 41,2% dos respondentes autodeclarados negros não sabem informar se existe acolhimento específico para os estudantes ingressantes por ações afirmativas.

Observa-se a dificuldade dos sujeitos em se sentirem incluídos e acolhidos dentro dos Programas. O termo inclusão social, no âmbito das ações afirmativas, se constitui como uma “política de integração plena de um indivíduo ou de um grupo na sociedade através de projetos que visam equacionar as dificuldades e carências que esse indivíduo ou grupo apresenta” (Houaiss; Villar, 2001). A inclusão social por meio da criação de possibilidades para que determinados sujeitos sejam reconhecidos, ascendam socialmente e sejam recompensados frente as injustiças históricas é uma forma de garantir que culturas, economias e políticas sejam respeitadas e valorizadas (França, 2017).

Dos resultados obtidos, 87,9% dos respondentes afirmam que não participam ou nunca participaram de grupos de estudos/pesquisas sobre questões étnico-raciais. 73,3% dos respondentes nunca abordaram questões étnico-raciais em algum estudo, sendo que:

- 79,4% são respondentes autodeclarados brancos e amarelos; e
- 55,6% são respondentes negros.

Em relação aos autores(as) negros(as) da área da Administração, o Gráfico 6 ilustra o conhecimento por parte dos sujeitos.



DIVERSITÀ 2025

Encontro Ibero-americano das Diversidades

17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal

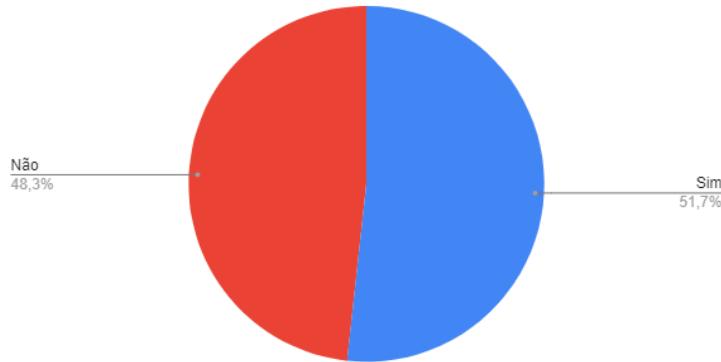
Realização.

Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura
Apelo.

Editora Cravo

Gráfico 6 - Autor(a) negro(a) da área de Administração

Você conhece algum autor(a) negro(a) da área de Administração?



Fonte: elaborado pela autora, com base nos resultados da pesquisa (2024).

Observa-se no Gráfico 6 que 51,7% dos respondentes desconhecem autor(a) negro(a) da área de Administração. Observa-se um epistemicídio existente no campo das ciências sociais aplicadas. Essa prática de negar, silenciar e invisibilizar conhecimentos produzidos a partir de perspectivas decoloniais. Perspectivas estas que vão de encontro ao cânone da ciência, ao *mainstream* da intelectualidade.

Diante dos resultados, observa-se que a comunidade universitária consultada reconhece, majoritariamente, o racismo existente na sociedade brasileira bem como a desigualdade entre negros e brancos. No entanto, ainda há aqueles que não reconhecem o racismo individual internalizado. Há, também, aqueles que não percebem o sistema de dominação e opressão que regulam a ordem jurídica, cultural e política dentro de uma estrutura social.

Apesar da maioria afirmar que há racismo no Brasil, a mesma também afirma não presenciar esses atos dentro dos espaços acadêmicos. Contudo, a maioria dos sujeitos negros relata que já foram vítimas de racismo nesses espaços. A comunidade universitária, em grande parte, concorda com as políticas de inclusão e permanência dos negros, porém a maioria dos Programas não possui a institucionalização de tais políticas. Por fim, representativa parcela dos respondentes nunca participou de grupos de estudos/pesquisas ou produziram conhecimento abordando questões étnico-raciais. Esses aspectos parecem ratificar a carência de representação em todos os sentidos.

Síntese da discussão dos resultados

Os resultados confirmam que a área de Administração ainda se estrutura sob uma lógica heteronormativa, sexista e hegemonicamente ocidental (Oldfield; Candler; Johnson, 2006; Araújo et al., 2023). Como aponta Conceição (2022), persistem desafios significativos para a

64



DIVERSITÀ 2025

Encontro Ibero-americano das Diversidades

17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal

Realização.
 **Conjugare**
Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura
Apóio.
 **Editora Cravo**

população negra em espaços historicamente ocupados por pessoas brancas. Apesar dos avanços das ações afirmativas, o perfil elitista das universidades públicas permanece, marcado por uma seletividade educacional (Schwartzman, 2022). Barreiras formais e informais dificultam o acesso de grupos minoritários a cursos de maior prestígio, como notas de corte elevadas, exigência de conhecimentos prévios, dedicação exclusiva e ausência de políticas adequadas de permanência. A área de Administração reflete esse cenário.

Os resultados confirmam os indícios de racismo já apontados na literatura sobre a área da Administração (Sabino; Pinheiro, 2023). Historicamente restritos a pessoas brancas, esses espaços ainda mostram resistência à inclusão de grupos minorizados, refletida na ausência de autores negros nos currículos e na escassez de debates sobre desigualdades raciais nas teorias administrativas.

Segundo Paiva (2024), gestores do ensino superior percebem as políticas afirmativas como suficientes. No entanto, os dados deste estudo revelam que apenas 15,5% dos docentes, técnicos e discentes se autodeclararam negros, demonstrando uma desigualdade persistente na pós-graduação. Apesar disso, 76,7% dos respondentes apoiam políticas de inclusão e permanência de negros nas universidades, contrapondo-se à hesitação institucional em criar políticas específicas para a pós-graduação (Paiva, 2024).

Embora tais políticas desempenhem papel relevante no enfrentamento da ordem acadêmica eurocêntrica (Paiva, 2024), os dados mostram que 87,9% dos participantes nunca integraram grupos de estudo étnico-raciais, 73,3% nunca abordaram o tema em suas pesquisas, e 51,7% desconhecem autores negros da área.

Esses resultados reforçam a carência de estudos empíricos na Administração que abordem como o racismo se reproduz na pós-graduação, afetando estruturas organizacionais e relações de trabalho. O estudo contribui ao reconhecer o racismo como estrutural também no meio acadêmico, ao evidenciar lacunas na formação profissional e ao apontar desigualdades no acesso.

Considerações finais

O objetivo deste artigo foi analisar como o racismo é reproduzido nos Programas de Pós-Graduação stricto sensu em Administração. Os resultados confirmaram que a maioria da comunidade universitária reconhece o racismo e a desigualdade racial na sociedade brasileira. Além disso, muitos sujeitos negros afirmaram já terem sido vítimas de racismo nesses espaços, e a maioria dos Programas não implementa políticas de inclusão e permanência de negros.

A partir dos procedimentos metodológicos empregados observa-se que, 81,9% dos servidores docentes, técnicos e discentes se autodeclararam brancos, 62,1% afirmaram que as Universidades Públicas perpetuam práticas racistas e 51,7% desconhecem autores negros na área de Administração.

65



DIVERSITÀ

Encontro Ibero-americano das Diversidades

17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal

Realização.

Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Apoyo.

Editora Cravo

A principal contribuição deste estudo é evidenciar como o racismo é reproduzido nos Programas de Pós-graduação, em diálogo com teorias sobre interseção racial, meritocracia, democracia racial e políticas de ação afirmativa.

Quanto às limitações, dado o número de participantes, não é possível generalizar os resultados, embora ofereçam indícios sobre a reprodução do racismo na Administração. O estudo foi restrito a sujeitos vinculados à Pós-graduação stricto sensu em Administração de Universidades Públicas, sugerindo que pesquisas futuras explorem outros tipos de organizações para confirmar ou contrastar esses achados.

Referências

ALMEIDA, S. L. de. *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro; Jandaíra. (Feminismos plurais), 2019.

ANPAD. **Anpad Inclusiva**. 2024. <https://inclusiva.anpad.org.br/> Acesso em: 06 jun. 2024.

APINAJÉ, J. K. R.; HERBETTA, A. Cantos filosóficos e a possibilidade de uma pluridiversidade. **Articulando e Construindo Saberes**, 3(1), 55-62, 2018. Doi: 10.5216/racs.v3i1.55373

66

ARAÚJO, C. C. S. de; FARIA, A.; SANTOS, J. N.; SRINIVAS, N. Debatendo a escravidão negra nos estudos em gestão e organização a partir de perspectivas decoloniais e afrodiáspóricas. *Cadernos EBAPE.BR*, v. 21, n. 3, e2023-0100, 2023. DOI: 10.1590/1679-395120230100.

BARRETO, L. Discursos de ódio contra negros nas redes sociais. **Trama**, v. 18, n. 43, p. 95-108, 2023.

BENTO, C. O pacto da branquitude. São Paulo: Companhia das Letras, 2022. Kindle edition.

BENTO, C. **O pacto da branquitude**. Companhia das Letras, 2022. Kindle.

BENTO, M. A. S. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, I.; BENTO, M. A. S. (Eds.). Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. xx-xx.

BOTOSO, T. C. O. **Negros na universidade**: a cobertura da mídia sobre as políticas públicas de inclusão sócio-racial no Brasil. 2014. 173 p. Dissertação (Mestrado em Mudança Social e Participação Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em:





DIVERSITÀ

Encontro Ibero-americano das Diversidades

17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal

2025

Realização.
Conjugare
Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura
Apelo.
Editora Cravo

<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100134/tde-29012015-113203/publico/tatiana.pdf> Acesso em 01 jul. 2022.

BOX1824 & EMPODERA. **[Efeito Cotas]10:** A potência multiplicadora da inclusão. São Paulo, 2022. Disponível em: <https://readymag.com/u3154757791/efeito-cotas> Acesso em: 19 nov. 2022.

BRASIL. **Sobre ações afirmativas e comunidades tradicionais.** 2019. Disponível em: <https://proext.ufam.edu.br/dpa/sobre-acoes-afirmativas.html> Acesso em 21 set. 2021

BUIATTI, V. P.; JEFFREY, D. C. Apresentação do Dossiê - "Política de Ações Afirmativas em Instituições do Ensino Superior (IES): em debate o acesso e a equidade". **Revista Educação e Políticas em Debate**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 13–22, 2022. DOI: 10.14393/REPOD-v11n1a2022-64892. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/64892>. Acesso em: 5 jun. 2024.

CALBINO, D. et al. "Política de cotas e meritocracia: uma análise da percepção de professores universitários" **Dados**, v. 65, n. 1, 2022. doi: 10.1590/dados.2022.65.1.256
CAMINO, L., et. al. A face oculta do racismo no Brasil: Uma análise psicossociológica. **Revista Psicologia Política**, 1(1), 13-36, 2001.

67

CHAUÍ, M. **A universidade pública sob nova perspectiva.** Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n. 24, p. 5-15, set./dez. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782003000300002&script=sci_arttext> Acesso em: 19 mai. 2021.

CONCEIÇÃO, C.O. S. A questão racial na Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV EAESP): uma perspectiva sobre o ensino superior privado e o racismo no Brasil. 2022. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2022.

CONCEIÇÃO, C.; DE MACEDO, M.J. A questão racial na Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV EAESP): uma perspectiva sobre o ensino superior privado e o racismo no Brasil. **FGV Revista de Iniciação Científica**, v. 29, 2022.





DIVERSITÀ 2025

Encontro Ibero-americano das Diversidades

17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal

Realização.
 Conjugare
Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura
Apelo.
 Editora Cravo

Conselho Federal de Administração, C.F.A. **Pesquisa Nacional Perfil dos Profissionais de Administração**. 2023. Disponível em: <https://cfa.org.br/pesquisa-2024-index/> Acesso em: 21 jul. 2024.

COSTA, E.G. da. Ações afirmativas na pós-graduação brasileira: o caso da UFRGS. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 10, n. 26, p. 104-123, 2022.

COSTA, J.P.M. et al. Ensino de relações raciais na pós-graduação stricto sensu da área pública no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, v. 51, p. e08454, 2021.

CRENSHAW, K. W. **Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory, and Antiracist Politics**. University of Chicago Legal Forum, 1989, p. 538–554.

EUCLIDES, M. S. **Mulheres negras, doutoras, teóricas e professoras universitárias: desafios e conquistas'** 22/09/2017 254 f. Doutorado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Federal do Ceará. Fortaleza Biblioteca Depositária: Universidade Federal do Ceará/Centro de Humanidades

68

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Dominus/EDUSP, 1965.

FIGUEIREDO, B. F.; CRUZ, M. J. A. da. Racismo recreativo e injúria racial: uma análise jurisprudencial do *animus jocandi*. **Revista Estudantil Manus Iuris**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 199–213, 2021. DOI: 10.21708/issn2675-8423.v1i2a9931.2020. Disponível em: <https://periodicos.ufersa.edu.br/rmi/article/view/9931>. Acesso em: 9 nov. 2022.

FLICK, U. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FRANÇA, D. S. N. **Segregação racial em São Paulo: residências, redes pessoais e trajetórias urbanas de negros e brancos no século XXI**. 2017. Tese (Doutorado em Filosofia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

GARCIA, P. C. A. **Representações sociais sobre o racismo no discurso de discentes moçambicanos na Unilab/CE: vozes, imagens e trajetórias coletivas'** 29/01/2018 109 f. Mestrado em Interdisciplinar em Humanidades Instituição de Ensino: Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, Redenção Biblioteca Depositária: <http://repositorio.unilab.edu.br:8080/jspui/handle/123456789/585>





DIVERSITÀ

Encontro Ibero-americano das Diversidades

17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal

2025

Realização.
Conjugare
Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura
Apelo.
Editora Cravo

- GIBBS, G. **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 1995
- GILROY, Paul. **O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência**. Editora 34, 2001.
- GOMES, N. L. Alguns Termos e Conceitos Presentes no Debate sobre Relações Raciais no Brasil: uma breve discussão. In: HENRIQUES, R et al. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal n. 10.639/03**. Brasília: Edições MEC/BID/UNESCO, 2005. p. 39-62.
- GONÇALVES, M.F. de C.P.; MARCELINO, K.F.; BÚRIGO, C.C.D. Políticas de ações afirmativas de acesso ao ensino superior: reflexões freireanas. **Revista da Faculdade de Educação**, v. 38, n. 2, p. 123-137, 2022.
- GONZALEZ, L.; HASENBALG, C. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro. Editora Marco Zero. 1982.
- GUIMARÃES, A. S. A. Racismo e antirracismo no Brasil. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 1999.
- HASENBALG, C.A. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. **Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa**. Elaborado pelo Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- IBGE. Censo Demográfico. 2022. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3175#resultado>. Acesso em: 19 jul. 2024..
- JERÓNIMO, M. B. Posfácio: as gramáticas da diferença que o racismo nomeou. In: HENRIQUES, J. G. **Racismo em português: o lado esquecido do colonialismo**. Lisboa: Tinta da China, 2016.
- KEMP, Simon. DATAREPORTAL. **Digital 2024**: Brazil. [S. l.], 2024. Disponível em: <https://datareportal.com/reports/digital-2024-brazil>. Acesso em: 3 jul. 2024.
- KÖCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa**. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

69



DIVERSITÀ 2025

Encontro Ibero-americano das Diversidades

17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal

Realização.

Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura
Apoyo.

Editora Cravo

LACERDA, M.; PEREIRA, C.; CAMINO, L. Um estudo sobre as formas de preconceito contra homossexuais na perspectiva das representações sociais. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 165-178, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722002000100018&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29 jun. 2015.

LIMA, M. E. O.; VALA, J. As Novas Formas de Expressão do Preconceito e do Racismo. **Estudos de Psicologia (Natal)**, Natal, v. 9, n. 3, p. 401-411, dez. 2004. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2004000300002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 02 dez. 2015.

LOURENÇO, C. Uma sociedade desigual: reflexões a respeito de racismo e indicadores sociais no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, v. 146, n. 1, p. 75–96, 2023. DOI: 10.1590/0101-6628.304.

MARQUES, A. J. **Políticas públicas e gestão da educação para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**: percepções de gestores e gestoras do ministério da educação – MEC' 01/02/2010 171 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, BRASÍLIA Biblioteca Depositária: BCE UNB.

MEZAN, R. **Tempo de muda**. São Paulo: Editora Blucher, 2021. 9786555062670. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555062670/>. Acesso em: 15 set. 2021

MORAES, E. L. A interseccionalidade: Um estudo sobre a resistência das mulheres negras à opressão de gênero, de raça e de classe. **Letras & Letras, [S. l.]**, v. 36, n. 1, p. 261–276, 2020. DOI: 10.14393/LL63-v36n1-2020-14. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/letrasletras/article/view/50792>. Acesso em: 23 nov. 2022.

MOREIRA, D. **Reflexões sobre mudança sócio – racial no Brasil**. In: MOREIRA, D. Racismos contemporâneos/organização Ashoka Empreendedores Sociais e Takano Cidadania. Rio de Janeiro: Takano. Ed ,2003.

MORITZ, G. O.; MORITZ, M. O.; MELO, P. A. **A Pós-Graduação brasileira**: evolução e principais desafios no ambiente de cenários prospectivos. XI Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul. 2011. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/26136> Acesso em: 08 ago. 2022.

MUNANGA, K. Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa de cotas. **Sociedade e Cultura**, v. 4, n. 2, jul./dez. 2001, p. 31-43



DIVERSITÀ 2025

Encontro Ibero-americano das Diversidades

17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal

Realização.
 Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Apóio.
 Editora Cravo

MUNANGA, K. **Redisputando a mestiçagem no Brasil:** identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

NASCIMENTO, F. A. S. **O beabá do racismo contra o negro brasileiro:** subsídio didático para estudantes universitários, educadores, professores, formadores de opinião e militantes. Rondonópolis, MT: Print Editora, 2010.

NAZARENO, E; HERBETTA, A. F.. A pós-graduação brasileira: sua construção assimétrica e algumas tentativas de superação. **Estud. psicol. (Natal)**, Natal , v. 24, n. 2, p. 103-112, jun. 2019. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2019000200002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 09 ago. 2022. <http://dx.doi.org/10.22491/1678-4669.20190013>.

NGANGA, J.G. do N. **Sumário Executivo:** Percepções sobre Racismo no Brasil. 2023. Disponível em: <https://percepcaosobreracismo.org.br/> Acesso em: 16 nov. 2023.

71

NOGUEIRA, R. **Afroperspectividade: por uma filosofia que descoloniza.** 2015. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/afroperspectividade-por-uma-filosofia-que-descoloniza/> Acesso em 15 set. 2021.

OLDFIELD, K; CANDLER, G; JOHNSON, R. G. Social Class, Sexual Orientation, and Toward Proactive Social Equity Scholarship. **The American Review of Public Administration**. 2006;36(2):156-172. doi:10.1177/0275074005281387.

OLIVEIRA, C. L. P.; BARRETO, P. C. S. Percepção do racismo no Rio de Janeiro. **Estudos Afro-Asiáticos** [online]. 2003, v. 25, n. 2 [Acessado 30 Junho 2022] , pp. 183-213. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-546X2003000200001>>. Epub 07 Jul 2004. ISSN 1678-4650. <https://doi.org/10.1590/S0101-546X2003000200001>.

PAIVA, C.L. Um olhar sobre políticas de ações afirmativas para pessoas negras na pós-graduação brasileira: análise da percepção da alta gestão da educação superior. 2024. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10438/35092> Acesso em: 19 jul. 2024.

PERARDT, S; BURIGO, C. C. D. **A concepção de universidade e a inter-relação com o processo da gestão universitária.** Revista da FAE, v.19, n.1, p.80-93, 2016.

RUDIO, F. V. Introdução ao projeto de pesquisa científica. 37. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.



DIVERSITÀ

Encontro Ibero-americano das Diversidades
17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal

Realização.

Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Apoyo.


SABINO, G. de F.T.; PINHEIRO, D.C. Precisamos falar sobre Taylor: indícios de racismo na administração científica?. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 21, n. 3, p. e2022-0065, 2023.

SANT'ANA, A. O. **História e conceitos básicos sobre o racismo e seus derivados**. In: MUNANGA, K (org.). Superando o racismo no Brasil. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf Acesso em: 21 mai. 2022.

SANTOS, C. M. Tradições e contradições da Pós-Graduação no Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 24, n. 83, p. 627-641, ago. 2003. DOI: 10.1590/ S0101-73302003000200016.

SANTOS, F. C.; SILVA, G. M.; SANTOS, N. E. Escola Branca: um olhar sobre o racismo estrutural em práticas educacionais. In: SANTOS, N. E. dos. (org.) **Construindo uma educação antirracista: reflexões, afetos e experiências**. Curitiba: Editora CRV. 2022.

SCHWARCZ, L. Questão racial no Brasil. In L. M. Schwarc & L. Reis (Orgs.), **Negras imagens** (pp. 153-177). São Paulo: EDUSP, 1996.

72

SCHWARTZMAN, S. Pesquisa e Pós-Graduação no Brasil: duas faces da mesma moeda?. **Estudos Avançados**, v. 36, p. 227-254, 2022.

SEYFERTH, G. Construindo a Nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura et al. **“Raça”, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996.

SKIDMORE, T. E. **Preto no branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Tradução Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SOARES, L. M. S. **População negra e ensino superior**: debates sobre o sistema de cotas raciais nas universidades' 18/12/2014 116 f. Mestrado em Relações Étnico-Raciais Instituição de Ensino: Centro Federal de Educação Tecn. Celso Suckow da Fonseca, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: Biblioteca Central do CEFET/RJ.

SOUZA, V. A. de; RICHTER, L. M.; SOUZA , R. A. . Editorial - Política de Ações afirmativas em Instituições do Ensino Superior: em debate a Lei de Cotas. **Revista Educação e Políticas em Debate**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 5–12, 2022. DOI: 10.14393/REPOD-v11n1a2022-64890. Disponível em:





DIVERSITÀ 2025

Encontro Ibero-americano das Diversidades

17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal

Realização.
 Conjugare
Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura
Apoio.
 Editora Cravo

<https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/64890>. Acesso em: 5 jun. 2024.

STAKE, R. E. **Pesquisa Qualitativa**: estudando como as coisas funcionam. Porto Alegre: Penso, 2011.

TELLES, E. E. Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica. Rio de Janeiro: Fundação Ford, 2003.

THEODORO, M. Sociedade desigual: racismo e branquitude na formação do Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

TRINDADE, L.V. **Discurso de ódio nas redes sociais**. Editora Jandaíra, 2022.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo, Atlas, 1987.

TURRA, C.; VENTURI, G. **Racismo cordial: a mais completa análise de preconceito de cor no Brasil**. São Paulo, SP: Ática. 1995.

73

VALA, J. **Novos racismos: perspectivas comparativas**. Oieras: Celta Editora, 1999.

VANALI, A.C.; SILVA, P.V. B. da. AÇÕES AFIRMATIVAS NA PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU: ANÁLISE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Cad. Pesqui., São Paulo , v. 49, n. 171, p. 86-108, jan. 2019 . Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742019000100086&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 06 jun. 2024. Epub 13-Maio-2019. <https://doi.org/10.1590/198053145911>.

VIEIRA, C. et al. “Reflexões sobre a meritocracia na educação brasileira”. **Revista Reflexão e Ação**, vol. 21, pp. 316-334, 2013.

WIEVIORKA, M. **L'Espace du racism**. Paris: Du Seuil (in English The Arena of Racism London: Sage), 1991.





DIVERSITÀ 2025

Encontro Ibero-americano das Diversidades

17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal

Realização.



Apoio.



GORDANÇA: REMEXER AS VIOLÊNCIAS E CELEBRAR A CORPORALIDADE GORDA

Renata Teixeira Ferreira da Silva¹

Este texto parte da pesquisa de doutorado realizada no PPG Artes Cênicas da UFRGS², e explora a relação entre a corporalidade gorda, as violências que as pessoas gordas experienciam no âmbito da dança e a produção de tecnologias de sobrevivência, resistência e de celebração a partir das redes de afeto.

Durante este estudo, identificou-se que as pessoas gordas enfrentam violências múltiplas em aulas, seleções de elenco e metodologias propostas em dança, que impedem a sua continuidade e profissionalização. Essa interferência direta na entrada e permanência no campo, exclui as pessoas gordas das práticas de movimento, e muitas vezes, reduzem e antecipam a finalização de suas trajetórias.

Assim, a escassez de representatividade é um reflexo da manutenção de padrões corporais em nossa sociedade, que se revela de forma aguda nos ambientes onde o corpo é o protagonista, como na dança. Os corpos ditos “ideais” para a dança são magros, jovens, brancos, cisgêneros e sem deficiência e os que fogem a esses padrões são imediatamente lidos como incapazes de dançar e dançar “bem”. Bru Diogo, artista e pesquisador da cena reflete sobre como o corpo gordo é percebido e julgado pela sociedade, destacando a forma como o acúmulo de gordura pode afetar nas relações e na autoimagem:

74

O acúmulo de gordura que envolve meu corpo se tornou atrito com minha família, amigues, amores, trabalhos. Essa camada gerou tensões, que atravessaram a forma como percebia essas relações e me fez perceber ao longo do tempo o que meu corpo significava para o mundo, fracasso e improdutividade - que antes mesmo de eu fazer um movimento, meu ritmo já era lido como preguiçoso. (DIOGO, 2024, p.33).

Os modelos servem a uma lógica colonial, que exclui, marginaliza e coloca em lugares de desvantagem quem não se enquadra nos padrões e estereótipos instituídos como “normais”. Essa binariedade criada para segregar e enfraquecer as identidades minorizadas, é aperfeiçoada através de técnicas de danças antigas importadas da Europa - como o balé clássico, presente em grande parte das escolas de Ensino Fundamental - de concepções de dança vigorosas, extenuantes e capacitistas e da massiva divulgação dos meios de comunicação de imagens de

¹ Doutoranda do PPG Artes Cênicas da UFRGS. E-mail: professorarenatafs@gmail.com.

² O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001 e tem orientação da professora Dra. Patricia Fagundes.





DIVERSITÀ

Encontro Ibero-americano das Diversidades

17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal

2025

Realização.
Conjugare
Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura
Apóio.
Editora Cravo

bailarinas com pouca ou nenhuma diversidade de corporal. Daniela Ricarte, professora e pesquisadora em dança, aponta que a percepção sobre quem pode dançar é influenciada por um estereótipo de corpo que é construído historicamente:

Mesmo acreditando que todos podem dançar – gordos, magros, altos, baixos, homens, mulheres, crianças, jovens, adultos, com deficiência ou não – ainda que poucos exemplos à margem de um estereótipo tenham ganhado visibilidade e mídia, confio que esse estereótipo de corpo para a dança, esse imaginário social que indica a quem cabe dançar ou não, é construção histórica, contextual. (RICARTE, 2019, p.17).

Essa construção histórica se legitima pela patologização desses corpos, autorizada por saberes médicos, em que a forma corporal gorda é limitada à uma situação de doença, enquanto a magreza passa a ser sinônimo de saúde, bem-estar e beleza. A gordura, desta forma, passa a ser uma condenação aos sujeitos, condenação esta que se intensifica na mesma proporção em que se apresenta a gordura corporal, algo a ser superado a qualquer custo, para seu próprio “bem”.

A gordura que em muitos momentos históricos foi vista como sinal de fartura e status social, ganha novas significâncias - racistas e classistas - na busca por se afastar da imagem corpulenta das pessoas negras e escravizadas. Como explicita a socióloga e professora da Universidade da Califórnia Sabrina Strings, a gordura é vista de forma depreciativa, devido aos motivos que a gordofobia foi enraizada:

A gordofobia não está baseada em questões de saúde. Conforme encontrei em minhas pesquisas, no ocidente a gordofobia está enraizada no comércio transatlântico de escravizados e no protestantismo. No contexto do tráfico negreiro, colonialistas e cientistas raciais sugeriram que as pessoas negras eram sensuais, e, portanto, propensas a excessos sexuais e orais [...]. No início do século XIX, nos Estados Unidos particularmente, a gordura era considerada evidência de imoralidade e inferioridade racial (STRINGS, 2019, s/n)³.

Desta forma, foi na busca por uma supremacia branca, agravada pela segunda onda dos feminismos, em que as mulheres ocidentais estavam conquistando direitos, como o voto, que a pressão estética emerge com força, vislumbrando o aprisionamento e dominação dos corpos das mulheres. Ser magra se torna um imperativo e ser gorda, algo a ser temido e abominável.

³ Fat phobia is not based on health concerns. What I found in my research is that in the West, it's actually rooted in the trans-Atlantic slave trade and Protestantism. In the trans-Atlantic slave trade, colonists and race scientists suggested that black people were sensuous and thus prone to sexual and oral excesses. [...] By the early 19th century, particularly in the U.S., fatness was deemed evidence of immorality and racial inferiority. (Tradução de Patricia Fagundes).





DIVERSITÀ

Encontro Ibero-americano das Diversidades

17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal

2025

Realização.
Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Apoyo.
Editora Cravo

Nesse contexto, Diogo observa que “Um corpo que contém uma camada adiposa em grande quantidade em volta de si próprio é um corpo que gera tensão na sociedade. Em cena também.” (DIOGO, 2024, p.68), reforçando a ideia de que ser uma pessoa gorda é visto como algo negativo, na vida e no palco.

Essa *tensão* discutida por Diogo se apresenta de diferentes formas, pela invisibilização desses corpos - quando nas apresentações de escolas e companhias/coletivos de dança não vemos nenhuma pessoa gorda no palco. Ou, pela sua presença em cena - quando são emolduradas como corajosas e exigidas de uma virtuose desumana. Além da falsa premissa de que um corpo gordo em movimento está em busca do emagrecimento, retornando à lógica de patologização do corpo gordo e por isso na busca por superação:

Assim sendo, se a “doença gorda” é o ponto de partida, parece ser inevitável um único viés também para a dança. Para gordos, por este prisma, a dança é um tratamento, não uma possibilidade de comunicação, de arte, de entrega – improvável, senão impossível, como possibilidade de trabalho. (RICARTE, 2019, p.35).

Como resultado, na busca por adentrar o campo ou se manter dançando, muitas bailarinas emagrecem e desenvolvem transtornos alimentares e de aparência. Dançar sendo uma bailarina gorda, por muitos anos, não foi uma possibilidade. Embasados nos discursos biomédicos, muitos profissionais da dança orientam o emagrecimento como forma de “preservar” a saúde dos joelhos, articulações das pessoas gordas. O corpo gordo ao ser entendido como um corpo errante, descontrolado e que precisa de ajuda, experimenta situações de gordofobia em que seu corpo publicamente é desmerecido e desvalorizado, como problematizado por Ricarte:

A característica gorda parece ser socialmente entendida não como algo que se é, mas como algo mexível – ninguém pede a um bailarino que cresça um pouquinho para encarar determinado personagem, ou que durma menos para criar mais olheiras, mas pede-se que emagreça um pouco (ou até muito). Sendo assim, como, sem se adequar aos padrões, tornar esse corpo errado, um corpo possível pra dança, ou, se enxergar fazendo dança sendo gordo? (RICARTE, 2019, p.50).

No Brasil, é bastante recente um olhar para tais questões, desnaturalizando, repassando e desconstruindo essa imagem estigmatizante das corporalidades gordas. Na década de 80, a artista visual paranaense Fernanda Magalhães provoca com suas criações autobiográficas, fotografando o seu próprio corpo nu, gordo. Em 2017, a socióloga e pesquisadora Malu Jimenez inicia um movimento de estudos da corporalidade gorda, com a *Pesquisa Gorda* e que conta com a parceria e colaboração de diversas pessoas pesquisadoras, de diferentes áreas de atuação, por todo o país.

76



DIVERSITÀ

Encontro Ibero-americano das Diversidades

17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal

Realização.

Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura
Apelo.

Editora Cravo

A luta anti gordofoobia vem se estabelecendo de forma coletiva, e tem se articulado cada vez mais junto às políticas públicas, com o objetivo de promover acessos, garantir direitos e respeito às pessoas gordas. Em 2023, é lançado o *Manifesto Gorda*, importante documento que reivindica o direito de pessoas gordas existirem (MANIFESTA, 2023).

É nesse contexto, de resistência, através de redes de afeto e pesquisa, que formas mais dignas de ser e estar no mundo por pessoas gordas, vêm sendo criadas, ampliadas e fortalecidas, inclusive repensando as Artes da Cena e os espaços de Dança.

Celebração do afeto: estratégias de resistência e insurgência

“Nós utilizaremos nossas próprias armas, que são nossos conhecimentos, afetos, corpos, nossas danças e esse é o medo que causamos. Medo de nos sentirmos pertencentes e achamos que podemos entrar. Não vamos entrar. Vamos invadir. Vamos dançar.” (COLZANI, 2022, p.44). A artista e pesquisadora Gaia Colzani nos provoca a ação, a apropriação de nossa própria força e identidade para lutar contra as opressões, destacando a importância do empoderamento e das práticas do corpo como ferramentas de insurgência, mesmo em um contexto de marginalização ou exclusão. Mas é importante destacar que Gaia convoca coletivamente, nós, partilhando as responsabilidades e as forças de luta. A arquiteta e urbanista, Joice Berth vai refletir que “o empoderamento individual e coletivo são duas faces indissociáveis do mesmo processo.” (BERTH, 2020 p.54).

Portanto, esse processo de *invasão* proposto por Colzani vem se concretizando na formação de grupos e redes, que discutem formas mais igualitárias de existência, buscando equalizar esse campo majoritariamente magro. A presença e a expressão das artistas gordas vêm desafiando a ideia de que não pertencem ou não têm direito a estar em certos espaços. Mesmo causando desconforto ou medo em quem as opõe e exclui, bailarinas gordas têm construído espaços de afirmação e ocupação, celebrando a diversidade e pluralidade de tudo que possam ser.

Há muita violência no campo, mas também há pessoas e grupos que desenvolvem estratégias de resistência e insurgência, como Diogo destaca a importância do *jogo* das Artes da Cena para a construção de novas possibilidades:

Quando trago que as artes da cena podem se tornar estratégias na construção de corporeidades gordas e estruturas adiposas, penso sobre uma forma de aprendizado que se dá a partir do jogo. Se estamos em um processo de engordecimento e esse processo acontece em um mundo que violenta corpos gordos a todo momento, penso que o jogo pode fornecer estratégias para se reagir, fugir, tensionar, expor essas opressões. Penso também que o jogo de imaginação, materializado muitas vezes nas artes da cena, é também um um jogo que está em disputa com imagens de violência a esses corpos. (DIOGO, 2024, p.111).

77



DIVERSITÀ 2025

Encontro Ibero-americano das Diversidades

17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal

Realização.

Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura
Apoyo.

Editora Cravo

A corporalidade gorda é um campo de luta contra as violências, e a celebração da gordura é uma forma de despadronização dos corpos na dança e de promoção da diversidade e inclusão. No Brasil, podemos citar alguns coletivos de dança que realizam projetos em dança feitos por, com e sobre pessoas gordas: Zona Agbara (SP); Manada Treme (SC); Cia Encorpas (RJ); Curvas em dança (RS) e Cia. Representativa (BA). Colzani compartilha como dançar com outras pessoas gordas pode ser uma experiência transformadora e poderosa: “O que quero falar parece romântico e talvez seja, mas o teatro, a dança e as artes no geral ganharam outro significado quando pude dançar as banhas em coletivo.” (COLZANI, 2022, p.42).

Dançar desde as banhas é procedimento de criação, metodologia de pesquisa, dispositivo de insurgência e movimento que vem ganhando força e valorização. Em oposição às práticas corporais que alinhavam, encaixavam, controlavam, padronizavam e homogeneizavam corpos e poéticas, artistas gordas vêm encontrando novas maneiras de compor cenas e coreografias. A ideia de não controlar o corpo pode ser uma forma de emancipação e de retomar o direito do corpo ser seu, como destaca Diogo ao afirmar que “Perceber a movimentação do corpo a partir de um não controle, é pensar numa movimentação de jogo.” (DIOGO, 2024, p.112). As experiências que, anteriormente eram de fracasso e frustração, são impulsionadas pelo reconhecimento do próprio corpo e vão sendo substituídas por um radical e afetuoso protagonismo em cena. Diogo destaca que ao superarmos um padrão limitador, são diversas as formas de insurgência que irrompem:

78

Estar entre muitas pessoas gordas, para mim, é como conseguir perceber muitas outras possibilidades de um universo gordo. Enquanto existe toda uma estrutura que nos condensa em uma única imagem, num único estigma, estar entre pessoas gordas, produzindo trabalhos a partir de nossas experiências e trocando nossas histórias é uma forma de tensionar e criar rompimentos dessa condensação. Aquilo que foi limitado a uma coisa, agora consegue ser várias. (DIOGO, 2024, p.63).

Compartilhar o espaço, a cena, as histórias, as situações de violência. Descobrir novas formas de mexer e remexer as banhas, as dobras e as concepções de dança. Encarnar o autobiográfico e as biografias emprestadas. Reconhecer os saberes e os conhecimentos do corpo, no corpo e no encontro das corporalidades gordas. Resistir e insurgir com afeto. Celebrar nossas diferenças e potencialidades.

Referências

BERTH, Joice. **Empoderamento**. Jandaíra: São Paulo, 2020.

CONZANI, Gaia. **Engordecer afetos dançados**. Titivillus: Recife e Florianópolis, 2022.





DIVERSITÀ

Encontro Ibero-americano das Diversidades

17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal

2025

Realização.
Conjugare
Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Apoyo.
Editora Cravo

DIOGO, Bru. **Gorduras à flor da pele.** Títivillus: Recife e Florianópolis, 2024.

GORDA, Pesquisa. Disponível em: <https://pesquisagordegp.wixsite.com/gordes/nossa-hist%C3%B3ria>. Acesso em: 07 mai. 2025.

Manifesta Gorda. [livro eletrônico] / coordenação Grupo de Estudos Transdisciplinares das Corporalidades Gordas no Brasil. -- 1. ed. -- Belo Horizonte, MG : Agência de Iniciativas Cidadãs, 2023. Disponível em: <https://pesquisagordegp.wixsite.com/gordes/lead-collection>. Acesso em: 17 jun. 2024.

RICARTE, Daniela. **Gordos que Dançam:** estratégias para se estabelecer no campo. 2019. Monografia (Dança – Licenciatura) – Centro de Artes, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2019.

STRINGS, Sabrina. **Fat Phobia.** Entrevista concedida a Heather Ashbach. UCI News, 2019. Disponível em: <<https://news.uci.edu/2019/08/12/fat-phobia/>>. Acesso em: 20 jun. 2024.

79



DIVERSITÀ

Encontro Ibero-americano das Diversidades
17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal

Realização.

Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Apóio.


O NEGRO E O RACISMO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Tamíris Antônia da Silva Terra¹

Ao se pensar em Sociologia Brasileira, não é possível ignorar as diversas produções nacionais e internacionais que se debruçam na pauta racial e no racismo enquanto tema central de suas análises. Também pudera, visto que o histórico colonial escravocrata do Brasil (e de todo continente americano) deixou sequelas bastante duradouras no inconsciente dos indivíduos e também na esfera sociopolítica destes lugares, tornando essencial e constante a necessidade de tratar sobre tal assunto, com o intuito de analisar os impactos causados do tal sistema ou também desmentir teorias contraditórias que outrora foram consideradas como insuspeitas, como a teoria de democracia racial de Gilberto Freyre, por exemplo. À vista disso, o presente trabalho tem como objetivo apontar teorias e análises desenvolvidas por sociólogos brasileiros no tangente à questão racial e delinear paralelos com expressões artísticas contemporâneas, igualmente brasileiras, que também abordam tal tema, a fim de evidenciar a atualidade e a relevância de tais pensadores e suas teorias. Tendo como base nomes como Florestan Fernandes, Virgínia Leone Bicudo e Lélia González, este estudo analisa a sociedade brasileira em dois períodos distintos: de 1945 a 1980, período onde as obras a serem citadas por tais autores foram publicadas, e do fim de dos anos 1990 até 2020, apoiando-se predominantemente em músicas e composições de rappers brasileiros.

Florestan Fernandes, em sua obra “A Integração do Negro na Sociedade de Classes” (1964), esclarece como a ideia de democracia racial de Freyre não passa de um mito. Tal constatação origina-se a partir do momento em que Fernandes aponta as condições desiguais entre negros e brancos no tangente a vida social e política de tais indivíduos, pois, após abolição da escravatura, os negros não se tornam igualmente comparáveis aos brancos, longe disso, estes passam a ser isolados e marginalizados pelo sistema e também pela população que, antes, os viam como propriedade.

Com a Abolição pura e simples, porém, a atenção dos senhores se volta especialmente para os seus próprios interesses. Os problemas políticos que os absorviam diziam respeito a indenizações e aos auxílios para amparar a “crise da lavoura”. A posição do negro no sistema de trabalho e sua integração à ordem social deixam de ser matéria política. [...] Assim se explica por que o clamor por medidas compulsórias - que obrigasse o ex-escravo ao trabalho e o “protegessem”, promovendo sua adaptação ao estilo de vida emergente - se tenha extinguido com relativa rapidez e sem deixar nenhum fruto ou qualquer vestígio de generosidade. Perdendo sua importância privilegiada como mão-de-obra exclusiva, ele (o negro) também perdeu todo o interesse que possuía para as camadas dominantes. A legislação, os poderes públicos e os círculos politicamente

¹Graduanda em Ciências Sociais na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) – tamiristerra@estudante.ufscar.br





DIVERSITÀ 2025

Encontro Ibero-americano das Diversidades

17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal

Realização.
Conjugare
Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura
Apoyo.
Editora Cravo

ativos da sociedade se mantiveram indiferentes e inertes diante de um drama material e moral que sempre fora claramente reconhecido e previsto, largando-se o negro ao penoso destino que estava em condições de criar por ele e para ele mesmo. (Fernandes, p. 30-2, 1964)

Com base nisso, pode-se observar que os padrões socioculturais provenientes da sociedade escravista são mantidos e a percepção de inferioridade do negro em relação ao branco perdura mesmo após maio de 1988. No discurso brasileiro, por exemplo, é bastante comum e abundante a ideia que racismo é algo inexistente, exagerado ou similar, onde até no Hino da Proclamação da República o tema é apontado como tal: “*Nós nem cremos que escravos outrora / Tenha havido em tão nobre País...*” (Medeiros E Albuquerque, J. J.; Miguez, L., 1890)².

Entretanto, a realidade é outra. Ao tratar de um recorte de tempo mais moderno, é possível citar o grupo brasileiro de rap Racionais MC's, que aborda temas como racismo e desigualdade social em suas composições desde sua formação, em 1988, utilizando de linguajar popular e retratando situações (infelizmente) habituais na sociedade brasileira, sobretudo na periferia. Totalizando quinze álbuns gravados, entre EPs e álbuns de estúdio, o quarto álbum do grupo é considerado um dos maiores discos brasileiros. Com o título “Sobrevivendo no Inferno”, a obra foi produzida em um contexto de genocídio negro e periférico por via dos agentes do Estado, podendo observar em diversas faixas referências à eventos violentos de alcance nacional como o Massacre do Carandiru (1992), por exemplo, na canção *Diário de um Detento*, que ganhou dois prêmio no Video Music Brasil (MTV) em 1998. Tamanha dimensão e importância de “Sobrevivendo no Inferno” foi o que levou tal álbum a ser o primeiro álbum musical de leitura obrigatória em vestibulares de universidades públicas no Brasil, como na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), por se tratar não apenas de um álbum extremamente famoso, mas também por ser reconhecido como “uma verdadeira aula sobre a história recente do Brasil, bem como um retrato do negro na sociedade brasileira” (NEVES, 2021). A faixa *Em Qual Mentira Vou Acreditar?* traz em suas estrofes uma reflexão acerca das diversas mentiras e falácias sociais que circundam a realidade do indivíduo negro de periferia, como a negação do racismo policial e do racismo velado.

Quem é preto como eu já tá ligado qual é / Nota fiscal, RG, polícia no pé / Escuta aqui: o primo do cunhado do meu genro é mestiço / Racismo não existe, comigo não tem disso / É pra sua segurança' / Falou, falou, deixa pra lá / Vou escolher em qual mentira vou acreditar (Pereira, P. P. S.; Alves, E. P., 1997)

² Importante ressaltar a data de composição do hino - que se dá 19 meses após abolição - e, também, que a intenção com sua composição era a de fazer com que tal fosse o Hino Nacional Brasileiro. O desprezo em relação à uma realidade que há pouco era vigente e violentamente basal para a sociedade da época dá-se como negação, desconsiderando não apenas todo o passado histórico do processo colonial que até 1822 ainda estava em voga, mas também a vida roubada e ceifada de milhões. Vidas estas de responsabilidade de um Estado que se forma em cima de muito sangue e suor de indivíduos específicos e, posteriormente, se porta como se nada outrora fosse real.



DIVERSITÀ 2025

Encontro Ibero-americano das Diversidades

17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal

Realização.

Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura
Apóio.


Para a autora Virgínia Leone Bicudo (1945), a identidade do indivíduo é fator importante na compreensão e organização social no tangente à raça, assim como a influência deste na atuação político-social. A partir de entrevistas com pretos e mulatos [sic] e análise de documentos e publicações da Frente Negra Brasileira (1931-1937), Bicudo apresenta argumentos que, mais uma vez, contradizem o mito da democracia racial, mesmo sem criticá-lo diretamente, ao relevar a persistência da discriminação racial até mesmo em casos de ascensão social. Em sua obra “Atitudes Raciais de Pretos e Mulatos em São Paulo”³ (1945), Virgínia Bicudo aponta como a percepção inter e intrapessoal de sujeitos pretos e pardos de classes populares e médias na cidade de São Paulo se correlaciona com a vivência, o comportamento e a postura de tais sujeitos em termos de cor e pertencimento racial, com ênfase nas atitudes sociais diante das diferenças raciais. A autora conclui que

Através dos entrevistados, observamos que o preto e o mulato têm concepção desfavorável de si mesmos, como reflexo da concepção do branco para eles, dada a influência dos contatos primários, principalmente da infância. Consideram-se inferiores, feios, e se sentem envergonhados por sua origem. Quanto mais subimos nas classes sociais, tanto mais aumenta a consciência de cor e tanto maior esforço despendido para compensar o sentimento de inferioridade. Ao mesmo tempo em que se empenham em desenvolver valores pessoais, para eliminar a concepção desfavorável, procuram a autoafirmação na conquista da aceitação incondicional por parte do branco. Consequentemente, resulta uma luta por status social mais árdua, dadas as barreiras das distâncias sociais na linha de cor. Os casos apresentados demonstraram que obtêm ascensão social os indivíduos de cor dotados de inteligência e que desde a infância tiveram estímulos sociais nos contatos primários com brancos. Entretanto, a ascensão ocupacional não confere ao preto o mesmo status social do branco, consideradas as restrições demarcadas na linha de cor, ao passo que ao mulato garante sua inclusão no grupo dominante, embora em sua personalidade permaneçam as consequências do conflito mental. (Bicudo, p. 159-60, 1945)

82

Ao pensar em obras artísticas que harmonizam com a teoria de Bicudo, é possível citar algumas composições do rapper paulistano Emicida. Leandro Roque de Oliveira (Emicida) se relaciona com o rap desde a juventude, quando compunha músicas de modo amador, entretanto ganhou visibilidade na cena hip-hop em batalhas de improvisação, vencendo por mais de dezenas de vezes em batalhas locais e acumulando milhões de visualizações em suas redes sociais como YouTube e MySpace nos anos 2000. Atualmente, conta com 11 álbuns (incluindo mixtapes e EPs), tem sua própria gravadora, publicou livros infantis que variam de temas usuais como medo até aqueles com versos que tratam sobre religião e resistência afro, articulando representação e identidade negra com a infância. Em 2015, após uma

³ Dissertação de mestrado pioneira nas ciências sociais brasileiras pela Escola Livre de Sociologia Política de São Paulo, representa uma contribuição fundamental para o estudo das relações raciais no Brasil.



DIVERSITÀ 2025

Encontro Ibero-americano das Diversidades

17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal

Realização.

Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Apoyo.

Editora Cravo

viagem no continente africano pelos países de Madagascar, Cabo Verde e Angola, surge o álbum “Sobre Crianças, Quadris, Pesadelos e Lições de Casa...”, segundo álbum de estúdio, trazendo músicos de cada um dos países africanos visitados e também grandes nomes da música brasileira. Nas faixas *Salve Black (Estilo livre)* e *Mandume*, é possível observar trechos que articulam com a teoria de Virgínia Bicudo no que tange a reconhecimento racial e organização social de indivíduos racializados, como exemplificado abaixo respectivamente:

Lembrando também que os verdadeiros / os marginais que estão às margens da sociedade / da periferia, que essa humildade / se organizar e chegar na cultura única / que nós temos nós mesmos / temos que se conscientizar, se organizar / se a cadeira está organizada / a rua também tá / Muito obrigado, deixo esse abraço / um mano axé, a todos os negrão de boa / assim que é, os verdadeiro / os maloqueiro, os pichador / Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador / aé negrão, aqui é periferia / muito abraço a todos / Axé! (De Oliveira, L. R.; Levy, M. J. F., 2015)

Mas mano, sem identidade somos objeto da história / que endensa herói e forja, esconde os retos na história / Apropriação a eras, desses tá repleto na história / mas nem por isso que eu defeco na escória / [...] Domado eu não vivo, não quero seu crime / ver minha mãe jogar rosas / Sou cravo, vivi dentre os espinhos treinados / com as pragas da horta / Pior que eu já morri tantas antes de você / me encher de bala não marca, nossa alma sorri / briga é resistir nesse campo de fardas / [...] Eles querem que alguém / que vem de onde nósz vem / seja mais humilde, baixe a cabeça / nunca revide, finja que esqueceu a coisa toda / eu quero é que eles se... (De Oliveira, L. R.; et al, 2015)

83

Como apontado previamente, a identidade e a consciência racial tem papel importante na realidade social dos indivíduos negros, principalmente reconhecendo o racismo enquanto característica constitutiva e estruturante da sociedade brasileira. Todavia, apenas o recorte de raça não se faz efetivo ao analisar a realidade social do Brasil, uma vez que o contexto histórico ocidental em que se deu a colonização tinha base em um regime racista e igualmente patriarcal, deveras misógino e hostil. Lélia González (1984), por sua vez, utiliza de uma interpretação interseccional ao pensar e conceituar a formação do Brasil uma vez que, para a autora, ambos racismo e sexismo são elementos estruturantes não apenas da cultura como também da sociedade brasileira, ressaltando a posição da mulher negra na formação social, cultural e simbólica do país. De acordo com sua obra “Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira”, três figuras simbólicas condensam os papéis atribuídos à mulher negra ao longo da história nacional: a mulata (hipersexualizada, figura central no imaginário carnavalesco e na exotização do corpo negro), a doméstica (herdeira da mucama, representa a subalternidade cotidiana) e a mãe preta (símbolo de maternidade e do afeto projetado sobre as amas de leite, mas sempre em função da família branca). É a partir de tais figuras que a autora aponta como a mulher negra foi reduzida a funções de servir e satisfazer, sexual, afetiva ou economicamente aos (em especial, homens) brancos. Para González, os discursos dominantes ocultam a verdadeira influência africana na cultura nacional ao passo que exotizam e marginalizam o corpo negro, desenvolvendo como se uma “neurose cultural





DIVERSITÀ

Encontro Ibero-americano das Diversidades

17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal

2025

Realização.



Apoio.



brasileira” (no sentido freudiano), e, em tom crítico e bastante irônico, a autora desmascara - assim como as outras obras aqui citadas - o mito da democracia racial e da harmonia entre os gêneros e raças no Brasil, propondo um reposicionamento da mulher negra enquanto sujeito histórico e cultural central.

Ora, sabemos que o neurótico constrói modos de ocultamento do sintoma porque isso lhe traz certos benefícios. Essa construção o liberta da angústia de se defrontar com o recalcamento. [...] No momento em que fala de alguma coisa, negando-a, ele se revela como desconhecimento de si mesmo. Nessa perspectiva, ele (o homem branco) pouco teria a dizer sobre essa mulher negra, seu homem, seus irmãos e seus filhos [...]. Exatamente porque ele lhes nega o estatuto de sujeito humano. Trata-os sempre como objeto. (González, p. 232, 1984)

A canção *Marias*, da rapper Karol Conká, ilustra o posicionamento de Lélia González a respeito da vivência da mulher negra na sociedade brasileira. Faixa do primeiro álbum da cantora, “Karol Conká”, lançado em 2001, a canção é acompanhada de outras seis faixas que foram compostas e lançadas antes da maioridade da artista que, dez anos depois, lançou seu primeiro EP e teve sua primeira indicação ao MTV Video Music Brasil. Entre parcerias e lançamentos de álbuns de estúdio, a rapper soma mais de quarenta singles lançados e alcançou mais de duzentas mil visualizações em menos de 24 horas ao lançar seu single *Dilúvio* no YouTube em 2021.

84

Escrivendo histórias vivendo cada segundo / nomes do passado que ainda percorrem o mundo, / orgulhando, envergonhando, / muitas se sentem sobrando / sem estímulos na vida algumas seguem se enganando / [...] No país rico de beleza misturado com pobreza / meninas se fantasiam negando suas naturezas / cobertas de incertezas com medo se sentem presas / escondem a esperteza sonhando com a realzeza. / A mocinha quer saber por que ainda ninguém lhe quer / se é porque a pele é preta ou se ainda não virou mulher. / Ela procura entender porque essa desilusão / pois quando alisa o seu cabelo não vê a solução (De Oliveira, K. S., 2001)

Desse modo, tendo como base as teorias e as composições artísticas aqui discorridas, pode-se concluir que análises, discussões e estudos referentes à raça e etnia na Sociologia Brasileira possuíram e ainda possuem caráter de extrema necessidade no questionamento e na reconceituação de teorias anteriores (ou quiçá modernas) que ignoram a realidade social do Brasil, uma vez que o curso histórico do país desde a colonização se direciona a negação de um sistema violento e genocida que ela mesmo implantou, sendo assim cada vez mais indispensável a evidenciação dos reflexos que tal sistema originou, mesmo após cinco séculos. Tais estudos e reflexões são capazes de provocar impactos efetivamente positivos no desenvolvimento social e político de uma nação, como o foi e o é no Brasil (a título de exemplo a política de cotas raciais e o reconhecimento e a demarcação de territórios indígenas e quilombolas). Entretanto, ao observar a realidade social brasileira, nota-se que o percurso





DIVERSITÀ

Encontro Ibero-americano das Diversidades

17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal

2025

Realização.
Conjugare
Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura
Apoyo.
Editora Cravo

ainda é bastante extenso, desse modo, como diz Cida Bento (2022), “é urgente fazer falar o silêncio, refletir e debater essa herança [escravocrata] marcada por expropriação, violência e brutalidade para não condenarmos a sociedade a repetir indefinidamente atos anti-humanitários similares.”.

Referências

- BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. 1 ed. São Paulo: Companhia das letras, 2022.
- BICUDO, Virgínia Leone. Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo. In: BICUDO, V. L.; MAIO, M. C. (org.). **Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo**. São Paulo: Editora Sociologia e Política, 2010. 192 p.
- EM QUAL MENTIRA VOU ACREDITAR? Intérpretes: Racionais MC's. Compositores: Pedro Paulo Soares Pereira (Mano Brown); Edivaldo Pereira Alves (Edi Rock). In: SOBREVIVENDO NO INFERNO [CD] de Racionais MC's. São Paulo: Cosa Nostra, 1997, faixa 9 (7 min 42 s).
- FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 5 ed. São Paulo: Globo, 2008.
- GONZÁLEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: GONZÁLEZ, L.; RIOS, F.; LIMA, M. (org.). **Por um feminismo afro-latino-americano: Ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p. 67-83
- HINO DA PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA. Compositores: Medeiros e Albuquerque; Leopoldo Américo Miguez. Rio de Janeiro, 1890.
- KAROL CONKA [ÁLBUM]. Karol Conká. Paraná, 2001.
- MANDUME. Intérpretes: Emicida; *et al.* Compositores: Leandro Roque de Oliveira (Emicida); *et al.* In: SOBRE CRIANÇAS, QUADRIS, PESADELOS E LIÇÕES DE CASA... [CD] de Emicida. São Paulo, Laboratório Fantasma, 2015, faixa 12 (8 min 15 s).
- MARIAS. Intérprete: Karol Conká. Compositora: Karoline dos Santos de Oliveira (Karol Conká). In: KAROL CONKA [ÁLBUM] de Karol Conká. Paraná, 2001, faixa 3 (2 min 4 s).
- SALVE BLACK (ESTILO LIVRE) Intérpretes: Emicida; Maurício Cersósimo; Tony Dawsey. Compositores: Leandro Roque de Oliveira (Emicida); Marcos José Ferro Levy. In:

85



DIVERSITÀ

Encontro Ibero-americano das Diversidades
17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal

Realização.

Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura
Apóio.


SOBRE CRIANÇAS, QUADRIS, PESADELOS E LIÇÕES DE CASA... [CD] de Emicida. São Paulo, Laboratório Fantasma, 2015, faixa 14 (4 min 43 s).

SOBREVIVENDO NO INFERNO [CD]. Racionais MC's. São Paulo: Cosa Nostra, 1997.

SOBRE CRIANÇAS, QUADRIS, PESADELOS E LIÇÕES DE CASA... [CD]. Emicida. São Paulo: Laboratório Fantasma, 2015

86



DIVERSITÀ

Encontro Ibero-americano das Diversidades

17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal

Realização.



Apoio.



DESAFIOS DOS CUIDADOS DE SAÚDE PERANTE A DIVERSIDADE CULTURAL

Helga Martins¹

João Freitas²

Nuno Andrade³

Paula Pinto⁴

Introdução

Nunca se viveu numa era com tanta mobilidade de seres humanos pelo mundo como na atualidade, sendo que, em 2020, o número estimado de migrantes internacionais era de 281 milhões, o que representava cerca de 3,6% da população mundial (Organização Internacional para as Migrações, 2024). Na última década, a proteção dos direitos humanos dos migrantes, incluindo o direito à saúde, tem sido amplamente reconhecida, tornando-se atualmente numa preocupação global. De forma a cumprir as obrigações legais, relativamente aos níveis internacionais e nacionais, os governos de muitos países sentiram a necessidade de integrar as necessidades de saúde e vulnerabilidades dos migrantes nas suas políticas estratégicas de saúde (Organização Mundial da Saúde, 2022).

Em Portugal, o número de estrangeiros residentes, representa cerca de 7,6% da população total, ou seja, cerca de 798.480 residentes (PORDATA, 2023). Podemos confirmar que esta é uma realidade expressiva e que, com certeza, terá grandes implicações em termos sociais e de saúde nas políticas Portuguesas.

Neste artigo pretende-se perceber quais são os desafios encontrados ao nível dos cuidados de saúde perante a diversidade cultural em Portugal. A metodologia utilizada para a sua composição baseou-se na pesquisa bibliográfica e na reflexão entre os membros do grupo. Inicialmente encontra-se uma análise conceptual de cultura, e de como esta se relaciona com o conceito de saúde. Posteriormente, tentou-se contextualizar a realidade Portuguesa relativamente à população migrante. Por fim, deu-se ênfase à realidade da acessibilidade aos cuidados de saúde em Portugal por parte dos migrantes, caracterizando-os e mostrando desigualdades e barreiras específicas que estes encontram.

87

¹ Faculdade de Ciências da Saúde e Enfermagem, Universidade Católica Portuguesa. E-mail: hemartins@ucp.pt

² Unidade Local de Saúde do Algarve - Hospital de Faro. E-mail: eufreitas@gmail.com

³ Unidade Local de Saúde do Algarve – Unidade de Saúde Familiar Lauroé. E-mail: nandrade@ulsalg.min-saude.pt

⁴ Unidade Local de Saúde do Algarve- Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados Faro. E-mail: Pvpinto@ulsalg.min-saude.pt



DIVERSITÀ 2025

Encontro Ibero-americano das Diversidades

17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal

Realização.
Conjugare
Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura
Apoyo.
Editora Cravo

Metodologia

A metodologia utilizada é abordagem qualitativa exploratória e descritiva, resultado de pesquisas bibliográficas realizadas. Trata-se de um processo formal, objetivo e sistemático.

Cultura em Saúde

Comecemos pelo conceito do que é cultura. Segundo Hofstede et al. (2010), a cultura engloba dois conceitos, o individualismo e o coletivismo, que diz respeito à posição do indivíduo face à sociedade, em geral, e ao grupo de pertença, a que pertence. Estes atributos fundamentais das sociedades humanas explicam as diferenças existentes entre as mesmas. Estas diversidades, de natureza sócio antropológica, estão na base do desenvolvimento das sociedades humanas. De acordo com Hofstede et al. (2010). O individualismo caracteriza as sociedades nas quais os laços entre os indivíduos são pouco firmes; cada um deve ocupar-se de si mesmo e da sua família mais próxima. O coletivismo, pelo contrário, caracteriza as sociedades nas quais as pessoas são integradas, desde o nascimento, em grupos fortes e coesos, que as protegem para toda a vida em troca de uma lealdade inquestionável.

A cultura está intimamente relacionada com a sociedade, uma não existe sem a outra. Segundo Marconi e Presotto (2005), a cultura é constituída por conhecimentos tanto práticos como empíricos, saberes sociais, familiares, costumes e crenças transmitidas de geração em geração. Por um lado, é definida como um processo homogéneo, onde os elementos do grupo partilham juízos e ideias semelhantes e agem de acordo com os mesmos. No entanto também pode ser definida de uma forma alargada e heterogénea, o indivíduo não é visto como um simples receptor e portador de cultura, mas como um agente de mudança cultural, desempenhando um papel dinâmico e inovador.

Segundo Geertz (2019), a cultura é a interpretação de símbolos no contexto da vida humana e a sua relação com os acontecimentos sociais. São as representações das palavras, gestos, expressões faciais e corporais que dão significado à experiência e orientam o comportamento. Segundo este autor, cultura é padrão de significados transmitido historicamente, incorporado em símbolos, um sistema de concepções herdadas expressas em formas simbólicas por meio dos quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem o seu conhecimento e suas atividades em relação à vida (Geertz, 2019).

Esta visão antropológica interpretativa da cultura procura compreender o significado das ações dos indivíduos num contexto social específico e num tempo estabelecido.

Na antropologia médica, Helman (2009) destacou-se por afirmar que os grupos sociais e as culturas onde estão inseridos explicam a origem das doenças e influenciam as escolhas dos tratamentos e os serviços que procuram aquando do surgimento da doença. O mesmo autor, diz que a cultura é definida como um conjunto de princípios (explícitos e implícitos) herdados por indivíduos membros de uma dada sociedade; princípios esses que mostram aos indivíduos como ver o mundo, como vivenciá-lo emocionalmente e como comportar-se em

88



DIVERSITÀ 2025

Encontro Ibero-americano das Diversidades

17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal

Realização.



Apoio.



relação às outras pessoas, às forças sobrenaturais ou aos deuses e ao ambiente natural (Helman, 2009).

As transformações socioculturais influenciam o modo como o indivíduoexpérience a saúde/ doença através dos significados construídos social e culturalmente.

Numa referência mais objetiva, a compreensão do processo de saúde/doença considera as mudanças ocorridas no corpo biológico como um fenômeno sociocultural, em que a experiência da doença é interposta pelos significados construídos social e culturalmente abrangendo relações entre os comportamentos e as crenças numa orientação às situações sociais vivenciadas. A doença deixa de ser definida como um conjunto de sinais e sintomas físicos universais e passa a ser uma experiência corporal mediada pela experiência cultural. Deste modo, os prestadores de cuidados de saúde precisam de compreender os significados das experiências com a doença no contexto social de cada utente, na sua ligação com o ambiente hospitalar e com os papéis sociais que representam, mas também na sua ligação com o espaço familiar, com o ambiente e as condições económicas e políticas que lhe são próprias (Geertz, 2019). Os profissionais de saúdes devem ter a consciência das suas próprias representações, e possuir, ao mesmo tempo, a informação específica que lhes possibilite a prestação de cuidados baseada num conhecimento da cultura, da transmissão da cultura e da forma como a cultura de determinado utente afeta a sua saúde e afeta a correspondente prestação de cuidados de saúde (Allan, 2009).

Caracterização da População Imigrante em Portugal

A história recente de Portugal, revela que sofremos importantes alterações no paradigma migratório de diversas naturezas, transformando Portugal num país multiétnico e multicultural. A migração pode ser entendida como o abandono de um então local de moradia e a procura de uma nova moradia, pretendida como permanente e numa significante distância da primeira (Schrader, 2014) A imigração caracteriza-se por voluntária e involuntária. Portugal exibe uma grande diversidade de comunidades, a grande maioria deles apresenta características idênticas, imigraram para Portugal com idade ativa, desenvolvendo em território nacional a sua vida profissional, laboral e também a vida familiar.

A identidade e evolução de um país é dinâmica e não estática sendo as influências culturais, sociais, políticas e económicas uma mais-valia para esta evolução. Portugal, devido à crise económica que atravessa, tem obrigado a uma alteração de comportamentos e de mentalidades.

É da responsabilidade do estado português por via do Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, desenvolver políticas de integração de imigrantes e gestão das problemáticas que resultam de uma heterogeneidade cultural. Segundo defende Lages e Matos (2008) nenhuma sociedade tem uma cultura totalmente integrada. Constatase que o tempo que atravessamos hoje é muito enriquecedor do ponto de vista da coesão social, mas muito vulnerável a alterações económicas profundas. A diversidade e a coesão social têm de

89



Actas Completas e Resumos do Encontro Ibero-americano das Diversidades - DIVERSITÀ - 2025

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-80-9

DIVERSITÀ

Encontro Ibero-americano das Diversidades

17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal

Realização.

Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura
Apóio.

Editora Cravo

caminhar lado a lado, para o respeito mútuo das nossas sociedades de forma que resulte um convívio pluricultural harmonioso, como um alicerce sólido para a paz.

Segundo dados do PORDATA (2023), a população estrangeira residente em Portugal aumentou 33,6% em 2023 em relação ao ano anterior, totalizando 1.044.606 cidadãos. Após um período de decréscimo entre 2010 e 2015, a população estrangeira tem registado um crescimento contínuo, quase duplicando nos últimos 10 anos (+90%). Apenas entre 2018 e 2019, o aumento foi superior a 110 mil estrangeiros.

Apesar deste crescimento, de acordo com o Eurostat, Portugal continua a ser o 10.º país da União Europeia com menor proporção de população estrangeira. No topo do ranking encontram-se o Luxemburgo (47%) e Malta (21%), enquanto países como a Romênia, Croácia, Eslováquia, Polónia, Lituânia e Bulgária apresentam proporções inferiores a 2%.

Segundo os dados do CENSUS (2021), observa-se uma redução representativa do número da população estrangeira oriunda de países de língua oficial portuguesa. A nacionalidade brasileira apresenta maior representação a nível nacional com 36.8% e mantém-se como a principal comunidade estrangeira residente em Portugal (CENSUS, 2021).

Um dos principais motivos desta conjuntura ocorre devido à aquisição de nacionalidade portuguesa, alteração dos fluxos migratórios e, por último, devido ao impacto da crise económica no mercado laboral. A distribuição da população estrangeira incide especialmente no litoral sendo que a maior percentagem se regista no distrito de Lisboa, Faro e Setúbal, sendo grande a diversidade cultural. Essa diversidade origina novos desafios para os profissionais de saúde.

Os movimentos migratórios, trouxeram mobilização de pessoas, procurando não só melhores condições económicas e sociais, mas também intelectuais. A heterogeneidade cultural dos imigrantes, a falta de recursos socioeconómicos, de formação, barreiras linguísticas, estigmatização, entre outros, aumenta os riscos para a saúde. Os profissionais de saúde deparam-se diariamente com esta realidade, e o desconhecimento da cultura, própria de cada imigrante, das suas crenças e suas práticas, condicionam os profissionais de saúde na sua prestação de cuidados. Cabe por isso o dever de cuidar por parte dos profissionais de saúde, resultando, deste modo, novos desafios na prática individual para com os utentes. O conhecimento dos fatores de risco é um dos primeiros passos, para um cuidar culturalmente adequado e competente.

Tipos de Imigrantes

Os imigrantes são um grupo bastante heterogéneo e entre as suas singularidades podem-se destacar: o país de origem, género, idade, religião, cultura, estratos socioeconómicos, estatuto legal, experiências de vida e a motivação para migrar.

A multiplicidade de fatores que podem ter motivado a migração são muito relevantes na ótica da saúde pois vão determinar os tipos de necessidades de cuidados e serviços de saúde,

90



DIVERSITÀ 2025

Encontro Ibero-americano das Diversidades

17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal

Realização.

Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura
Apoyo.

Editora Cravo

estabelecendo os tipos de recursos de saúde necessários para dar uma resposta adequada a cada situação.

Para Nygren-Krug (2003) os imigrantes podem ser classificados da seguinte forma: migrantes económicos, indivíduos que abandonaram o seu local de residência à procura de uma melhor qualidade de vida, requerentes de asilo, indivíduos que abandonam o local de residência com receio de perseguição por motivos de etnia, religião, nacionalidade, pertencentes a um grupo social ou de opinião política, imigrantes indocumentados/irregulares, migrantes sem estatuto legal devido a entrada irregular ou a caducidade do período do visto, deslocados, indivíduos que fogem de conflitos armados ou desastres naturais ou provocados pelo homem e os seus efeitos.

Perante a complexidade cada vez maior do fenómeno migratório existem ainda outros tipos de migração que não se encontram contemplados na classificação anterior. Segundo Padilla (2013) os imigrantes classificam-se em diferentes tipos: Imigrantes-natos; *expatriados*, que se deslocam em resposta às políticas de mobilidade das empresas internacionais ou transnacionais e o investimento internacional, que normalmente usufruem de importantes benefícios, entre eles seguros privados de saúde; imigrantes que se deslocam por relações amorosas ou casamentos com cidadãos do país de acolhimento, com diferentes estatutos legais; imigrantes menores acompanhados e não acompanhados e imigrantes doentes evacuados.

91

Desigualdades e Barreiras no Acesso à Saúde

Em 1986 durante a Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde, realizada em Ottawa (Organização Mundial da Saúde, 1986), foi aprovada uma carta que estabelece metas e orientações para diminuir/eliminar as desigualdades e iniquidades existentes na população. Passados quase 30 anos, constata-se muitos avanços para conseguir um movimento de Saúde Pública, a nível mundial, mas também que muito há a fazer, em particular nas políticas de imigração.

Na União Europeia e em particular em Portugal, os emigrantes têm a possibilidade de acederem aos serviços e cuidados de saúde. Na Constituição da República Portuguesa (1976) através do artigo 64º estabelece o direito à saúde e proteção de todos os cidadãos, no entanto com o aumento da emigração tornou-se ambíguo o conceito de cidadão.

Existe uma divergência considerável entre o que diz a lei e o que se verifica na realidade. A introdução das taxas moderadoras no Serviço Nacional de Saúde veio facilitar o acesso dos imigrantes possibilitando isenções nos serviços, nas consultas, tratamentos e medicamentos, por exemplo nas grávidas e crianças. Por outro lado, criou desigualdades, pois a eliminação do princípio de gratuitidade limitou o acesso àqueles que tem maior dificuldade para pagar as taxas moderadoras. Outra desigualdade encontrada nos cuidados de saúde primária é na acessibilidade ao médico de família. Os utentes imigrantes na sua maioria não estão atribuídos a um médico de família, e por este motivo têm maior dificuldade na marcação de consultas,



DIVERSITÀ 2025

Encontro Ibero-americano das Diversidades

17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal

Realização.

Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura
Apolo.

Editora Cravo

ficam inscritos em listas de espera, não usufruem de uma continuidade de cuidados e demonstram a sua insatisfação face à ausência de sensibilidade para a diversidade.

Segundo Padilla (2013), outro aspecto fundamental que impossibilita o acesso aos cuidados de saúde é a existência de barreiras definidas em três grandes grupos. As barreiras externas que se incluem a localização geográfica; fatores culturais; económicos e a falta de infraestruturas públicas na prestação de serviços. Por exemplo o acesso desigual devido à limitação de transportes ou falta de informação, ou até mesmo a presença de polícia na porta dos centros de saúde no caso de imigrantes ilegais. As barreiras internas, relacionadas com processos do sistema de saúde como a atribuição interna de recursos e a efetividade de cobertura que limitam o direito de usufruir. É um exemplo a barreira linguística, quer seja pela terminologia científica usada, quer pela presença de um familiar como tradutor quebrando assim a confidencialidade; a existência de sistemas legais e administrativos diferentes ao país de origem; a dificuldade na relação com os profissionais de saúde, que pela sua hierarquização enquanto equipa multidisciplinar, resulta muitas vezes em conflitos, quer pela falta de competências culturais dos mesmos, quer pela impossibilidade do estabelecimento de uma adequada relação terapêutica. Por último, a barreira de autoexclusão, no qual o imigrante exclui-se a si próprio por motivos de estigmatização (por exemplo: por doença do foro mental, VIH ou por experiência de exclusão, rejeição) ou por medo de ser identificado pelas autoridades em caso de ser ilegal, o que leva o imigrante a não procurar ajuda.

Acessibilidade aos Cuidados de Saúde

O crescimento das migrações internacionais determinou nas sociedades modernas um aumento progressivo da diversidade cultural. Com esta diversidade aumentaram também os desafios na apreciação das necessidades e na prestação de serviços aos seus habitantes, por parte do país de acolhimento. Os sistemas de saúde para conseguirem dar resposta à diversidade cultural demandam uma maior capacidade de adaptação, sobretudo num contexto de crise económica como a atual.

Assim como vários outros países da União Europeia, (Inglaterra, Suécia, Espanha, Finlândia, entre outros), Portugal adotou um sistema de saúde de cobertura universal, financiado através dos impostos, cuja definição se baseia na equidade e na igualdade. A saúde enquanto direito fundamental de qualquer cidadão deveria ser de acesso garantido, no entanto, tal não se verifica. Verificam-se desigualdades expressivas ao nível da acessibilidade do sistema, sendo mais evidentes entre as populações migrantes, as minorias étnicas e outros grupos vulneráveis e que se devem sobretudo a limitações políticas, socioeconómicas, comunitárias, organizacionais e pessoais.

A acessibilidade aos cuidados de saúde, pode ser definido essencialmente por três componentes: o direito/ informação, que engloba o direito aos cuidados de saúde para cada cidadão e se lhes é fornecida a informação necessária para poderem usufruir desses cuidados;

92



DIVERSITÀ 2025

Encontro Ibero-americano das Diversidades

17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal

Realização.
Conjugare
Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura
Apoyo.
Editora Cravo

a disponibilidade, em que se questiona a existência dos serviços e se as pessoas os conseguem aceder e a aceitação/qualidade, no qual a eficiência e a satisfação são discutidas relativamente aos serviços recebidos pelos utentes (Padilla, 2013).

Nem sempre o Estado consegue desenvolver medidas que contemplem os três componentes da acessibilidade, e para se conseguir preencher as suas lacunas, surge a sociedade civil que assume algumas responsabilidades. Estas podem assumir o papel de associações de imigrantes, fundações, organizações não-governamentais, misericórdias, mutualidades, instituições de cariz religioso e outras entidades próprias da realidade portuguesa como as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS). Estas organizações atuam de diversas formas, nomeadamente através da simplificação de informação sobre direitos e o acesso aos cuidados de saúde, da prestação de alguns serviços específicos e ainda o desenvolvimento de advocacia em defesa das populações imigrantes. Verifica-se, no entanto, que a situação precária económico-financeira afeta também o papel de complementaridade destas organizações, não conseguindo dar a resposta necessária às suas exigências.

Políticas e Práticas Interventivas

Mesmo com as políticas de austeridade impostas nos últimos anos, Portugal comprometeu-se a adotar medidas que visam sobretudo defender os valores de igualdade e de oportunidade, de justiça social e de solidariedade. Neste sentido, adotou determinadas políticas para diminuir as desigualdades e as barreiras ao acesso à saúde permitindo assim ganhos em saúde: a ação conjunta entre o estado e as organizações da sociedade; integrar a saúde em todas as políticas nomeadamente na educação, habitação, emprego, ciência e tecnologia; criar um conceito de cidadania da saúde envolvendo os cidadãos; sensibilizar os profissionais de saúde para a diversidade cultural, socioeconómica e étnica.

A Direção-Geral da Saúde (DGS) elaborou o Manual de Acolhimento no Acesso ao Sistema de Saúde de Cidadãos Estrangeiros (DGS, 2022), com o objetivo de disponibilizar um conjunto de orientações que garantam a identificação e os procedimentos necessários para a inscrição e acesso de cidadãos estrangeiros ao Sistema Nacional de Saúde (SNS).

Durante vários anos, esteve em vigor o Plano Estratégico para as Migrações (2015), que estabelecia medidas para a integração de imigrantes em diversas áreas, incluindo habitação, emprego, educação e saúde. No entanto, o último plano abrangia apenas o período de 2015-2020, não havendo, até ao momento, uma nova versão atualizada.

Por sua vez, o Plano Nacional de Saúde 2021-2030 (DGS, 2021) destaca dois aspectos essenciais para a promoção da equidade no acesso à saúde por parte da população migrante: a necessidade de incluir estratégias específicas para melhorar esse acesso e a importância da formação dos profissionais de saúde em diversidade cultural, de forma a garantir um atendimento mais inclusivo e eficaz.

Atualmente, as políticas de saúde em Portugal têm como objetivo garantir a equidade e a inclusão dos migrantes, através de ações interinstitucionais, formação cultural e integração

93



DIVERSITÀ

Encontro Ibero-americano das Diversidades

17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal

Realização.

Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura
Apóio.

Editora Cravo

das necessidades de saúde nos diversos setores sociais. No entanto, persiste um longo caminho a percorrer, sendo necessário continuar a fortalecer estes esforços.

Considerações Finais

O crescimento do fenômeno da diversidade cultural, que está a ocorrer na população portuguesa, está a transformar a nossa sociedade contemporânea.

O impacto desta multiculturalidade a nível do sistema de saúde, traz grandes desafios ao mesmo, no sentido de dar resposta a esta diversidade, são necessárias mudanças e uma adequação a nível das políticas e práticas de saúde.

No panorama atual, o acesso aos serviços de saúde surge como um dos maiores obstáculos no processo de integração dos imigrantes. Deste modo, o sistema de saúde tem que dar resposta à crescente diversidade e reduzir as desigualdades, no sentido de criar sociedades sustentáveis e saudáveis.

No entanto, o ponto fulcral é compreender e respeitar as diferentes crenças e valores, tendo em conta as necessidades das várias culturas, de modo, a evitar preconceitos e a discriminação dos imigrantes.

94

Referências

Allan, H. (2009). Cultura: o contexto social da cirurgia. Em L. Manley, J. Bellman, & Lumby (Eds.), *Enfermagem cirúrgica. Prática avançada* (Cap. 10, pp. 189-211). LusociênciA.

Alto Comissariado para as Migrações. (2015). *Plano estratégico para as migrações 2015-2020*. Alto Comissariado para as Migrações.

Constituição da República Portuguesa (1976). VII Revisão constitucional [2005]. Consultado a 12 de abril de 2015, em <http://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>.

Direção-Geral da Saúde. (2021). *Plano Nacional de Saúde 2021-2030*. Ministério da Saúde. Direção-Geral da Saúde

Direção-Geral da Saúde. (2022). *Manual de acolhimento no acesso ao sistema de saúde de cidadãos estrangeiros*. Disponível em: https://www.acss.min-saude.pt/wp-content/uploads/2016/09/Manual-Acolhimento_vf.pdf

Geertz, C. (2019). *A interpretação das culturas*. Livros Técnicos e Científicos Ed.

Helman, C. G. (2009). *Cultura, saúde e doença* (5^a ed.). Artmed.





DIVERSITÀ

Encontro Ibero-americano das Diversidades

17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal

2025

Realização.
Conjugare
Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura
Apelo.
Editora Cravo

Hofstede, G., Hofstede, G. J., & Minkov, M. (2010). *Cultures and organizations: Software of the mind* (3^a ed.). McGraw-Hill.

Instituto Nacional de Estatística, I.P. (2021). *Censos 2021 - XVI Recenseamento Geral da População. VI Recenseamento Geral da Habitação*. Instituto Nacional de Estatística, I.P.

Marconi, M. A., & Presotto, Z. M. N. (2005). *Antropologia: Uma introdução* (6^a ed.). Atlas.

Nygren-Krug, H. (2003). *International migration, health and human rights*. WHO Health and Human Rights Publication Series.

Organização Internacional para as Migrações. (2024). *Relatório mundial sobre migração 2024*. Organização Internacional para as Migrações.

Organização Mundial da Saúde. (1986). *Carta de Ottawa para a promoção da saúde*. Organização Mundial da Saúde.

95

Organização Mundial da Saúde. (2022). *Relatório sobre a saúde dos migrantes: Garantindo cobertura universal de saúde para refugiados e migrantes*. Organização Mundial da Saúde.

Padilla, B. (2013). Saúde dos imigrantes: multidimensionalidade, desigualdades e acessibilidade em Portugal. *REMHU - Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, 21(40), 49–68. Consultado a 29 de março de 2025, em www.scielo.br/pdf/remhu/v21n40/04.pdf.

PORDATA. (2023). *População estrangeira residente em Portugal*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Schrader, A. (2014). Migration. In G. Endruweit & G. Trommsdorff (Eds.), *Wörterbuch der Soziologie* (p. 436). Stuttgart.



DIVERSITÀ 2025

Encontro Ibero-americano das Diversidades

17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal

Realização.

Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura
Apoyo.

Editora Cravo

POR POLÍTICAS CURRICULARES PLURIVERSAIS NOS ESPAÇOS EDUCATIVOS/FORMATIVOS: DESCENTRANDO PROJEÇÕES E DESVINCULANDO IDENTIDADES

Cíntia Aparecida Oliveira de Medeiros¹

Introdução

O presente trabalho faz parte de reflexões e atravessamentos de uma pesquisa de doutoramento em educação, desenvolvidas a partir de percurso formativo de aprendizagem pensando os desafios contemporâneos das pesquisas em periferias. Com isso, problematiza e desestabiliza certos discursos pedagógicos que fazem ressoar e animar pretensões universais nas políticas de currículo da educação básica e da formação de professores, que buscam a formação de sujeitos universais, emancipados e carregados de sentidos idealistas e essencialistas de educação, alimentados pela expectativa do controle e da transparência.

Como aporte teórico-metodológico, essa discussão alinha-se a partir de um enfoque pós-estrutural e pós-fundacional com a Teoria Política do Discurso, proposta por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2015), buscando estratégias para des-sedimentar alguns dos jogos discursivos nas políticas curriculares que se apresentam de forma a regular, naturalizar e cristalizar os sujeitos que se pretendem como necessários.

O eixo central de argumentação focaliza em algumas reflexões mobilizadas por diferentes frentes de produção discursiva divulgadas pelo Ministério da Educação (MEC) – (Brasil, 2017, 2019a, 2019b, 2024a, 2024b), que disputam sentidos e significados em torno da formação de um sujeito universal. Segundo Lopes e Macedo (2011, p. 193) “toda universalidade pressuposta na ação educativa tem que ser desestabilizada com o questionamento do caráter monocultural da escola e das escolhas curriculares”. Evidencia-se que os discursos propalados pelas políticas em questão, são caracterizados pelo consenso baseados em atos de exclusão. Reivindica-se, com base nos autores que sustentam esse estudo, a apostila numa pluralidade de sentidos, admitindo à educação como espaço-tempo político em que o inesperado, o diferir e a abertura radical ao imprevisto emergem.

Os fundamentos e os discursos da modernidade se caracterizam principalmente pela compreensão de um conhecimento tido como verdade que tenta alcançar uma consciência crítica pela educação (Lopes, 2012). Assentados em axiomas essencialistas, objetivistas e realistas, tentam compreender o mundo como dotado de uma ordem que o pensamento racional, de modos distintos, extraíria desse mesmo mundo para dominá-lo (Lopes, 2015, 2017a, 2017b, 2018a, 2018b; Mouffe, 2015). Esses discursos consensuais nas políticas de

96

¹ Doutoranda em Educação, Cultura e Comunicação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ/PPGECC, cintiaoliveirademedeiros@gmail.com.





DIVERSITÀ 2025

Encontro Ibero-americano das Diversidades

17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal



Realização.
Conjugare
Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura
Apoyo.
Editora Cravo

currículo, identificados como ações universais, tornam-se a cada dia envolto a nuances e dificuldades teóricos-conceituais relacionados aos descentramentos das identidades dos sujeitos políticos devido a impossibilidade de fixar qualquer identidade (Hall, 2006). Problematizar o caráter inato das identidades é “propor que o sujeito vive incessantes processos de identificação que nunca são concluídos” (Lopes; Macedo, 2011, p. 223). Lopes (2014) alerta que

[...] não se atua no presente para alcançar no futuro identificações do currículo e do social concebidas previamente, mas decidimos hoje por uma significação que não está determinada e que produzirá efeitos imprevistos no futuro. A transformação social como um projeto do currículo passa a ser pensada considerando a política de currículo um comprometimento com a invenção imprevisível do próprio currículo (Lopes, 2014, p. 59).

Com isso, a partir de uma leitura pós-estrutural e pós-fundacional, lança-se mão da noção das políticas de currículo num regime discursivo, interessando problematizar a hegemonização que evoca uma educação para formação de sujeitos universais, iluminados, plenos, racionais, homogêneos e conscientes, núcleos fundantes da modernidade (Lopes, 2018b). Seguindo essa linha argumentativa, admite-se o entendimento de que todo processo social é discursivo, numa compreensão de que o significado nunca é fechado definitivamente, ele será sempre adiado, tendo em vista os processos de significação que são sempre contingentes e provisórios (Laclau, 2011). Para Lopes (2024, p. 12) “qualquer tentativa de identificar o sujeito universal com um sujeito histórico ou cultural particular fracassa diante do vazio constitutivo do sujeito”.

Investir na problematização acerca dos discursos curriculares voltados para a formação de sujeitos universais, não se pretende assumir nem determinar uma definição singular sobre e para esses significantes, mas sim contribuir com a interpretação de currículo enquanto prática de significação (Lopes; Macedo, 2011), no sentido de que as políticas de currículo são lidas como as disputas que negociam a produção de textos curriculares. Tal compreensão permite ressignificar os discursos curriculares, tendo em vista a disputa de sentidos em sua condição de provisoriação e precariedade, como forma de pensar e interpretar a política como um ambiente de luta pela significação (Lopes, 2015, 2018a, 2018b). A escolha pela perspectiva referenciada na Teoria Política do Discurso e na compreensão discursiva de Currículo, é estar apoiada numa concepção que não existe uma lógica interna e inerente a algo que seja possível denominar realidade, o que existe é o caos ordenado por diferentes atos de poder. Dada essas condições contextuais, uma vez que não há fixação total e definitiva na textualidade discursiva, currículo é entendido como discurso, como espaço de disputas e negociação de sentidos, constituído intrinsecamente por processos discursivos (Oliveira, 2018).

Cabe, neste sentido, direcionar a(s) pergunta(s)-problemas para esse texto: Em que medida, a defesa por uma educação universal é discursivamente articulada ao acesso à qualidade da educação? Quais demandas têm atuado no jogo político discursivo em que o caráter universal

97





DIVERSITÀ

Encontro Ibero-americano das Diversidades
17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal

2025

Realização.

Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Apoio.

Editora Cravo

é associado à capacidade da política representar os interesses de professores e alunos? Qual projeto de sujeito é possível de ser defendido nas políticas de currículo? E por fim, como a hegemonização da necessidade de formação de sujeitos universais pode ser problematizada, questionada e desestabilizada?

Recorrendo a uma pesquisa documental como exercício analítico e descritivo a partir de documentos oficiais, (Günther, 2006) e a referências teórico-metodológicos para pensar outras possibilidades de interpretar as políticas normativas, essa produção está estruturada em três seções, além da parte introdutória e considerações finais. Na primeira seção, apresento a abordagem teórico-metodológica a partir de autores pós-estruturais e pós-fundacionais, como Ernesto Laclau (2000, 2011), Chantal Mouffe (2005, 2015), fazendo relações com a compreensão discursiva de Currículo, com Alice Casimiro Lopes e Elizabeth Macedo (2011). Na segunda seção, apresento algumas provocações para pensar identidade e políticas de currículo. Em seguida, debruço-me sobre normatividades curriculares que pretendem a formação de sujeitos universais. Por fim, conclui-se apostando num compromisso político, radical e plural com o social, afirmindo que os discursos propalados pelas políticas em questão, são caracterizados por consensos como tentativa de limitação de outras formas possíveis de ação dos sujeitos políticos.

98

Referenciais teórico-metodológicos interseccionado pela Teoria Política do Discurso

Para a discussão neste texto, posicionei-me numa leitura pós-fundacional e discursiva das políticas de currículo, por meio por meio da incorporação da Teoria do Discurso (TD) de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2015) por Alice Casimiro Lopes e Elizabeth Macedo (2011) no campo curricular. Tais abordagens teórico-metodológicas levam em consideração as diversidades dos processos educacionais, desestabilizando verdades absolutas que são sustentadas por uma única visão de sujeito, currículo, política, democracia, entre outros. A Teoria do Discurso (Laclau; Mouffe, 2015) tem sido potente para problematizar as questões políticas e sociais, apostando que toda tentativa de narrar uma história é marcada por uma disputa no adiamento de sentidos, significada pela indeterminação e impossibilidade de um fundamento último (Mendonça; Rodrigues, 2014).

Por intermédio de Laclau e Mouffe (2015), comprehende-se que o social funciona como discurso, com isso problematiza-se a possibilidade de uma objetividade extradiscursiva, apostando na ideia de que a linguagem não representa o mundo, mas o constitui. Pensar políticas de currículo nessa perspectiva é entender as interpretações de currículo enquanto prática de significação (Lopes; Macedo, 2011), sendo sempre provisórias e contingentes, se distanciando de determinações essencialistas que colocam o currículo como mero artefato de conhecimentos válidos, planejamento, roteiro, listagem de conteúdos, habilidades, objetivos, competências e avaliação. A forma essencialista da estrutura e com fundamentos absolutos passou a ser questionada, o que corroborou com a parcialidade, a provisoriação e a contingência, provocando tantas outras possibilidades possíveis.



DIVERSITÀ

Encontro Ibero-americano das Diversidades

17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal

Realização.

Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura
Apoyo.

Editora Cravo

O pós-estruturalismo projeta o limite sobre o interior do conhecimento e sobre nossa compreensão estabelecida da verdade e do bem. Ele faz isso de uma maneira radical. Ou seja, o limite não é comparado com o centro, nem equiparado a ele, nem lhe é dado algum tipo de papel moderador, no sentido, por exemplo, da maioria, pondo-se à escuta de minorias. Antes, a alegação é de que o limite é o cerne (Williams, 2012, p.12).

Com base nessa perspectiva, o mundo não é anterior ao sujeito, sendo construído na e pela linguagem (Lopes; Macedo, 2011). Assumindo esse referencial, aposta-se que a linguagem cria e não simplesmente nomeia o que existe no social. Isto tem possibilitado pensar esse movimento a partir de uma perspectiva de desconstrução do que se constituiu como Tradição no campo, questionando os projetos de racionalidade da modernidade que têm a pretensão em chegar em horizontes inalcançáveis em prol de uma sociedade com um dado horizonte fixado *a priori*. Operar com a perspectiva de currículo como discurso, implica também fazer emergir outras possibilidades para além daquelas que parecem cristalizadas em um sentido final.

Essa forma de entender as políticas curriculares não defende uma desobrigação da função do Estado ou do governo, mas há uma defesa no sentido de que nesse espaço de disputa também sejam postas outras ações produtoras de políticas, que possam fazer circular outros sentidos, influências e definições para as políticas.

Desta forma, o enfoque discursivo pretende “tentar apresentar outra forma de compreender para além do que já se encontra estabilizado” (Lopes, 2015, p. 450). Partindo desse pressuposto, pode-se dizer com Lopes (2015), que as lutas políticas são traduções inevitáveis de todo texto, são tentativas de controlar a constituição de sujeitos e identidades, que só se darão de modo parcial e instável, pois não há estruturas plenas que defina um fechamento definitivo. Esse registro teórico permite olhar os fenômenos sociais numa ótica relacional, discursiva e indeterminada, problematizando fundamentos que projetam demandas discursivas que projetam uma ideia de sujeito/futuro/educação comum para todos, com uma promessa salvífica, favorecendo o cerceamento de outras formas de ser e estar no mundo.

99

Provocações para pensar identidade e políticas de currículo

O descentramento do conceito de identidade trazido pela perda da sensação de uma estabilidade de sentido, abalou a ideia de sujeito integrado, tema central da teoria social, possibilitando problematizar o modo como cada um de nós se relaciona consigo mesmo e com a sociedade, a educação e a política (Hall, 2006). Lopes e Macedo (2011), sinalizam que o movimento de descentramento do sujeito desdobrou-se das abordagens estruturais e pós-estruturais, cujo pensamento é a desestabilização de uma fixação de uma identidade única e universal.



DIVERSITÀ 2025

Encontro Ibero-americano das Diversidades

17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal

Realização.



Apoio.



Teríamos, então, que o colapso da noção de sujeito da modernidade pode ser considerado efeito de uma série de rupturas nos discursos do conhecimento, tendo como principais movimentos para esse descentramento: as tradições do pensamento marxista; a descoberta do inconsciente por Freud com a questão da sexualidade e a estrutura de nossos desejos, funcionando de uma maneira diferente da Razão e arrasando com o conceito de sujeito cognoscente e racional que é provido de uma identidade; o trabalho do linguista estrutural, Ferdinand Saussure, com a questão da língua como sistema social; as relações de poder desenvolvidas no trabalho de Michael Foucault; e os diversos movimentos sociais que emergiram no marco da modernidade tardia (Hall, 2006).

Com isso, o sujeito pós-moderno se constitui sem identidades plenas, completas e seguras, tidas como meras fantasias, pois o que temos são sistema de significação que se multiplicam, se confrontam em uma multiplicidade de posições de sujeitos. O sujeito “iluminado”, fazendo referência ao Iluminismo, tido como uma identidade pronta, fixa, estabilizada, passa a ser visto a partir de um descentramento, em que as identidades são contraditórias, inacabadas e fragmentadas, caracterizando assim o sujeito da pós-modernidade (Hall, 2006). Hall (2006), defende que o sujeito da pós-modernidade, demanda representatividade, voz, vez, espaço, paralelamente denunciando a pretensão universal proposta pela democracia moderna liberal, que nunca vai ser tida como garantia. O autor defende que o sujeito da pós-modernidade, demanda representatividade, voz, vez, espaço, paralelamente denunciando a pretensão universal proposta pela democracia moderna liberal, que nunca vai ser tida como garantia (Mouffe, 2005).

Isso pode ser entendido numa relação paradoxal entre o universal e o particular, como condição de possibilidade e impossibilidade, pois são incomensuráveis entre si, e só podem ser resolvidos politicamente. Ou seja, a impossibilidade de resolver de forma plena e definitiva esse paradoxo, sendo fundamental que esteja sempre aberta a possibilidade de disputa, no qual o particular representará de forma incompleta e provisória o universal (Mouffe, 2005; Lopes, 2012).

Esses movimentos de descentramento desestabilizaram as noções modernas de sujeito. Com isso, devido a impossibilidade de fixação da posição de sujeitos relacionadas categoricamente a classes sociais, gêneros, etnias, raças, nacionalidade, o que temos são processos de identificação sempre parciais, provisórios e que nunca podem ser inteiramente determinados, pois a garantia de uma identidade plenamente formada e fechada não funciona mais como verdade absoluta que possa garantir a direção e o caminho a se chegar a um dado projeto educacional, social, etc. (Laclau, Mouffe, 2015).

Ou seja, as identidades são definidas pela sua diferença em relação a outras identidades e não por algo que lhes é próprio. Uma vez definidas, recebem marcadores simbólicos que fazem com que sejam vistas como se fossem essenciais: a cor da pele, o pênis, o córtex, a posse dos meios de produção. (Lopes; Macedo, 2011, p. 223)





DIVERSITÀ

Encontro Ibero-americano das Diversidades

17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal

2025

Realização.
Conjugare
Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura
Apoyo.
Editora Cravo

Segundo Mouffe (2015), “toda identidade é relacional e que a afirmação de uma diferença é a precondição para a existência de qualquer identidade” (MOUFFE, 2015, p. 14), ou seja, as identidades contêm “traços dos atos de exclusão que regem sua constituição” (Mouffe, 2013, p. 217)

[...] a categoria sujeito é penetrada pelo mesmo caráter ambíguo, incompleto e polissêmico que a sobredeterminação assinala para toda a identidade discursiva. Por esta razão, o momento de fechamento de uma totalidade discursiva, que não é dado no plano objetivo dessa totalidade, não pode ser estabelecido no plano de um “sujeito significante”, uma vez que a subjetividade do agente é penetrada pela mesma precariedade e ausência de sutura que é patente em qualquer outro ponto da totalidade discursiva da qual faz parte. Devido a essa ausência de uma sutura final, a dispersão das posições de sujeito não pode constituir uma solução: dado que nenhuma delas consegue, em última instância, se consolidar como uma posição separada, há um jogo de sobredeterminação entre elas que reintroduz o horizonte de uma totalidade impossível. (Laclau; Mouffe, 2015, p. 198).

Dessa forma, a partir do descentramento das estruturas, que foi substituída pelo discurso com centros provisórios e contingentes, levando a morte do sujeito com identidades e projetos fixos em uma ação política, a pretensão da formação de sujeitos universais passou a ser questionada.

101

Normatividades curriculares como pretensão de formação de sujeitos universais

A década de 1990 inaugura uma pretensão democrática com a redemocratização brasileira, marcando uma reforma no campo educacional com discussões sobre as políticas curriculares para educação básica e para formação de professores com pautas da sociedade civil por mais escolas públicas, gratuita, laica, democrática, pela melhoria da escola básica e da formação de professores (Macedo, 2000).

A partir desse período houve um intenso fluxo de produção de políticas curriculares e educacionais, desencadeadas para instituir a década da educação (Brasil, 1996), através de pareceres, resoluções, portarias e decretos direcionados para controlar o sistema educacional, tendo a expressão mais contundente a homologação de uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no ano de 2017.

Com base na Teoria Política do discurso, ressalto que as evocações para o alcance de um sujeito universal, se valem de um pensamento teleológico, em que enfoques racionalistas, performáticas e pensamentos lineares como tentativas de controlar o outro. A presença do universal é a garantia da lógica da encarnação, que media a finitude entre a particularidade e a universalidade.





DIVERSITÀ 2025

Encontro Ibero-americano das Diversidades

17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal

Realização.
Conjugare
Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura
Apoyo.
Editora Cravo

No esforço pelo controle de um sujeito universal como promessa de uma educação democrática, as políticas em curso pretendem “difundir valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática” (Brasil, 2017, p. 21), reiterando a ideia de que haveria liberdade, segurança, bem-estar, desenvolvimento, igualdade, justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna. Nessa análise, destaca-se que as políticas educacionais e curriculares representam a hegemonização de um projeto de sujeito universal constituído por articulações das seguintes demandas:

- valores democráticos – pelo estabelecimento de uma identidade universal, relacionada a convivência democrática.
- relações democráticas – valores do bem comum e de interesse social para eliminar discursos políticos diferenciados.
- Relacionam a ideia de unidade a uma formação básica comum a todos.
- gestão democrática – visando o controle e o estabelecimento da ordem democrática (Brasil, 2017, 2019a, 2019b, 2024a, 2024b).

O discurso fantasmático de uma educação democrática, alicerçado numa dinâmica retrodutiva, bem como nos valores e relações que dela advém, apelam para a fantasia em seu status ontológico, ético e o desejo de acessar o apagamento das contingências, proporcionando uma ideia de plenitude e totalidade preenchendo o vazio constitutivo do sujeito engendrando uma nuance beatífica (Glynos, Howarth, 2018).

A defesa por valores e relações democrática relacionadas a discursos morais e éticos, considera as esferas da moralidade, de agir de determinadas formas e não de outras, entre certo e errado, entre nós e eles. Realça-se uma relação otimista e determinista projetando perspectiva de ‘desenvolvimento pleno das pessoas’.

De tal modo, a fantasia ideológica da formação de um sujeito universal precisa ser entendida a partir de fixações parciais e provisórias, em que o social só pode se constituir numa sedimentação borrada por traços da contingência, traduzida em estratégias de padronização e performatividade e operando ideologicamente com o esquecimento de alternativas, promessa impossível de acesso à democracia. Esses discursos que apelam para um sujeito universal, envolto à valores, relações e ordem, atuam com um fundamento racional num mito de uma sociedade transparente e num tipo de fantasia que conduz a um totalitarismo (Laclau, 2011; Glynos, Howarth, 2018).

Considerações finais - O compromisso político com a radical pluralidade do social

Laclau e Mouffe (2015), abrem espaço para pensar a política a partir de uma refutação e afastamento a tentativas teóricas que insistem na natureza de uma racionalidade instrumental e universal. Para os autores, nada mais há de garantia final que possibilite um fundamento último para o social. O rompimento radical da objetividade essencialista do social dá-se na



DIVERSITÀ 2025

Encontro Ibero-americano das Diversidades

17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal

Realização.

Conjugare
Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura
Apóio.

Editora Cravo

subversão com a contingência, a precariedade e a provisoredade do social, permitindo deslocar o discurso político-pedagógico para um lugar menos confortável e seguro, porém mais responsável. Ligada à ideia do consenso, Mouffe (2005), critica o consenso racional em que o poder estaria neutralizado, desconsiderando a dimensão do antagonismo e das divergências. De acordo com Mouffe (2015), o momento de instituição de identidade é constituído por processos de identificação sempre parciais, provisórios e que nunca podem ser inteiramente determinados, porque é significado na relação com uma negatividade, e não com algo positivo. Pensar a partir do dissenso, é abrir o caminho para uma política pluralista, abandonando a ideia de sociedade bem-ordenada e com fundamentos sólidos em torno de valores, práticas e atitudes comuns. Ou seja, é substituir a noção de sujeito unitário e universal, para apostar em discursos radicalmente contextuais, convocando a pluralidade, a diferença, o imprevisto e o incontrolável (Mouffe, 2005). Por fim, para Laclau (2013, p. 113), uma totalidade significativa, um universal constituído por uma representação, na tensão entre essa lógica da diferença e da equivalência (particular e universal), é ao mesmo tempo “impossível e necessário”. Impossível, porque essa tensão será sempre insuperável; e necessário pela necessidade de um fechamento, por mais precário que seja, pois sem isso não tem significação. Dessa forma, a identidade, que alcança a condição de representar todas as demais identidades na articulação, tem seu corpo dividido entre a particularidade e a universalidade que representa.

103

Referências

BRASIL. Ministério da Educação do Brasil. Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: SEB/MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf. Acesso em: 04 de abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CP nº 22/2019**, aprovado em 7 de novembro de 2019. Assunto: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Brasília, DF., Diário Oficial da União. Brasília, DF, 07 nov. 2019a. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=133091-pcp022-19-3&category_slug=dezembro-2019-pdf&Itemid=30192. Acesso em 18 de abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019. **Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-**





DIVERSITÀ

Encontro Ibero-americano das Diversidades

17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal

2025

Realização.
Conjugare
Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura
Apelo.
Editora Cravo

Formação). Brasília, DF., Diário Oficial da União. Brasília, DF, 07 nov. 2019b. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=135951-rcp002-19&category_slug=dezembro-2019-pdf&Itemid=30192. Acesso em 18 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP n.º 4, de 12 de abril de 2024.** Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissional do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, de formação pedagógica para graduados não licenciados e de segunda licenciatura). Brasília, 2024a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/marco-2024/256291-pcp004-24/file>. Acesso em: 25 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução n.º 4, de 29 de maio de 2024.** Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura). Brasília, 2024b. Disponível em: https://www.deg.unb.br/images/legislacao/resolucao_cne_cp_4_2024.pdf. Acesso em: 28 mar. 2025.

GLYNOS, J., HOWARTH, D. **Explicação crítica em Ciências Sociais: a abordagem das lógicas.** In: LOPES, A.C., OLIVEIRA, A.L.A.R.M., OLIVEIRA, G.G.S. (orgs). A Teoria do Discurso na Pesquisa em Educação. Recife: Ed. UFPE, 2018. p. 53-104.

GUNTHER, H. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão? **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 22, n. 2, p. 201-209, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade na pós-modernidade.** Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 11ª Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LACLAU, Ernesto. **Emancipação e diferença.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

LACLAU, E. **A razão populista.** São Paulo: Três Estrelas, 2013.

LACLAU, E.; MOUFFE, C. **Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical.** São Paulo: Intermeios, 2015.

LOPES, A. C. Democracia nas políticas de currículo. **Cadernos de pesquisa**, v. 42, p. 700-715, 2012.



DIVERSITÀ

Encontro Ibero-americano das Diversidades
17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal

Realização.

Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Apelo.


LOPES, A. C. Ainda é possível um currículo político? In: LOPES, A. C.; ALBA, A. (orgs.). **Diálogos curriculares entre Brasil e México.** 1.ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, p. 43-62, 2014.

LOPES, Alice Casimiro. Por um currículo sem fundamentos. **Linhas Críticas**, Brasília, DF, v.21, n.45, p. 445-466, mai./ago. 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1935/193542556011.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2023.

LOPES, Alice Casimiro. **Política, conhecimento e a defesa de um vazio normativo.** Ernesto Laclau e seu legado transdisciplinar. São Paulo: Intermeios, p. 109-127, 2017a.

LOPES, Alice Casimiro. **Posfácio: as possibilidades investigativas e políticas da teoria do discurso.** In: SILVA, L. G. T da; COELHO, G. B; COSTA, E. G da; FREITAS, F. C. de. Pós-estruturalismo e teoria do discurso: a obra de Ernesto Laclau a partir de abordagens empíricas e teóricas. Curitiba: CRV, 225- 228, 2017b.

105

LOPES, Alice Casimiro. C. Sobre a decisão política em terreno indecidível. In: LOPES, A. C.; SISCAR, M. (Org.). **Pensando a política com Derrida: responsabilidade, tradução e porvir.** São Paulo: Cortez, 83 – 115, 2018a.

LOPES, Alice Casimiro. Políticas de currículo em um enfoque discursivo: notas de pesquisa. In: LOPES, A. C.; OLIVEIRA, A. L. A. R. M.; OLIVEIRA, G. G. S. (orgs). **A Teoria do Discurso na Pesquisa em Educação.** Recife: Ed. UFPE, 2018b. p. 133-168.

LOPES, Alice Casimiro.; MACEDO, Elizabeth. **Teorias de Currículo.** SP: Cortez, 2011.

MACEDO, Elizabeth. Formação de professores e diretrizes curriculares nacionais: para onde caminha a educação? **Revista Teias**, v. 1, n. 2, p. 16, 2000.

MENDONÇA, D.; RODRIGUES, L. P. Do estruturalismo ao pós-estruturalismo: entre fundamentar e desfundamentar. **Pós-estruturalismo e teoria do discurso: em torno de Ernesto Laclau.** 2^a ed. – Porto Alegre: EDIPUCRS, p. 27-45, 2014.

MOUFFE, Chantal. **Hegemony, Radical Democracy, and the Political.** Nova York: Routledge, 2013.

MOUFFE, C. **Sobre o político.** São Paulo. Editora WMF Martins Fontes, 2015.





DIVERSITÀ

Encontro Ibero-americano das Diversidades

17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal

2025

Realização.
 Conjugare
Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura
Apóio.
 Editora Cravo

OLIVEIRA, G. G. S. Provocações para aguçar a imaginação/invenção analítica: aproximações entre a Teoria Política do Discurso e Análise do Discurso em Educação. In: LOPES, A. C.; OLIVEIRA, A. L. A. R. M; OLIVEIRA, G. G. S. **A Teoria do Discurso na Pesquisa em Educação**. Recife: Editora UFPE, 2018. p. 169-216.

106





DIVERSITÀ 2025

Encontro Ibero-americano das Diversidades

17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal

Realização.
Conjugare
Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura
Apoyo.
Editora Cravo

MULHERES (RE)EXISTENTES: A REPRESENTAÇÃO DE MULHERES QUILOMBOLAS, INDÍGENAS E CIGANAS EM MATERIAIS ESCOLARES BRASILEIROS

Rogéria Cristina Alves¹

Escolher escrever é rejeitar o silêncio.
Chimamanda Ngozi Adichie

Este texto apresenta as principais diretrizes do projeto de pesquisa “Mulheres (Re)existentes: Uma análise sobre a representação de mulheres quilombolas, indígenas e ciganas em materiais escolares”.² Em vigor há três meses, o projeto é financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), que fornece uma bolsa de Iniciação Científica para uma estudante de graduação, que desenvolve tarefas e estudos junto ao projeto. Trata-se, portanto, de uma investigação em seus passos iniciais. Portanto, este texto apresenta, de forma sucinta, os principais caminhos metodológicos e escolhas que foram feitas pensando-se na formulação da pesquisa. Ao trazê-la à público, objetivamos apresentar as prerrogativas iniciais de nossa investigação.

A proposta central desta iniciativa é analisar as representações acerca das mulheres quilombolas, indígenas e ciganas nos materiais didáticos e em circulação nas escolas brasileiras, nos últimos cinco anos. O ponto de partida para tal análise é a prerrogativa presente no Decreto nº 9.099 de 18 de julho de 2017, que dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), e que enfatiza em seu artigo 3º, inciso II, que deve haver: “respeito às diversidades sociais, culturais e regionais”, sendo essa, uma das diretrizes do programa. Assim, compreendemos que tal respeito deva abranger as representações positivas sobre os povos e comunidades tradicionais brasileiros, entre estes, os quilombolas, indígenas e ciganos.

O PNLD desde 2017 se transformou em Programa Nacional do Livro e do Material Didático – tendo seu escopo ampliado, com a possibilidade de inclusão de outros materiais de apoio à prática educativa, como obras literárias, pedagógicas, softwares e jogos educacionais, materiais de reforço e correção de fluxo, materiais de formação e materiais destinados à gestão escolar, entre outros. Segundo informações do próprio Ministério da Educação, o funcionamento e execução do PNLD acontece de forma alternada:

São atendidos em ciclos diferentes os quatro segmentos: educação infantil, anos iniciais do ensino fundamental, anos finais do ensino fundamental e ensino médio.

¹ Professora no Departamento de História na Faculdade de Educação, da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG - Campus BH). E-mail: rogeria.alves@uemg.br

² Projeto aprovado no Edital PIBIC/FAPEMIG/UEMG 08/2024.





DIVERSITÀ 2025

Encontro Ibero-americano das Diversidades

17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal

Realização.



Apoio.



Os seguimentos não atendidos em um determinado ciclo, recebem livros, a título de complementação, correspondentes a novas matrículas registradas ou à reposição de livros avariados ou não devolvidos. Além dos seguimentos, no âmbito do PNLD, podem ser atendidos estudantes e professores de diferentes etapas e modalidades, bem como públicos específicos da educação básica, por meio de ciclos próprios ou edições independentes. (BRASIL, Ministério da Educação, 2023)

Por se tratar de um programa nacional, num país com uma vasta diversidade populacional, social, cultural e regional, acreditamos que os materiais selecionados e disponibilizados por ele, precisam contemplar os vários grupos sociais e culturais que compõem o país. E ao pensar nestes termos, propomos uma visita a esses materiais, na busca pela representação de algumas mulheres que integram a listagem dos povos e comunidades tradicionais brasileiros, nomeadamente, as quilombolas, indígenas e ciganas. Assim, não determinaremos de antemão quais tipos de materiais serão abordados. Pretende-se, num primeiro momento, realizar uma busca visual pelos grupos em questão, de maneira generalizada nestes materiais. Caso essa primeira busca localize muitas representações, far-se-á um recorte temático, para realizar a pesquisa a contento. Caso contrário, trabalharemos com a multiplicidade de materiais, buscando-se uma visão de conjunto. Contudo, delimitaremos nossas buscas aos materiais destinados ao ensino fundamental (anos iniciais e finais).

A definição de Povos e Comunidades Tradicionais, segundo o artigo 3 do Decreto n. 6.040 de 2007 — que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais — é:

[...] são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (BRASIL. Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 07 de fevereiro de 2007)

No Brasil, atualmente há vinte e oito tipos de povos e comunidades tradicionais, dentre os quais se destacam os quilombolas, os indígenas e os ciganos. Os quilombolas são comunidades descendentes de africanos escravizados, que se rebelaram ou fugiram do cativeiro e formaram seus próprios territórios, chamados quilombos, onde mantêm suas tradições culturais, religiosas e econômicas. Esses territórios podem ser urbanos ou rurais. Já os indígenas são os povos originários do Brasil, que possuem uma grande diversidade de línguas, culturas, organizações sociais e formas de relação com a natureza. E que, atualmente vivem em aldeias ou em meios urbanos. E por fim, os povos ciganos, que possuem origens étnicas diversas, se caracterizam pela mobilidade territorial, pela diversidade cultural e pela resistência à discriminação.

108





DIVERSITÀ

Encontro Ibero-americano das Diversidades
17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal

2025

Realização.
Conjugare
Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura
Apóio.
Editora Cravo

A valorização da história e cultura dos povos e comunidades tradicionais que habitam o território brasileiro é, indubitavelmente, uma questão que deve ser tratada no âmbito das políticas públicas educacionais. Assim, a representação posta nos materiais didáticos acerca destas comunidades são fundamentais para a construção de um currículo escolar “descolonizado” (KAMBUNDO e SANTOS, 2010, p. 55).³ A noção de decolonização implica reconhecer que os saberes em destaque nos currículos escolares valorizavam (e ainda valorizam, em grande medida) as culturas de matriz europeia e ocidental. Neste sentido, há uma desvalorização de conhecimentos locais, que relega à invisibilidade as organizações sociais, os processos de lutas, aresistência e os valores socioculturais dos diversos povos, que foram colonizados e que possuem formas próprias de existência. Nossa interpretação da decolonialidade está alinhada com a formulação de Rufino e é compreendida:

“[...] não somente como conceito, mas enquanto prática social e luta revolucionária, deve ser uma ação inventora de novos seres e de reencantamento do mundo. [...] Nessa perspectiva emerge outro senso ético/estético; os saberes que cruzam a esfera do tempo, praticando nas frestas a invenção de um mundo novo, são aqueles que se encarnam na presença dos seres produzidos como outros.” (RUFINO, 2019, p. 12).

109

Ainda neste sentido, a questão da sub-representação das mulheres dentro destes grupos é outra problemática que se soma à primeira.

Os objetivos e a metodologia da pesquisa

O objetivo geral desta pesquisa é analisar os materiais didáticos produzidos e em circulação no nosso país, através do PNLD, nos últimos cinco anos, de forma a relacioná-los com a realidade social e histórica, no tocante ao papel e representação das mulheres dos povos e comunidades tradicionais em questão.

Com relação aos objetivos específicos, destaco: a) a promoção da análise qualitativa das imagens e textos, presente nos materiais escolares, em especial os livros e manuais didáticos, no tocante à representação das mulheres pertencentes aos povos comunidades tradicionais (quilombolas, indígenas e ciganas); b) refletir sobre a construção de uma proposta de educacional atual e preocupada com a educação transformadora de gênero; a valorização cultural e social dos povos e comunidades tradicionais, entre outras premissas; e por fim, c) analisar como a perspectiva da “decolonialidade do saber” tem atingindo as publicações didáticas mais atuais.

³ Importa ressaltar que não há consenso quanto ao uso dos termos “descolonial” e “decolonial”, sendo que ambos fazem referência às formas de rompimento das estruturas de dominação impostas pelo colonialismo e a colonialidade. Contudo, estamos de acordo com o uso defendido por Catherine Walsh (2009), do termo decolonial, como uma forma de diferenciação, que não pretende somente “desarmar ou desfazer o colonial”.



DIVERSITÀ

Encontro Ibero-americano das Diversidades

17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal

Realização.

Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura
Apoio.


No processo educacional de países com um passado colonial, como é o caso do Brasil, repetem-se abordagens que ressaltam valores civilizatórios europeus. Muitos currículos escolares — da educação básica ao Ensino Superior — ressaltam a lógica do pensamento europeu, contribuindo para reafirmar a naturalização de dominação e de desigualdade perpetuada pelos europeus, sobre seus colonizados. Os ecos deste predomínio ideológico encontram-se em construções curriculares fundamentadas em autores e correntes epistemológicas de matriz europeia, que são consideradas como universais e exemplares, ignorando-se a existência de outras cosmovisões ou relegando-as à ideia de subdesenvolvimento ou inferioridade. Neste sentido, acreditamos que essa proposta contribui para problematizar a lógica dos currículos colonizados, criando um movimento de valorização dos saberes, territorialidades e culturas de povos historicamente subalternizados. Obviamente, tal movimento não ocorre de forma pacífica e suscita discussões, reações e até mesmo negação por parte de profissionais ligados ao campo educacional. Contudo, o debate sobre as formas de descolonização curricular é pontofulcral na construção de uma educação que promova reais formações cidadãs e para uma proposta de ensino que pretende ser engajada (HOOKS, 2017, p. 25). Assim, essa pesquisa pretende, por meio de uma análise qualitativa, analisar os materiais escolares, de forma a relacioná-los com a realidade social e histórica de nosso país (MINAYO, 2013).

Num primeiro momento, realizar-se-á o levantamento dos materiais, selecionados pelo PNLD, no recorte temporal em questão. O segundo passo será a análise destes materiais, a partir das imagens. A partir desta análise, será elaborado o texto que comporá o relatório final desta pesquisa. E por fim, após a elaboração destas etapas, ocorrerá a publicação e disponibilização do relatório, sob o formato de um e-book. Este livro digital será disponibilizado de forma gratuita para acesso e download, mas terá sua organização e publicação pensada em conjunto com uma editora acadêmica, com conselho científico na área.

Perspectivas teóricas da pesquisa

Do ponto de vista teórico, as representações serão analisadas sob a ótica proposta pela História Cultural, por Roger Chartier, cuja centralidade está em pensar as relações sociais com a maneira como os indivíduos e os grupos se percebem e percebem os demais. Essas percepções hierarquizam grupos e relações e ainda promovem disputas simbólicas nas construções identitárias (CHARTIER, 2011, p. 22).

As mulheres no Brasil são mais da metade da população, mas ainda assim são profundamente sub-representadas em diversos espaços, e em especial naqueles de decisão política e de poder social. Isso gera um reflexo negativo na garantia de direitos, de formulação de políticas de enfrentamento à violência contra mulher, ao enfrentamento institucional das discriminações de gênero e de raça, e às questões ligadas ao que se chama de “política geral”, como economia e justiça. Em outras palavras, as mulheres sofrem com a questão da interseccionalidade:



DIVERSITÀ 2025

Encontro Ibero-americano das Diversidades

17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal

Realização.

Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura
Apoyo.

Editora Cravo

gênero, raça e origem somam-se enquanto fatores de invisibilidade, quando tratamos da presença e representação delas em espaços de poder e da sociedade em geral (AKOTIRENE, 2019). Esse quadro de apagamento e ausências se repete na esfera educacional, quando se trata de analisar os paradigmas pedagógicos: há uma segregação política, antiética e antipedagógica (ARROYO, 2023, p. 106). Embora o espaço educacional seja um reconhecido espaço de atuação das mulheres, o campo educacional também reflete as radicalidades racistas, sexistas, classistas inerentes à sua constituição. Como exemplo, Arroyo nos alerta para a desqualificação existente no trabalho das mulheres que cuidam e educam as infâncias, o que para o autor, pode ser lido como indicador do “caráter sexista inerente ao paradigma pedagógico” (ARROYO, 2023, p. 107).

Se no âmbito das práticas, do lidar cotidiano, a presença das mulheres se faz expressiva nos ambientes educacionais, o mesmo não pode ser afirmado com relação à presença delas nas esferas intelectuais que produzem conhecimento e que organizam os campos dos saberes: as universidades. Segundo os dados levantados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2019, em todas as modalidades de Ensino Superior, sejam do âmbito público ou privado, o quantitativo de docentes mulheres estava abaixo do número de professores do sexo masculino. Essa constatação confirma que, apesar de existir uma maior quantidade de mulheres (independentemente do quesito raça/cor) com formação superior, boa parte delas não exerce a docência em nível superior, consequentemente, não ocupam estes espaços de poder, no sentido de produzir pesquisas, ocupar cargos importantes e decisórios nestes ambientes, entre outras questões (ALVES; CARMO; CARVALHO, 2023, p. 195). Nesse sentido, nos questionamos se essas ausências são reproduzidas e podem ser percebidas nos materiais didáticos que circulam na educação básica brasileira.

Boaventura de Souza Santos e Nilma Lino Gomes argumentam que esse movimento de ausência sobre determinados conhecimentos e sujeitos pode ser compreendido como uma “sociologia das ausências”: aquilo que não existe é, na realidade, ativamente produzido como não-existente (GOMES, 2017, p. 41). Para Santos e Gomes, o objetivo da sociologia das ausências é transformar objetos impossíveis em possíveis e com base neles, transformar as ausências em presenças (SANTOS, 2002, p. 246). E é nesse sentido que este projeto se constitui: um movimento de emergência e análise sobre as formas de representação das mulheres quilombolas, indígenas e ciganas, nos materiais escolares, em especial nos livros e manuais didáticos.

Outro ponto importante neste debate relaciona-se com a perspectiva da “colonialidade do saber”, a qual pretendemos investigar nas narrativas presentes nos materiais escolares. Essa perspectiva está ligada à proposta dos estudos decoloniais, que podem ser definidos como um “conjunto heterogêneo de contribuições teóricas e investigativas sobre a colonialidade” (QUINTERO; FIGUEIRA; ELIZALDE, 2019, p. 5).

A chamada “colonialidade do poder”, categoria proposta por Aníbal Quijano (2007) estrutura as reflexões decoloniais em alguns procedimentos conceituais, entre os quais nos interessa, especialmente: “a designação do eurocentrismo/ocidentalismo como forma

111



DIVERSITÀ 2025

Encontro Ibero-americano das Diversidades

17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal

Realização.
Conjugare
Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura
Apoyo.
Editora Cravo

específica de produção de conhecimento e subjetividades na modernidade” (QUINTERO; FIGUEIRA; ELIZALDE, 2019, p. 5). Dentro deste raciocínio, a colonialidade pode ser definida como um sistema ordenador e acumulativo das relações sociais e da disposição de poder, que sobrevive aos processos de independências políticas, e continuam a ordenar as sociedades com passado colonial. Desta forma, a colonialidade sobrevive ao colonialismo e pode ser percebida em diferentes esferas da vida, entre elas, na construção do saber.

Segundo Edgardo Lander (2000), a colonialidade do saber pode ser definida a partir do caráter eurocêntrico do conhecimento moderno e sua articulação às formas de dominação colonial/imperial. Ou seja, o eurocentrismo funciona como um modelo de conhecimento que naturaliza e universaliza a experiência europeia como um *locus epistêmico*, o qual configura como únicos válidos, seus dispositivos de conhecimento (QUINTERO; FIGUEIRA;ELIZALDE, 2019, p. 6). A nossa análise visa verificar se esta colonialidade do saber já foi superada nas narrativas didáticas presentes nos mais recentes materiais produzidos e consumidos no país, em especial, no tocante à representação das mulheres e dos povos e comunidade tradicionais.

A problemática fundamental dessa proposta de pesquisa é: Como os materiais escolares produzidos e distribuídos no nosso país, no âmbito das políticas públicas educacionais, têm representado as mulheres quilombolas, indígenas e ciganas? O intuito desta questão é produzir uma análise comparativa sobre tais materiais, observando-se pontos como as visões, narrativas, e especialmente, as ilustrações que são utilizadas para abordar tais temáticas.

Outra questão importante em nossa investigação está ligada à percepção da decolonialidade do saber nestes materiais: Afinal, estes materiais já atribuem protagonismo às mulheres destas comunidades, enfatizando suas histórias e culturas diversas? Ou ainda há um silenciamento e uma ausência sobre a presença das mesmas?

Essa proposta investigativa relaciona-se com importantes pautas educacionais que abordam a luta pela igualdade de gênero, o reconhecimento, a valorização e a preservação das identidades dos povos e comunidades tradicionais. Neste sentido, importa lembrar que tais pautas integram políticas internacionais, apoiadoras das mudanças sociais, com base nas mudanças educacionais. É o caso, por exemplo, da Educação Transformadora de Gênero:

A Educação Transformadora de Gênero diz respeito à educação inclusiva, equitativa e de qualidade (ODS 4, em especial meta 4.7) e nutrindo um ambiente de justiça de gênero para crianças, adolescentes e jovens em toda a sua diversidade (ODS 5, em especial meta 5.1). A Educação Transformadora de Gênero removeria obstáculos à educação e estimularia o progresso rumo a mudanças sociais importantes, como a redução da violência de gênero e casamentos precoces, aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho, promoção da igualdade de gênero, e a liderança de mulheres e meninas em posições tomadoras de decisões (UNICEF, 2021).

112





DIVERSITÀ 2025

Encontro Ibero-americano das Diversidades

17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal



Realização.
Conjugare
Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura
Apóio.

Editora Cravo

Assim, a Educação Transformadora de Gênero busca utilizar todas as partes de um sistema educacional – de políticas a pedagogias a reuniões comunitárias – para mudar estereótipos, atitudes, normas e práticas, desafiando relações de poder, repensando normas de gênero e binárias, e trazendo consciência crítica a respeito das causas principais da desigualdade e dos sistemas de opressão. Nessa perspectiva, a escola “[...]é convocada a formar, por meio de práticas curriculares, sujeitos melhores preparados para enfrentar esses graves problemas, bem como para superá-los e construir uma sociedade mais justa” (SALES, 2023, p. 3). Ainda neste sentido, é também importante recordar a atualíssima lei nº 14.986, de 25 de setembro de 2024, que torna obrigatória a inclusão de abordagens fundamentadas nas experiências e nas perspectivas femininas, nos conteúdos curriculares brasileiros e que entrou em vigor em 2025. No que diz respeito ao reconhecimento, a valorização e a preservação das identidades dos povos e comunidades tradicionais, o artigo 215 da Constituição de 1988 assegura a proteção às manifestações culturais indígenas, afro-brasileiras e dos Povos e Comunidades Tradicionais:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afrobrasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

3º A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à:

- I. defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro;
- II. produção, promoção e difusão de bens culturais;
- III. formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões;
- IV. democratização do acesso aos bens de cultura;
- V. valorização da diversidade étnica e regional.

(BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF).

Há ainda, neste sentido, a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, assinada em 2007, determinando seu cumprimento pelo Decreto nº 6.177 de agosto de 2007, que destaca a importância dos conhecimentos tradicionais e sua contribuição para o desenvolvimento sustentável, devendo ser assegurada sua proteção e promoção.

Assim, acredito que essa pesquisa endossa e reafirma os compromissos que a pesquisa

113



DIVERSITÀ 2025

Encontro Ibero-americano das Diversidades

17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal

Realização.
Conjugare
Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura
Apóio.
Editora Cravo

acadêmica possui com a sociedade, no sentido de produzir conhecimento; contribuir para a reflexão científica e crítica na formação dos cidadãos; combatendo formas de discriminação em nosso país, visando a construção de uma sociedade equitativa, no que diz respeito ao gênero e à valorização dos povos e comunidades tradicionais. E neste sentido, acredito que a análise dos materiais didáticos que circulam nacionalmente, podem nos fornecer uma dimensão real do quanto essas questões estão sendo abordadas e trabalhadas na perspectiva educacional.

Resultado esperado e relevância da pesquisa

Como produto final, pretendemos elaborar um relatório final, que reúna todas as análises realizadas, e publicá-lo, sob o formato de e-book. Além disso, ao longo da pesquisa, pretende-se também publicar artigos e elaborar apresentações para comunicar ao público acadêmico e não acadêmico, sobre o andamento da pesquisa e possíveis conclusões.

Acreditamos que o impacto desta pesquisa para os setores educacional e sociocultural seja evidenciado pela constatação de que é urgente desmitificar as visões perpetuadas ao longo do tempo e da história, sobre os povos e comunidades tradicionais. Neste sentido, retomo a brilhante fala da escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie (2009), na qual ela nos alerta sobre as formas diferentes e possíveis de se construir a história, não perpetuando falsos estereótipos e trazendo para a centralidade do discurso histórico, outros sujeitos — que por ora foram relegados à invisibilidade em discursos e versões ditas "oficiais" da história.

Como bem exposto por Kilomba (2019, p. 53), o conhecimento é colonizado e o colonialismo significou também, a imposição da autoridade ocidental sobre todos os aspectos dos saberes, línguas e culturas indígenas e assim, não é somente uma imensa, "mas também urgente tarefa descolonizar a ordem eurocêntrica do conhecimento" (KILOMBA, 2019, p. 53). Ainda, a proposta que brevemente aqui apresentei, busca contribuir com a quebra de discursos hegemônicos, voltados para a manutenção do pensamento abissal, que nega radicalmente a co-presença de pluralidades e de formas diversas de conhecimentos e cosmogonias (SANTOS, 2007). Nossa contribuição se dará por meio da análise comparativa, qualitativa e embasada nestas premissas teóricas.

Referências

ADICHIE, Chimamanda N. **O perigo de uma história única.** Palestra no evento Technology, Entertainment and Design (TED), em 2009. Disponível em: https://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story/transcript?language=pt. Acesso em: 19 de jan. 2019.

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** São Paulo: Pólen, 2019. (Feminismos plurais)



DIVERSITÀ 2025

Encontro Ibero-americano das Diversidades

17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal

Realização.

Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura
Apoyo.


ALVES, R. C.; CARMO, R. J.; CARVALHO, I. T.. Entre a ausência e a resistência: a presença de professoras negras no Ensino Superior no Brasil In: **Ser mulher no século XXI** : desafios, conquistas e vivências, ed.1. Belo Horizonte: Editora UEMG, 2023, v.1, p. 176 - 205.

ARROYO, Miguel G. **Vidas re-existentes**: reafirmando sua outra humanidade na história. Petrópolis: RJ: Editora Vozes, 2023.

BRASIL. **Lei n. 9394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 18 de ago. 2018.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF.

_____. **Lei nº 14.986**, de 25 de setembro de 2024. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir a obrigatoriedade de abordagens fundamentadas nas experiências e nas perspectivas femininas nos conteúdos curriculares do ensino fundamental e médio; e institui a Semana de Valorização de Mulheres que Fizeram História no âmbito das escolas de educação básica do País. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 25 de setembro de 2024.

_____. **Decreto nº 6.040**, de 07 de fevereiro de 2007. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 07 de fevereiro de 2007.

CHARTIER, Roger. Defesa e ilustração da noção de representação. **Fronteiras**, Dourados, v. 12, n. 24, p. 15-29, jul/dez, 2011. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/gthistoriaculturalrs/nocaoderepresentação.pdf>>. Acesso em: 05 de set. 2016.

GOMES, Nilma L. **O Movimento Negro Educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.

HOOKS, bell. **Intelectuais negras**. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/viewFile/16465/15035>>. Acesso em: 20 out. 2017.

KAMBUNDO, Bruno. J.; SANTOS, Jaqueline L. O ensino de história da África e a descolonização dos currículos: um desafio para os países com passado colonial. In: CARREIRA, D. & ANDRADE, A. (Orgs.) **Educação das Relações Raciais**: balanços e desafios da implementação da lei 10639/2003. Ação Educativa. São Paulo, 2010.





KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação** - Episódios de racismo cotidiano. Tradução Jess Oliveira. 1^aEdição. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LANDER, Edgardo (Org.). La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciências sociais. **Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

MINAYO, Maria C.S. (2013). **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde (13^aEd). São Paulo, SP: Editora Hucitec.

QUINTERO, Pablo; FIGUEIRA, Patricia; ELIZALDE, Paz Concha. Uma breve história dos estudos decoloniais. **Arte e colonialidade**: n.3. São Paulo: MASP Afterall, 2019.

QUIJANO, Aníbal. " Colonialidad del poder y clasificación social." In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFOGUEL, Rámon (Orgs.). **El giro Decolonial**. Reflexiones para una diversidade epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Universidad Javeriana/Siglo del Hombre, 2007.

RUFINO, Luiz. *Pedagogia das Encruzilhadas*. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2019.

116

SALES, S. R. **Gêneros e sexualidades nos currículos:** invenções, resistências e produção de alegrias em um projeto de formação docente. ETD - Educação Temática Digital, Campinas, SP, v. 25, n. 00, p. e023021, 2023.

SANTOS, Boaventura de S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>>. Acesso em: 12 jun. 2018.

. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 63, 2002. Disponível em: <encurtador.com.br/wzO68>. Acesso em: 11 jun. 2019.

UNICEF. Divisão de Programas da Seção de Educação. **Educação transformadora de gênero**, 2021.

WALSH, Catherine (Org.). **Interculturalidad, Estado, Sociedad**: luchas (de) coloniales denuestra época. Quito, Universidad Andina Simón Bolívar - Abya-Yala, 2009.

DIVERSITÀ

Encontro Ibero-americano das Diversidades
17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal

2025

Realização.

Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Apoyo.

Editora Cravo

VULNERABILIDADE SOCIAL, RESILIÊNCIA E ESPIRITUALIDADE: UMA VISÃO TRIDIMENSIONAL PARA A SAÚDE DAS CRIANÇAS MIGRANTES

Joana Romeiro¹

Introdução

O fenómeno migratório global sofreu profundas alterações e dinâmicas resultantes de uma série de transformações geopolíticas, económicas e sociais, com um efeito inevitável nos fluxos migratórios na Europa.

Este trabalho pretende suscitar a discussão sobre a dimensão social da saúde e como esta é incipiente, particularmente entre as populações migrantes, em termos do impacto no bem-estar espiritual, na qualidade de vida e na resiliência e possíveis repercuções que podem ser desencadeadas na saúde das crianças.

As desigualdades sociais em saúde são observadas como disparidades no estado de saúde dos indivíduos associadas a critérios de diferenciação social. Consequentemente, as posições na hierarquia social determinam a dinâmica saúde-doença.

117

Metodologia

Este trabalho pretende suscitar a discussão sobre a dimensão social da saúde e como esta é incipiente, particularmente entre as populações migrantes, em termos do impacto no bem-estar espiritual, na qualidade de vida e na resiliência e possíveis repercuções que podem ser desencadeadas na saúde das crianças.

Discussão

Neste processo, existe uma interação entre a vulnerabilidade social, a resiliência e a espiritualidade que deve ser elevada. As repercuções profundas, inegáveis e invisíveis da vulnerabilidade social no panorama intra e interpessoal estimulam uma abordagem do aspecto transpessoal consistente com o impacto diferencial da saúde e da doença nos diferentes grupos sociais.

A decomposição do título faz evocar três conceitos: “Vulnerabilidade social”, “Resiliência” e “Espiritualidade”.

Mendes e Tavares (2011) apresentam a “*Vulnerabilidade social*” como a



DIVERSITÀ 2025

Encontro Ibero-americano das Diversidades

17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal

Realização.



Apoio.



“predisposição que um dado grupo tem para ser afectado, em termos físicos, económicos, políticos ou sociais, no caso de ocorrência de um processo ou ação desestruturante de origem natural ou antrópica” (Mendes & Tavares, 2011, p.6).

A vulnerabilidade social surge, deste modo associada ao risco e insegurança traduzindo-se frequentemente, numa abordagem pelas Ciências Sociais, quanto a eventos e fenómenos extremos como desastres ou catástrofes vinculadas à necessidade de redefinição de políticas públicas, planeamento e gestão do território (Mendes & Tavares, 2011). Debates e reflexões sobre este conceito têm trazido à tona a necessidade em determinar e quantificar a vulnerabilidade social, reveladora de eventuais desigualdades sociais, precariedade das condições de vida, com impacto na vida quotidiana, na qualidade de vida, segurança das populações e acesso aos recursos (Scott et al., 2018). Contudo a evidência tem demonstrado que a superação face a um padrão de vulnerabilidade assenta no jogo de interação entre fatores de risco e stress e fatores protetores (Ahern et al., 2006; Goodman et al., 2017) inerente ao conceito de resiliência (Mendes & Tavares, 2011).

Neste encadeamento de ideias importa salientar a importância da resiliência como processo dinâmico, e fator de proteção face a uma situação de crise (Kim et al., 2018), que advém e é influenciado pelo contexto e pelas respostas humanas aos eventos da vida (Shiner & Masten, 2012). Birkman e colaboradores (2013), apresentam a resiliência como *“a capacidade das sociedades, das comunidades e dos indivíduos ou de um sistema socioecológico de lidarem com os impactos e as consequências adversas de acontecimentos perigosos”* ((Birkmann et al., 2013, p.32)).

No contexto individual emergem, traços de personalidade, experiências anteriores, aspectos ambientais, tempo e idade como características individuais capazes de condicionar a capacidade de se ser resiliente (McGowan et al., 2018; Shiner & Masten, 2012), e por sua vez afetar a qualidade de vida (Li et al., 2019), o bem-estar (Goodman et al., 2017; Mancini & Bonanno, 2009) e a saúde mental (McGowan et al., 2018) dos indivíduos e de forma mais abrangente da comunidade e/ou da população.

A resiliência assume-se assim uma competência fulcral para a adaptação e gestão a situações inesperadas, de risco, traumáticas e adversas (Caldeira & Timmins, 2016) tendo sido invariavelmente associada ao sofrimento (Lee et al., 2012).

Emergem, assim os resquícios da espiritualidade que intrínseca à essência do ser humano, determina a forma como este se relaciona consigo, com os outros, com o mundo e para além de si, e apresenta no relacionamento, sentido de vida e transcendência os seus três atributos (Weathers et al., 2016). Faz-se questionar, a pessoa imigrante, quanto ao projeto e qualidade de vida, e seu significado nos desequilíbrios de bem-estar espiritual independentemente da sua afiliação religiosa.

Nesta visão tridimensional da saúde das crianças migrantes: destaque-se que as necessidades sociais perpetuadas, propiciam a acumulação de carências e por sua vez determinam negativamente a saúde e a qualidade de vida, desde o início do ciclo da vida, ainda no ventre materno. As desigualdades sociais são comprometedoras do acesso a recursos básicos de

118



Actas Completas e Resumos do Encontro Ibero-americano das Diversidades - DIVERSITÀ - 2025

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-80-9

DIVERSITÀ 2025

Encontro Ibero-americano das Diversidades

17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal

Realização.

Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura
Apóio.

Editora Cravo

saúde e qualidade dos cuidados recebidos e/ou prestados, determinantes para o bem-estar, qualidade e esperança de vida refletidas em indicadores numéricos como sejam a mortalidade e morbidade infantil.

Por sua vez a criança beneficia de um estatuto de proteção especial, pela sua vulnerabilidade implícita, com direito a cuidados e assistência especiais, nomeadamente naqueles que são os seus direitos como criança adotada pela Assembleia Geral da ONU em 20 de novembro de 1989 e entrando em vigor em 2 de setembro de 1990 (UNICEF, 1990).

A estes agregam-se complementarmente aspectos inerentes à proteção da criança na migração, trazidos à luz por uma comunicação da Comissão e Conselho do Parlamento Europeu (European Commission, 2017):

“garantir que todas as crianças tenham acesso oportuno a cuidados de saúde (incluindo cuidados preventivos) e apoio psicossocial, bem como à educação formal inclusiva, independentemente do estatuto da criança e/ ou dos seus pais”; “garantir o acesso oportuno aos cuidados de saúde, bem como a outros serviços públicos essenciais para todas as crianças”; e recolher e “divulgar boas práticas sobre a proteção de crianças migrantes” (European Commission, 2017).

Conclusão

119

As profundas, inegáveis e invisíveis repercuções da vulnerabilidade social no intrincado e reconhecido panorama intra e interpessoal fazem acolher uma abordagem às divergências que se perpetuam, não só nos serviços disponíveis e acessíveis a uma mãe imigrante que carrega o seu filho no ventre, mas também em aspectos de saúde e desenvolvimento saudável da criança migrante e/ou filha de pais migrantes.

Referências

- Ahern, N. R., Kiehl, E. M., Sole, M. L., & Byers, J. (2006). A review of instruments measuring resilience. *Issues in Comprehensive Pediatric Nursing*, 29(2), 103–125. <https://doi.org/10.1080/01460860600677643>
- Caldeira, S., & Timmins, F. (2016). Resilience: Synthesis of concept analyses and contribution to nursing classifications. *International Nursing Review*, 63(2), 191–199. <https://doi.org/10.1111/inr.12268>
- European Commission. (2017). *Communication from the Commission to the European Parliament and the Council—The protection of children in migration*. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/en/TXT/?uri=CELEX%3A52017DC0211>





DIVERSITÀ

Encontro Ibero-americano das Diversidades

17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal

2025

Realização.
Conjugare
Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura
Apoio.
Editora Cravo

Goodman, F. R., Disabato, D. J., Kashdan, T. B., & Machell, K. A. (2017). Personality Strengths as Resilience: A One-Year Multiwave Study. *Journal of Personality*, 85(3), 423–434. <https://doi.org/10.1111/jopy.12250>

Lee, G. L., Blyth, E. D., & Chan, C. L.-W. (2012). Understanding the patterns of adjustment to infertility of IVF users using narrative and autobiographical timeline. *Asian Pacific Journal of Reproduction*, 1(2), 125–134. [https://doi.org/10.1016/S2305-0500\(13\)60063-9](https://doi.org/10.1016/S2305-0500(13)60063-9)

Mancini, A. D., & Bonanno, G. A. (2009). Predictors and parameters of resilience to loss: Toward an individual differences model. *Journal of Personality*, 77(6), 1805–1832. <https://doi.org/10.1111/j.1467-6494.2009.00601.x>

McGowan, J. A., Brown, J., Lampe, F. C., Lipman, M., Smith, C., & Rodger, A. (2018). Resilience and Physical and Mental Well-Being in Adults with and Without HIV. *AIDS and Behavior*, 22(5), 1688–1698. <https://doi.org/10.1007/s10461-017-1980-6>

Mendes, J. M., & Tavares, A. O. (2011). Risco, vulnerabilidade social e cidadania. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 93, Art. 93.

120

Scott, J. B., Prola, C. de A., Siqueira, A. C., & Pereira, C. R. R. (2018). O conceito de vulnerabilidade social no âmbito da psicologia no Brasil: Uma revisão sistemática da literatura. *Psicologia em Revista*, 24(2), 600–615. <https://doi.org/10.5752/P.1678-9563.2018v24n2p600-615>

Shiner, R. L., & Masten, A. S. (2012). Childhood personality as a harbinger of competence and resilience in adulthood. *Development and Psychopathology*, 24(2), 507–528. <https://doi.org/10.1017/S0954579412000120>

UNICEF. (1990). *Convenção sobre os Direitos da Criança*. <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>

Weathers, E., McCarthy, G., & Coffey, A. (2016). Concept Analysis of Spirituality: An Evolutionary Approach. *Nursing Forum*, 51(2), 79–96. <https://doi.org/10.1111/nuf.12128>



DIVERSITÀ 2025

Encontro Ibero-americano das Diversidades

17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal

Realização.

Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura
Apóio.

Editora Cravo

REPRESENTAÇÕES DA VELHICE FEMININA NA MÍDIA IMPRESSA DO MARANHÃO (BRASIL) DOS ANOS 1990

José Carlos Lima Costa¹

Introdução

Este estudo é um recorte da tese de doutorado “Nossos Corpos Também Falam: Corporeidade na Educação das Mulheres Envelhecidas no Maranhão²”. A pesquisa, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMA, investiga relações entre corporeidade, gênero e envelhecimento no contexto educacional maranhense.

Como recorte, este trabalho pretende analisar as representações midiáticas sobre o envelhecimento feminino na imprensa maranhense dos anos 1990, investigando como concepções de velhice veiculadas à época influenciaram a educação dos corpos das mulheres. O *corpus* desta etapa da pesquisa abrangeu cinquenta recortes editoriais dos jornais “O Imparcial” e “O Estado do Maranhão”, publicados entre 1995 e 1997, periódicos de ampla circulação no Maranhão. De acordo com Costa (2005), ambos estão ligados a grandes empresas do ramo de comunicação.

Assim, “O Estado do Maranhão” pertence ao Sistema Mirante de Comunicação, que integra também a Rádio Mirante FM e a Rede Mirante de Televisão. Já “O Imparcial” integra o Sistema Difusora de Comunicação, constituído pela Rádio Difusora FM, Rádio Difusora AM e Rede Difusora de Televisão (COSTA, 2005).

A seleção justifica-se pelo alcance desses veículos e, consequentemente, pela capacidade de disseminação e cristalização de representações sociais — sistemas de crenças que orientam relações e interpretações da realidade (MOSCOVICI, 2007; SOUSA & CHAVES, 2023). Tais representações, construídas coletivamente, não reproduzem passivamente a realidade, mas a reinterpretam por meio da linguagem, estruturando percepções sobre corpos envelhecidos e hierarquias de gênero.

Foram categorizados materiais (reportagens, charges, publicidades) em eixos temáticos: corporeidades e modos de vida, imagens da velhice, participação social e trabalho. O recorte temporal (1995-1997) se alinha à implementação do Projeto Universidade Integrada da Terceira Idade (UNITI/UFMA), articulando análise midiática ao contexto de projetos educacionais específicos para pessoas envelhecidas no Maranhão.

121

¹ Estudante do Doutorado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), São Luís - MA, Brasil. Pesquisador vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Gênero e Sexualidade nas Práticas Educativas (GESEPE) e ao Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação, Mulheres e Relações de Gênero (GEMGe), ambos da UFMA. Correio eletrônico: carloscostateatro@gmail.com.

² A tese teve orientação da Profa. Dra. emérita Diomar das Graças Motta.



DIVERSITÀ

Encontro Ibero-americano das Diversidades

17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal



Ancorado na História Social (BURKE, 2012), o estudo articula conceitos de representação social (MOSCOVICI, 2007), corporeidade (MORAES, 2011) e velhice (MERCADANTE, 2005). Diante disso, buscou-se analisar as identidades das pessoas envelhecidas, considerando a intersecção de marcadores sociais como gênero e classe social.

Vale ressaltar que a mídia, como dispositivo cultural, naturalizou visões reducionistas do envelhecimento, vinculando-o a determinismos biológicos e cronológicos. Tais narrativas reforçam estereótipos estéticos hegemonicos, associando a velhice ao declínio físico e intelectual, ao mesmo tempo que marginalizavam experiências plurais.

Os discursos midiáticos atuaram como tecnologias de poder, reproduzindo assimetrias sociais e hierarquizando experiências sociais. Ao vincular a velhice a uma suposta “perda de valor”, ocultaram dimensões subjetivas e políticas da experiência de envelhecer, especialmente de mulheres negras e periféricas. A análise revela como essas representações influenciam práticas de educação dos corpos e processos de subjetivação.

Teleologia³ do Envelhecimento: estratégias de regulação das etapas da vida

Ao longo do século XX, as teorias sobre o envelhecimento ganharam complexidade, refletindo avanços científicos e mudanças socioculturais. Na década de 1960, Ewald W. Busse propôs uma divisão conceitual entre envelhecimento primário e secundário. O primeiro refere-se a processos biológicos específicos, geneticamente programados, como o declínio funcional progressivo vinculado ao desgaste celular. Já o secundário envolve fatores externos, como doenças crônicas, exposição a poluentes ou condições socioeconômicas adversas, que podem acelerar perdas físicas e cognitivas. Busse (2002) ressaltou que, embora intervenções terapêuticas pudessem mitigar o envelhecimento secundário, o primário permaneceria inevitável, culminando na morte.

Posteriormente, Birren e Cunningham (1985) ampliaram essa categorização, introduzindo três dimensões: o primeiro envelhecimento (mudanças universais e naturais do desenvolvimento humano), o segundo (influenciado por fatores evitáveis, como estilos de vida e acesso à saúde) e o terceiro (fase terminal marcada por comorbidades graves e perda abrupta de autonomia). Essa abordagem destacou a heterogeneidade do envelhecimento, reconhecendo que fatores sociais e ambientais interagem com processos biológicos. Neves (2020) analisa essa perspectiva, argumentando que as subdivisões teóricas refletem a necessidade de abordar o fenômeno a partir de múltiplas lentes, superando visões reducionistas baseadas apenas na idade cronológica.

³ O termo teleologia deriva do grego *télos*, que significa finalidade ou fim, e *lógos*, que se refere a tratado ou ciência; constitui-se como o estudo das finalidades em qualquer concepção que adota esse princípio como referência. Trata-se de um sistema filosófico que comprehende o mundo a partir das relações entre meios e fins; no contexto aplicado deste ensaio, configura-se como uma teleologia que investiga a finalidade da existência humana, sua vida futura, os valores que orientam sua trajetória e a organização da vida enquanto narrativa sequencial (SANTOS, 1964).

DIVERSITÀ 2025

Encontro Ibero-americano das Diversidades

17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal

Realização.



Apoio.



Cavanaugh e Blanchard-Fields (2015) ampliaram o debate ao propor quatro dimensões da idade: subjetiva (autopercepção), corporal (saúde orgânica), mental (capacidades cognitivas) e social (papéis culturais atribuídos). Os autores criticam estereótipos associados à idade social, como a expectativa de que pessoas envelhecidas renunciem à autonomia ou à expressão da sexualidade, ignorando a diversidade de trajetórias. Para Neves (2020), mesmo que o envelhecimento tenha bases biológicas, sua percepção é mediada por normas culturais que moldam práticas e expectativas, como a ideia de que certas fases da vida devem corresponder a marcos específicos (formação, trabalho, aposentadoria).

Essas normas consolidam scripts socioculturais que hierarquizam as etapas da vida, instituindo uma teleologia do envelhecimento — um modelo que impõe trajetórias biográficas mais ou menos rígidas, definindo "tempos certos" para inserção na vida escolar, para a consolidação da carreira, para a formação de família. Esse paradigma, linear e totalizante, naturaliza expectativas como a desvinculação do mercado de trabalho na velhice, reforçando assimetrias de gênero e classe. A teleologia opera como dispositivo de poder, regulando corpos e temporalidades através de discursos hegemônicos que vinculam o envelhecimento a narrativas de declínio, em detrimento de experiências plurais.

Assim, o envelhecimento emerge como fenômeno multifacetado, onde biologia e cultura se entrelaçam. Enquanto algumas concepções teóricas enfatizam dimensões orgânicas, abordagens críticas evidenciam como normas sociais perpetuam exclusões, exigindo políticas e representações midiáticas que reconheçam a complexidade das vivências na maturidade. O excerto abaixo demonstra:

Estabelece-se socialmente um tempo adequado para se casar, para ter filhos, para entrar e sair do mercado de trabalho, que, embora possa variar de sociedade para sociedade, de época para época, em nichos sociais distintos, forma uma grade de referência que orienta as vidas individuais (MORAES, 2011, p. 428).

Como destacado previamente, normativas sociais delimitam expectativas para cada fase da existência humana; embora tais padrões sejam contingentes ao contexto sociocultural e histórico, eles direcionam vivências individuais. Nessa lógica, a teleologia do envelhecimento opera como um mecanismo de caráter formativo, participando da conformação de corpos que envelhecem — corpos estes atravessados por mecanismos de objetivação e internalização, geradores de experiências coletivas particulares, não raro pautadas pelo isolamento, negligência ou marginalização, além de perpetuar assimetrias nas relações de dominação. Tais enfoques também ecoam em discursos e produções teóricas do Ocidente, influenciando decisivamente as concepções históricas sobre velhice e processo de envelhecimento.

Esses constructos estruturam os imaginários sociais acerca da velhice e suas representações simbólicas. Envelhecer, assim, constitui-se como um fenômeno imbricado em jogos de poder, que derivam da “segmentação temporal da existência dos sujeitos” (MORAES, 2011)

123





DIVERSITÀ

Encontro Ibero-americano das Diversidades

17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal

2025

Realização.
Conjugare
Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura
Apelo.
Editora Cravo

e fundamentam elaborações identitárias. Tais relações de poder, materializadas na gestão política dos corpos envelhecidos, decorrem de dispositivos encarnados — inscritos na própria corporeidade.

Nos dias atuais, as dinâmicas de formação identitária são atravessadas por tecnopolíticas digitais, midiáticas e orgânicas que não se limitam a agir externamente ao sujeito, mas se entrelaçam com o corpo, tornando-se parte inseparável da vida.

Preciado (2023) define o período pós-Segunda Guerra como “sociedade farmacopornográfica”, marcada pela fusão entre mecanismos que regulam tecnologias corporais — como biotecnologias, controle metabólico, intervenções hormonais, cirurgias — e sistemas simbólicos mediados por imagens e sons, que invadem o cotidiano e esculpem modos de ser. Para o autor, essas são “tecnologias biomoleculares, digitais e de transmissão ultrarrápida de dados, leves, flexíveis, quase líquidas, que podem ser injetadas ou inaladas — ‘absorvidas pelo corpo’” (PRECIADO, 2023, p. 73-74).

Nesse novo paradigma de poder, os controles tecnológicos materializam-se, sendo assimilados e fundidos à corporeidade, ao contrário das sociedades disciplinares, onde a subjetivação operava por meio de dispositivos externos, como arquiteturas e normas de conduta. Essa mudança reflete uma revolução na forma como o poder atua sobre os corpos. A transição entre modelos, porém, não apaga as técnicas biopolíticas anteriores, mencionadas por Foucault (2005; 2014); elas coexistem, atuando em camadas sobre o corpo e definindo a contingência do sujeito atual. Esse fenômeno, denominado por Preciado (2023) de “somatotécnica”, expõe a fusão entre corpo e tecnologia como um único mecanismo de dominação, forjando o que ele nomeia como nossa “narrativa corporal fictícia” (p. 74).

Do final do século XX em diante, o corpo passa a ser visto como pluralidade maleável, cuja matéria pode ser transformada e otimizada. Essa materialidade, permeada por avanços tecnofarmacêuticos, torna-se algo moldável, dependendo dos processos que a atravessam. Surge, então, um repertório de técnicas e saberes sobre autocuidado, além de estratégias para mitigar “desgastes” ou retardar o envelhecimento — e, quem sabe, adiar sua finitude, amplamente divulgados nas diversas mídias e veículos de comunicação.

124

Representações da Velhice na Mídia Impressa Maranhense dos Anos de 1990

A década de 1990 no Brasil foi marcada por profundas transformações políticas, sociais e econômicas, configurando um cenário complexo de reconfiguração institucional e conflitos paradigmáticos. Tratou-se de um período de transição crítica, no qual o projeto de consolidação democrática pós-ditadura militar (1964-1985) confrontou-se com os legados estruturais do regime autoritário e os imperativos de um modelo neoliberal globalizante (KINZO, 2001).

A Constituição Federal de 1988, também denominada “Constituição Cidadã”, estabeleceu-se como eixo normativo central desse processo, buscando não apenas reestruturar



DIVERSITÀ 2025

Encontro Ibero-americano das Diversidades

17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal

Realização.
Conjugare
Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura
Apoyo.
Editora Cravo

juridicamente o Estado brasileiro, mas também materializar um pacto social inclusivo, orientado pela ampliação de direitos civis, políticos e sociais (REIS, 2018).

Figura 1. Recorte de Matéria do Jornal O Imparcial



Aposentados protestam em São Luís contra o Governo

Com uma passeata que percorreu as principais ruas do Centro de São Luís, os aposentados e pensionistas da Previdência Social protestaram contra a pretensão do Governo Federal regionalizar o salário mínimo e a privatização da

previdecência. Depois de vários anos trabalhando, Cipriano de Sousa Aguiar, ex-funcionário público, afirmou que "estou morrendo de fome. Não posso sobreviver com um salário desse". Ele recebe atualmente a renda de R\$ 70,00. Os aposentados

reclamam que um deputado, com apenas dois mandatos, isto é, oito anos, pode se aposentar. Enquanto isso, o trabalhador perde conquistas anteriores e só vai poder se aposentar quando estiver quase morrendo.

Cidade-2

Fonte: Jornal O Imparcial, Cidade, 25 jan. 1995.

Entretanto, a consolidação desse marco legal mostrou-se um desafio: os ideais de justiça social e participação popular colidiram com problemas econômicos enraizados, como a inflação descontrolada e as demandas por reformas orientadas ao mercado, que alteraram profundamente a atuação do Estado na defesa de direitos fundamentais. Dessa forma, os anos 1990 revelaram o abismo entre os ideais de uma democracia plena e as dificuldades de um país que tentava encontrar equilíbrio enquanto remodelava suas estruturas. O fragmento abaixo ilustra esse processo:

A elaboração da Constituição de 1988, vale lembrar, foi ilustrativa da complexidade que cercou o processo de democratização brasileiro. Do início ao



Actas Completas e Resumos do Encontro Ibero-americano das Diversidades - DIVERSITÀ - 2025

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-80-9

125



DIVERSITÀ 2025

Encontro Ibero-americano das Diversidades

17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal

Realização.



Apoio.



fim, o processo envolveu um embate entre os mais variados grupos, cada um tentando aumentar ou restringir os limites do arranjo social, econômico e político a ser estabelecido (KINZO, 2001, p. 8).

Diante disso, evidencia-se que as estruturas sociais brasileiras, na década em análise, passaram por mudanças significativas, influenciadas sobretudo por transformações demográficas, nas quais o envelhecimento populacional e a queda da taxa de fecundidade reduziram a proporção de trabalhadores e trabalhadoras ativos.

Além disso, sob influência do Consenso de Washington, o governo brasileiro priorizou ajustes fiscais e reformas para conter gastos públicos, enquadrando a Previdência como um problema a ser solucionado por meio da redução de direitos – contrariando as diretrizes da Constituição Federal, que ampliou direitos para setores populacionais menos favorecidos. Tais fenômenos teriam elevado os gastos públicos, enquanto a arrecadação não acompanhou o ritmo.

A análise de matérias publicadas em 1995 pelo Jornal O Imparcial revelou um cenário de agitação social e política no Brasil daquele período, marcado pela crise no setor bancário e por discussões intensas em torno da PEC 33/1995, proposta de reforma da Previdência que foi aprovada em dezembro do mesmo ano⁴.

A Figura 1 revela as tensões do período, marcado por processos burocráticos, alianças e acordos políticos que visavam preservar interesses de grupos específicos durante as votações no Legislativo Federal. Na imagem, destaca-se a presença de pessoas envelhecidas em protestos contra a regionalização do salário mínimo e a proposta de privatização da Previdência, vinculada à PEC em discussão.

Esses elementos ilustram o embate entre representações sociais atribuídas às pessoas envelhecidas e suas respostas de resistência ou adaptação. As identidades na velhice não são estáticas, mas construídas em meio a negociações e conflitos com normas sociais. Demonstrando que estes sujeitos também podem mobilizar estratégias de resistência às imposições sociais.

A reportagem “Previdência: as propostas” (O IMPARCIAL, 1995, 13 de fevereiro) aborda as discussões em torno da reforma que propunha igualar aposentadorias de homens e mulheres urbanas e rurais, negligenciando as desigualdades de gênero e território.

A medida ignorava que, para muitas mulheres, a velhice está associada à pobreza extrema, agravada pela inserção precária no mercado de trabalho e baixa escolaridade, sobretudo em contextos rurais. Britto da Motta (1999) ressalta que a velhice feminina também pode significar isolamento social, especialmente para viúvas ou mães solteiras. A maior longevidade das mulheres não se traduz automaticamente em qualidade de vida, pois fatores sociais, não apenas biológicos, moldam essa realidade. Faleiros (2007) aponta que

126

⁴ Para mais informações acessar: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=169284>. Acesso: 10 jul. 2023.



DIVERSITÀ 2025

Encontro Ibero-americano das Diversidades

17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal

Realização.

Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura
Apoyo.

Editora Cravo

estereótipos que vinculam idade avançada à incapacidade reforçam vulnerabilidades, como risco de abandono.

As tensões sociais emergem nas disputas entre demandas de mulheres envelhecidas e outros grupos (como jovens e homens), refletindo conflitos entre necessidades individuais e estruturas excludentes, como falta de acesso ao sistema de saúde. Nesse cenário, o poder é central para compreender o envelhecimento (MORAES, 2011): as pessoas envelhecidas se confrontam com normas que regulam seus corpos e vivências, enquanto a mídia reproduz discursos que idealizam a juventude como padrão.

Essas dinâmicas de poder materializam-se em instituições como o trabalho e a saúde, onde regras sociais definem acesso a recursos. Um exemplo é a reportagem “Etarismo no comércio maranhense” (O IMPARCIAL, 1995, 3 de fevereiro), que denuncia a preferência por mulheres jovens em contratações, excluindo pessoas envelhecidas e gerando lutas por equidade, como evidenciado no trecho:

Em que pese o esforço do governo, realizando campanhas através da mídia, no sentido de evitar as discriminações contra os idosos, e mesmo conflitando com o princípio constitucional, muitas empresas não estão aceitando homens com mais de vinte e cinco anos, nos seus quadros. Esta discriminação é mais acentuada no comércio lojista da cidade, havendo estabelecimentos que não aceitam mulheres com mais de dezoito anos (O IMPARCIAL, 1995, 3 de fevereiro, p. 3).

127

Nas sociedades contemporâneas, pautadas pelo consumo, a juventude é elevada à condição de símbolo de dinamismo e modernidade (BEAUVOIR, 2012). Essa idealização contribui para a valorização de trabalhadoras jovens em detrimento de profissionais mais velhas, reproduzindo um viés etário no mundo do trabalho que espelha a lógica mercadológica centrada em bens e serviços direcionados a um público jovem. A priorização do lucro, nesse contexto, incentiva a substituição de empregadas experientes por mão de obra jovem, disposta a aceitar salários inferiores e condições de emprego menos dignas.

Diante disso, para analisar as concepções de velhice no Maranhão do século XX, é necessário mergulhar nas complexas relações de poder e nas estruturas sociais que as sustentam. As imagens atribuídas aos indivíduos envelhecidos são construídas por meio de interações multifacetadas entre núcleos familiares, veículos de comunicação, agentes políticos e laços de dependência recíproca.

Documentos do Jornal O Imparcial e O Estado do Maranhão revelam os embates sociopolíticos do período, nos quais transformações econômicas (como o colapso do sistema bancário) e inovações tecnológicas (como a disseminação de telefones móveis) impuseram novos desafios à população envelhecida, forçando a se adaptar.

A diversidade de experiências é fundamental nessa análise, especialmente no que tange às mulheres, submetidas a desigualdades econômicas e sociais mais acentuadas. Desse modo, as relações entre atores sociais e estruturas hegemônicas são centrais para desvendar as percepções sobre envelhecimento.



DIVERSITÀ 2025

Encontro Ibero-americano das Diversidades

17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal

Realização.
Conjugare
Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura
Apelo.
Editora Cravo

Figura 2. Charge: mulher e parlamentar, de Kácio



Fonte: Jornal O Imparcial, 8 de janeiro de 1996.

Nessa senda, o conceito de representação refere-se ao processo pelo qual uma sociedade codifica a realidade em sistemas simbólicos compartilhados. Tais sistemas organizam interpretações coletivas sobre o mundo, influenciando tanto narrativas quanto ações que materializam essas "construções cognitivas" (BARROS, 2003). Esse fenômeno evidencia a interdependência entre práticas e representações, permitindo analisar normas internalizadas, processos sociais e a complexidade dos sujeitos envolvidos.

Conforme Moscovici (2007, p. 16), a "desigualdade na distribuição de poder (...) produz representações díspares", demonstrando como hierarquias e interesses moldam discursos históricos. Isso ressalta que a História é marcada por relações de dominação, nas quais ações e narrativas emergem de conflitos.

As representações da velhice passaram por mudanças significativas ao longo dos séculos. Ariès (1986), ao examinar uma pintura do século XVI no Palácio dos Doges, descreve a velhice (denominada "idade sedentária") como associada à erudição: um homem ancião, de barba longa, trajando vestes refinadas, inserido em um ambiente intelectual. Essa visão positiva persistiu até o século XIX, quando estereótipos depreciativos sobre a velhice ganharam força, redefinindo seu lugar na sociedade.



DIVERSITÀ

Encontro Ibero-americano das Diversidades

17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal

2025

Realização.
Conjugare
Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura
Apóio.
Editora Cravo

No século XX, multiplicam-se narrativas ancoradas em perspectivas naturalizantes e deterministas. Como ilustração, a Figura 2 retrata uma mulher em fase madura da vida, encapsulando arquétipos frequentemente vinculados a essa etapa: traços faciais marcados pelo tempo, postura curvilínea e uso de apoio locomotor, posicionada frente a um “representante político” — possivelmente simbolizando o Distrito Federal — de fisionomia robusta e portando múltiplos dispositivos móveis.

A imagem satírica convida à análise crítica das representações reducionistas sobre a velhice, predominantes naquele período e sustentadas por paradigmas médico-científicos. Tais narrativas interpretavam essa fase quase unicamente como um estágio de perda progressiva de capacidades orgânicas e cognitivas. Mercadante (2005) problematiza essas abordagens, que reduzem o amadurecimento humano a um processo inexorável de deterioração física e mental, dissociado de dimensões sociais e culturais. A autora ressalta:

A velhice como fenômeno biológico é apontado como gerador de declínio irreversível, tanto físico, quanto mental, do indivíduo como consequência da passagem do tempo. Esse declínio se instalou no organismo do indivíduo idoso, após esse mesmo organismo ter atingido uma situação de plena maturidade (MERCADANTE, 2005, p. 24).

129

Essas concepções mantiveram hegemonia até as primeiras décadas do século XX, quando a velhice passou a ser interpretada através de lentes socioculturais e históricas. No entanto, mesmo nesse período, predominavam representações majoritariamente pejorativas (REZENDE, 2008).

Sustento, contudo, que tais perspectivas falham em abarcar a complexidade inerente às vivências associadas às etapas avançadas da existência. Trata-se de um fenômeno multifacetado, que engloba experiências subjetivas, transformações orgânicas, dinâmicas coletivas, marcos culturais e condicionantes econômicos. Isso significa que, para além das transformações biológicas, o avançar dos anos é também produto de significados atribuídos a essas mudanças em contextos específicos. O trecho abaixo ilustra essa multidimensionalidade:

O pensamento redutor, disjuntivo, e, portanto, parcial, não analisa de forma ampla e profunda a velhice que se mostra como um fenômeno multifacetado em que ao lado dos fatores biológicos temos também as diversas situações socioculturais e históricas constitutivas deste mesmo fenômeno (MERCADANTE, 2005, p. 25).

Em oposição ao determinismo orgânico, o século XX assistiu à emergência de narrativas que instituíram a ideia de envelhecimento bem-sucedido. Nesse contexto, Alves (2018) investiga como veículos midiáticos (televisivos e impressos) disseminam modelos prescritivos de experiências consideradas positivas ou ideais em fases avançadas da vida, baseados na promoção de protocolos padronizados e universais.



DIVERSITÀ

Encontro Ibero-americano das Diversidades
17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal

Realização.
 Conjugare
 Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
 Apoio.
 Editora Cravo

A pesquisadora destaca que essas representações sociais frequentemente simplificam o amadurecimento humano a um repertório de condutas individualizadas, tais como: “a adoção de rotinas de exercício físico (caminhadas, musculação, dança etc.), dietas balanceadas e monitoramento clínico contínuo, práticas que, em tese, garantiriam longevidade e autonomia” (ALVES, 2018, p. 22).

No entanto, essa perspectiva opera uma culpabilização indireta: ao vincular o envelhecimento “bem-sucedido” a decisões pessoais, dilui-se a influência de fatores como acesso a sistemas de saúde, condições socioeconômicas e estruturas políticas. A mídia propaga a noção de que uma existência digna em fases tardias depende de autogestão, negligenciando disparidades estruturais que restringem a autonomia de sujeitos em etapas maduras. Conforme Alves (2018, p. 22), tais discursos “silenciam trajetórias que divergem dos modelos idealizados”, uniformizando um fenômeno atravessado por diversidades geográficas, culturais e de marcadores identitários (raça, classe, gênero) sob rótulos genéricos como “terceira idade”.

A Charge de Cabral (Figura 3), publicada em 1995, ilustra estereótipos midiáticos sobre mulheres envelhecidas. Na cena, um homem informa sua avó sobre ataques na Chechênia; ela responde “Isso é um estupro”. A obra reflete visões que naturalizam a velhice como declínio físico e cognitivo. No jornal O Estado do Maranhão, a mulher envelhecida foi retratada com rugas, bengala e guiada por jovem, reforçando a fragilidade e suposta incapacidade mental. Embora pessoas envelhecidas enfrentem reduções funcionais, causadas por comorbidades como diabetes, doenças cardiovasculares ou acidente vascular cerebral, a charge reduz a velhice a clichês, apagando complexidades sociais e políticas da maturidade.

Figura 3. Charge de Cabral sobre Guerra na Chechênia, 1995



Fonte: Jornal o Estado do Maranhão, 5 jan. 1995, p. 4.





DIVERSITÀ

Encontro Ibero-americano das Diversidades

17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal

2025

Realização.
Conjugare
Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura
Apóio.
Editora Cravo

A resposta: "Isso é um estupro", sobre os ataques à Chechênia, reforça estereótipos de alheamento sociopolítico de pessoas envelhecidas, naturalizando a ideia de que não compreendem contextos políticos complexos. A obra opera por dupla opressão: primeiro pelo determinismo biológico, reduzindo a velhice a perdas físicas e cognitivas, apagando trajetórias políticas e culturais; segundo pela patologização da velhice, enquadrando-a como desvio da norma juvenil.

A narrativa silencia contribuições críticas desses grupos, como destaca Álvaro (2019): a velhice não necessariamente implica perda funcional irreversível. Diante disso, associar "estupro" a suposto delírio senil banaliza a violência étnica, sexual e ridiculariza corpos envelhecidos, marginalizando duplamente: gênero e idade.

A mídia, ao converter crises em espetáculo, apaga resistências históricas de mulheres envelhecidas e reduz suas experiências a clichês, substituindo análise estrutural por humor superficial. Assim, reforça-se a invisibilidade e legitima-se a desumanização de corpos femininos marcados pelo tempo.

Além disso, as exigências do sistema capitalista por produtividade física marginalizaram pessoas envelhecidas, cujas capacidades eram vistas como "decrescentes". Como afirma Barros (2003, p. 161), "práticas e representações nascem de demandas e motivações coletivas".

Essas reflexões indicam que as representações sociais sobre pessoas envelhecidas determinam sua posição na hierarquia social, influenciando expectativas e papéis. No Maranhão dos anos 1990, o cotidiano de muitos velhos exemplifica essa dinâmica: a reportagem "Solidão: o mal da terceira idade" (O IMPARCIAL, 1997, 27 de outubro) expõe casos de isolamento, ilustrando como concepções sociais se materializam em experiências concretas.

Nácio Valeriano, 68 anos, 10 filhos, vive no asilo há um ano e dois meses. No começo recebia a visita dos filhos, hoje não recebe mais. Sente muita falta de casa e dos filhos. Separado da mulher, vivia perambulando e dormindo pelo chão do mercado central, mas foi levado para o asilo por um dos filhos. "O que mais quero é voltar para casa, mas meu filho não me leva", afirmou (O IMPARCIAL, 1997, 27 de outubro, p. 6).

A análise do material jornalístico em questão revela a pressuposição de que certas práticas sociais emergem de representações construídas por indivíduos em processo de amadurecimento sobre a própria experiência de envelhecer. Tais representações estão ancoradas em um reducionismo biológico, que interpreta essa etapa existencial como sinônimo de perda progressiva de capacidades orgânicas, irreversível e universal.

O aspecto cognitivo, visto como instância autônoma em relação ao organismo material, possui potencial de revitalização mediante estímulos específicos; contudo, na ausência desses

131



DIVERSITÀ 2025

Encontro Ibero-americano das Diversidades

17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal

Realização.

Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura
Apoyo.

Editora Cravo

incentivos, o cotidiano daqueles que atingiram estágios mais avançados da existência é reduzido a atividades estereotipadas, como artesanato e jogos de tabuleiro.

As concepções sociais sobre a velhice estão inseridas em um contexto estrutural mais amplo, moldado por relações de poder e hierarquias que permeiam a coletividade. Tais entendimentos são influenciados pelas trajetórias individuais, posições ocupadas na estrutura social e valores partilhados pelos sujeitos em fases maduras, assim como por instituições e agentes que compõem o cenário educacional e cultural.

Desse modo, os mecanismos de marginalização e afastamento político daqueles em fases maduras da vida podem constituir um repertório de performances internalizadas ao longo das décadas, condicionando suas ações e percepções sobre o processo de envelhecimento. Essas performances consolidam-se como práticas sociais naturalizadas, reforçando ciclos de invisibilidade.

Observa-se que, na trajetória das sociedades ocidentais, incluindo a maranhense, os entendimentos sobre a velhice passaram por transformações, permitindo identificar novos discursos e abordagens em relação ao envelhecimento em diferentes esferas. Um exemplo disso é a reconfiguração do espaço social ocupado por indivíduos em etapas avançadas da vida, assim como a contestação de estereótipos associados a essa fase.

A interpretação da velhice na cultura ocidental está fundamentada em visões dicotômicas que fundamentaram os paradigmas axiológicos dessa civilização. Essa dicotomia produz narrativas como “juventude mental em contraste com um organismo marcado pelo tempo”, evidenciando a fragmentação entre dimensões física e psicológica (BLESSMANN, 2003).

Ao aplicar essa lente analítica para compreender as concepções de amadurecimento no contexto maranhense, percebe-se que esses fenômenos não se resumem a processos individuais, mas são produtos de dinâmicas coletivas. Essa premissa decorre do reconhecimento de que os significados atribuídos à maturidade derivam de configurações socioculturais específicas e representações vigentes em cada época histórica. O excerto abaixo ilustra essa relação:

[...] la condición del anciano como categoría social se va perfilando como un concepto simplemente intuido tras la idea del conflicto generacional ¿Y qué significa esto? Significa que lo vislumbrado no era tanto la situación del anciano en sí misma considerada, como las consecuencias que provocaba... la lucha por el poder y el prestigio, por el trabajo y el alimento, en una palabra la relación de oposición surgida en pos de la supervivencia, también han sido un factor determinante de la condición humana durante la vejez (ALBA, 1992, p. 23).

Para evitar análises reducionistas e descontextualizadas desse fenômeno, torna-se essencial compreender a interconexão dialética entre agentes individuais e estruturas coletivas. Nesse sentido, guiado pelas contribuições teóricas de Alba (1992), é possível sustentar que a trajetória das sociedades ocidentais testemunhou mudanças nas interpretações da velhice e em suas construções simbólicas. Portanto, a análise das experiências corporais de sujeitos em

132



DIVERSITÀ 2025

Encontro Ibero-americano das Diversidades

17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal

Realização.

Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura
Apoyo.

Apoyo.
Editora Cravo

estágios maduros da existência só é viável quando situada em seu contexto histórico e em uma configuração sociocultural específica.

Conclusão

A análise das representações da velhice feminina na mídia impressa maranhense dos anos 1990 revela um cenário complexo, marcado por tensões entre avanços democráticos e a perpetuação de estruturas excludentes. O estudo demonstra como os veículos *O Imparcial* e *O Estado do Maranhão*, vinculados a conglomerados midiáticos, reproduziram estereótipos que reduziram o envelhecimento feminino a narrativas de declínio físico e cognitivo, reforçando clichês que associam a maturidade à dependência e à irrelevância social. Tais representações, ancoradas em determinismos biológicos, não apenas negligenciaram as dimensões subjetivas e coletivas da experiência de envelhecer, mas também silenciaram as lutas políticas e culturais protagonizadas por mulheres envelhecidas, especialmente negras e periféricas, no contexto maranhense.

A intersecção entre gênero, classe e raça emergiu como eixo central para compreender como as dinâmicas de poder moldaram corpos e subjetividades. As charges e reportagens analisadas, ao retratarem mulheres envelhecidas como figuras frágeis ou cômicas, refletiram uma lógica capacitista e etarista, que banalizou violências estruturais — como a precarização da previdência e a exclusão laboral —, transformando-as em espetáculos midiáticos. A naturalização desses discursos evidenciou-se na culpabilização individual pelo "envelhecimento mal-sucedido", ocultando o impacto de políticas neoliberais que aprofundaram desigualdades no acesso à saúde, educação e renda.

A pesquisa destacou ainda a contradição entre o ideal constitucional de 1988, que ampliou direitos sociais, e a realidade de um Estado pressionado por ajustes fiscais e reformas privatistas. Nesse cenário, a mídia atuou como dispositivo de regulação biopolítica, vinculando a velhice feminina a padrões estéticos juvenis e desumanizando corpos que desafiavam a normatividade. Contudo, as próprias resistências documentadas — como a participação de pessoas envelhecidas em protestos contra a reforma da previdência — apontam para a capacidade de agência dessas mulheres, que transcendem as representações hegemônicas ao reivindicarem visibilidade e direitos.

Ao articular História Social, interseccionalidade e teorias das representações, o estudo sublinha a importância de abordagens críticas que desvalem as relações entre mídia, educação e poder. A persistência de estereótipos analisados sinaliza a urgência de políticas comunicacionais inclusivas, capazes de amplificar narrativas plurais sobre o envelhecimento, reconhecendo-o como fenômeno multifacetado e politicamente atravessado. Por fim, a investigação reforça que desconstruir imaginários opressivos exige não apenas denunciar discursos reducionistas, mas valorizar as memórias e resistências daquelas que, mesmo marginalizadas, inscreveram suas existências na tessitura histórica do Maranhão e do Brasil.

133



Actas Completas e Resumos do Encontro Ibero-americano das Diversidades - DIVERSITÀ - 2025

Thiago S. Reis & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-80-9

DIVERSITÀ

Encontro Ibero-americano das Diversidades
17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal

2025

Realização.

Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura
Apoyo.

Editora Cravo

Referências

Agência Senado. (2024, 30 de setembro). *Leis aprovadas nas últimas três décadas protegem a população idosa.* <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/09/30/leis-aprovadas-nas-ultimas-tres-decadas-protegem-a-populacao-idosa>.

Akotirene, C. (2019). *Interseccionalidade.* Pólen.

Alba, V. (1992). *Historia social de la vejez.* Laertes.

Alves, C. M. L. (2018). *Entre histórias e memórias: produções de gênero em narrativas de mulheres residentes no Abrigo São Vicente de Paulo* [Tese de doutorado, Universidade Federal do Maranhão].

Álvaro, S. S. O. (2019). *Corpos antigos, novos contextos: o idoso em tempos de cibercultura* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro].

Ariès, P. (1986). *História social da criança e da família* (D. Flaksman, Trad.; 2^a ed.). Guanabara.

134

Barros, J. D. (2003). História cultural: um panorama teórico e historiográfico. *Textos de História*, 11(1/2), 145-171. <https://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/view/27855>

Beauvoir, S. (2012). *A velhice* (A. Bernárdez, Trad.; 2^a ed.). Debolsillo.

Birren, J. E., & Cunningham, W. (1985). Research on the psychology of aging: Principles, concepts and theory. In J. E. Birren & K. W. Schaie (Eds.), *Handbook of the psychology of aging* (2^a ed., pp. 3-34). Van Nostrand Reinhold.

Blessmann, E. J. (2004). Corporeidade e envelhecimento: o significado do corpo na velhice. *Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento*, 6, 21-39. <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/3105>

Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.* https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

Brasil. (1994). Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994. *Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso.* https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8842.htm

Brasil. Senado Federal. (2003). *Estatuto do idoso.* https://conselho.saude.gov.br/biblioteca/livros/estatuto_idoso2edicao.pdf





DIVERSITÀ

Encontro Ibero-americano das Diversidades
17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal

2025

Realização.
Conjugare
Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura
Apóio.
Editora Cravo

Britto da Motta, A. (1999). As dimensões de gênero e classe social na análise do envelhecimento. *Cadernos Pagu*, 13, 191-221.
<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8635327>

Burke, P. (2012). *História e teoria social* (K. B. Gerhardt, R. V. Majer & R. F. Leal, Trad.; 3^a ed.). Editora Unesp.

Busse, E. W. (2002). General theories of aging. In J. R. M. Copeland, M. Abou-Saleh & D. G. Blazer (Eds.), *Principles and practice of geriatric psychiatry* (pp. 19-22). John Wiley & Sons.

Cabral. (1995, 5 de janeiro). [Charge sobre Guerra na Chechênia]. *O Estado do Maranhão*, p. 4.

Cavanaugh, J. C., & Blanchard-Fields, F. (2015). *Adult development and aging* (7^a ed.). Cengage Learning.

Costa, Y. M. P. (2005). *Atos de justiça coletiva: representações da violência na mídia* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Maranhão]. Repositório Institucional da UFMA.

Faleiros, V. P. (2007). Cidadania: os idosos e a garantia de seus direitos. In A. L. Neri et al. (Orgs.), *Idosos no Brasil: vivências e desafios* (pp. 145-160). FSP/SESC.

Foucault, M. (2013). *Microfísica do poder* (R. Machado, Org.; 27^a ed.). Graal.

Foucault, M. (2014). *Vigiar e punir: nascimento da prisão* (R. Ramalhete, Trad.). Vozes.

Kacio. (1996, 8 de janeiro). [Charge de mulher com parlamentar]. *O Imparcial*.

Kinzo, M. D. G. (2001). A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição. *São Paulo em Perspectiva*, 15(4).
<https://www.scielo.br/j/spp/a/3NSCRgSjxx9mz3FCMNYFfQn>

Mercadante, E. F. (2005). Velhice: uma questão complexa. In B. Côrte & I. Arcuri (Orgs.), *Velhice, envelhecimento, complexidade* (pp. 45-62). Vetor.

Moraes, A. (2011). O corpo no tempo: velhos e envelhecimento. In M. Del Priore & M. Amantino (Orgs.), *História do corpo no Brasil* (pp. 427-450). Editora Unesp.

135





DIVERSITÀ 2025

Encontro Ibero-americano das Diversidades

17.18.19 | JUN | 2025 - Porto.Portugal

Realização.



Apoio.



Moscovici, S. (2007). *Representações sociais: investigações em psicologia social* (P. A. Guareschi, Trad.; 5^a ed.). Vozes. (Trabalho original publicado em 1961)

Neves, É. P. (2020). *Vestuário e terceira idade: uma abordagem ergonómica acerca dos aspectos do vestir/despir do usuário idoso* [Tese de doutorado, Universidade Estadual Paulista].

O Imparcial. (1995, 25 de janeiro). Aposentados protestam em São Luís contra o governo. Caderno Cidade.

O Imparcial. (1995, 3 de fevereiro). Reportagem sobre etarismo no setor comercial do Maranhão, p. 3.

O Imparcial. (1995, 13 de fevereiro). Previdência: as propostas.

O Imparcial. (1997, 27 de outubro). Solidão: o mal da terceira idade, p. 6.

Preciado, P. B. (2023). *Testo junkie: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica* (M. P. G. Ribeiro & V. D. Fernandes, Trad.; 1^a ed.). Zahar.

136

Reis, D. A. (2018). A Constituição cidadã e os legados da ditadura. *Locus: Revista de História*, 24(2). <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20879>

Rezende, C. B. (2008). *Velhice na família: estratégias de sobrevivência* [Dissertação de mestrado, Universidade Estadual Paulista].

Santos, M. F. (1964). *Dicionário de filosofia e ciências culturais*. Matese. https://www.academia.edu/39131922/Dicion%C3%A1rio_de_Filosofia_e_Ci%C3%AAncias_Culturais_M%C3%A1rio_Ferreira_dos_Santos

Sousa, Y. S. O., & Chaves, A. M. (2023). Representações sociais. In A. R. R. Torres, M. E. O. Lima, E. Techio & L. Camino (Orgs.), *Psicologia social: temas e teorias* (3^a ed., pp. 285-300). Blucher.

